



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO**



**JOADILA ALBINO DE SOUZA ARAUJO**

**JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: CONCEPÇÕES  
POLÍTICAS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS**

**RONDONÓPOLIS  
2023**

JOADILA ALBINO DE SOUZA ARAUJO

**JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: CONCEPÇÕES  
POLÍTICAS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu, da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis na linha de pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidade, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes

RONDONÓPOLIS-MT  
2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

### Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

Ficha Catalográfica elaborada de forma automática com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

A658j Araujo, Joadila Albino de Souza.  
Juventude, Educação e Participação Política [recurso eletrônico] :  
concepções políticas de jovens universitários / Joadila Albino de  
Souza Araujo. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 193 f., il. color., pdf). –  
2023.

Orientador(a): Aguinaldo Rodrigues Gomes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Rondonópolis,  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-  
Graduação em Educação, Rondonópolis, 2023.  
Inclui bibliografia.

1. Educação superior pública. 2. Neoliberalismo. 3. Juventude.  
4. Participação política. 5. Movimento estudantil. I. Gomes,  
Aguinaldo Rodrigues, *orientador*. II. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO: "JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: CONCEPÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS"**

**AUTORA: MESTRANDA JOADILA ALBINO DE SOUZA**  
Dissertação defendida e aprovada em **14/11/2023**.

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

**1. DOUTOR AGUINALDO RODRIGUES GOMES** (Presidente Banca/**ORIENTADOR**)  
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

**2. DOUTORA CARMEN LÚCIA SUSSEL MARIANO** (Examinadora Interna)  
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

**3. DOUTOR EDVALDO CORREA SOTANA** (Examinador Externo)  
INSTITUIÇÃO: UFMS/ CAMPUS DE AQUIDAUANA

**4. DOUTORA LEILA CRISTINA AOYAMA BARBOSA SOUZA** (Examinadora Suplente)  
INSTITUIÇÃO: SECITEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**RONDONÓPOLIS, 14/11/2023.**



Documento assinado eletronicamente por **Carmem Lucia Sussel Mariano, Docente UFR**, em 19/02/2024, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Rodrigues Gomes, Docente UFR**, em 23/02/2024, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edvaldo Correa Sotana, Usuário Externo**, em 23/02/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leila Cristina Aoyama Barbosa Souza, Docente UFR**, em 23/02/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me permitir vivenciar essa experiência. Ao meu esposo Marcos, pelo companheirismo e apoio desde os primeiros passos da minha jornada acadêmica. Com você ao meu lado, tudo se tornou uma aventura emocionante e gratificante. À minha mãe Onise, pelo incentivo, cuidado e amor maior do mundo.

Ao meu orientador, Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes, por aceitar meu projeto e confiar no que poderíamos construir juntos. Aprendi muito contigo, professor. Ao meu amigo Erli por todos os momentos em que contamos um com o outro, foi muito bom trilhar esse caminho com você. A minha amiga Nádia, por todos os diálogos que tivemos, o que tornou esse percurso muito mais prazeroso. Aos outros amigos da linha do curso, Renata, Paola e Gabriel, que sempre foram muito gentis e parceiros.

Agradeço também aos professores e professoras da minha linha de pesquisa, que generosamente compartilharam saberes com suas aulas e nos conduziram humanamente nesse processo. Às professoras Dra. Leila Cristina Aoyama Barbosa, Dra. Carmem Lúcia Sussel Mariano e ao professor Dr. Edvaldo Corrêa Sotana, que prontamente aceitaram o convite para compor a minha banca de qualificação e defesa. Aos participantes que responderam ao formulário desta pesquisa e a Luana Kawamura pela disponibilidade em contribuir por meio de entrevista com este trabalho. Agradeço ainda a Universidade Federal de Mato Grosso e ao Programa de Pós-Graduação em Educação cujo apoio e excelência foram fundamentais para o meu percurso acadêmico. De forma gentil e sincera, sou grata a todas e todos que contribuíram e possibilitaram, de alguma forma, a realização deste estudo.

## RESUMO

No período recente, a partir de 2016, o Brasil vivenciou um desmonte do setor público em favor do privado. Na educação, não foi diferente, pois em nome do contingenciamento orçamentário, foram realizados cortes consideráveis que afetaram significativamente o funcionamento das universidades públicas em todo o país. Isso resultou em uma onda de protestos, principalmente por parte dos discentes das universidades federais, contra as ações arbitrárias do governo. Partindo desta problemática, este estudo apresenta uma análise sobre a percepção política dos jovens estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Traçamos uma análise a partir do discurso neoliberal de precarização de instituições públicas e desmonte da educação, como têm se desenvolvido a materialização das ameaças à universidade e seus reflexos nas políticas estudantis destinadas a garantir qualidade e permanência dos diferentes estudantes neste espaço. A discussão perpassa pela construção e acessibilidade da universidade, juventude e sua participação política, e influência neoliberal sobre a política e a educação. A pesquisa é de abordagem qualitativa, e recorreremos à bibliografia disponível acerca dos conceitos de Política, Educação, Neoliberalismo e Juventude, embasando-nos principalmente em Mota (2018), Gentili (1996), Marrach (1996), Mbembe (2018), Andrade (2018), Groppo (2015), Pais (1990), Mayorga (2013) e Gohn (2018). Referente aos procedimentos metodológicos, utilizamos o modelo de formulário construído pelo Googleforms. O formulário contou com 20 perguntas e foi disponibilizado aos estudantes, sendo que as análises das respostas foram feitas mediante o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contamos com a participação de 11 estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis, os quais responderam de forma voluntária ao formulário. Além disso, realizamos uma entrevista com a líder estudantil Luana Kawamura na qual nos concedeu informações relevantes a respeito do movimento estudantil na UFMT/Rondonópolis/UFR. Os critérios considerados na composição da pesquisa abrangeram jovens, homens e mulheres de diferentes identidades de gênero, etnias, orientações sexuais e alinhamento político. Quanto aos resultados, podemos apresentar, de maneira geral, diferente do discurso de apatia política dos jovens, esses estudantes são sujeitos que se posicionam politicamente à sua maneira, possuem consciência política e participam, principalmente das ações mediadas pelo Movimento Estudantil, seja em protestos nas ruas, ocupação do campus quando necessário.

**Palavras-chave:** Educação Superior Pública. Neoliberalismo. Juventude. Participação Política. Movimento Estudantil.

## ABSTRACT

In the recent period, starting in 2016, Brazil has experienced a dismantling of the public sector in favor of the private sector. In education, it was no different, as in the name of budget constraints, considerable cuts were made that significantly affected the functioning of public universities across the country. This resulted in a wave of protests, mainly by students at federal universities, against the government's arbitrary actions. Based on this issue, this study presents an analysis of the political perception of young students at the Federal University of Rondonópolis (UFR). We draw an analysis based on the neoliberal discourse of precariousness of public institutions and the dismantling of education, how the materialization of threats to the university have developed and their reflections on student policies aimed at guaranteeing quality and permanence of different students in this space. The discussion covers the construction and accessibility of the university, youth and their political participation, and neoliberal influence on politics and education. The research has a qualitative approach, and we use the bibliography available on the concepts of Politics, Education, Neoliberalism and Youth, based mainly on Mota (2018), Gentili (1996), Marrach (1996), Mbembe (2018), Andrade (2018), Groppo (2015), Pais (1990), Mayorga (2013) and Gohn (2018). Regarding methodological procedures, we used the form model built by Googleforms. The form had 20 questions and was made available to students, and the analysis of the responses was carried out upon acceptance of the Free and Informed Consent Form (TCLE). We had the participation of 11 students from the Federal University of Rondonópolis, who voluntarily responded to the form. Furthermore, we conducted an interview with student leader Luana Kawamura in which she gave us relevant information regarding the student movement at UFMT/Rondonópolis/UFR. The criteria considered in the composition of the research covered young people, men and women of different gender identities, ethnicities, sexual orientations and political alignment. As for the results, we can present, in general, different from the discourse of political apathy of young people, these students are subjects who position themselves politically in their own way, have political awareness and participate, mainly in the actions mediated by the Student Movement, be it in protests in the streets, occupation of the campus when necessary.

**Keywords:** Public Higher Education. Neoliberalism. Youth. Political Participation. Student Movement

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABE** – Associação Brasileira de Educação

**ABC** – Academia Brasileira de Ciências

**ANDIFES** – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

**AE** – Assistência Estudantil

**BM** – Banco Mundial

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CNPQ** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**EAD** – Educação a distância

**ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio

**FMI** – Fundo monetário internacional

**FONAPRACE** – Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis

**GT** – Grupo de Trabalho

**IFES** – Instituições Federais de Ensino Superior

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**MEC** – Ministério Da Educação

**PEC** – Proposta de Emenda à Constituição

**PLOA** – Projeto de Lei Orçamentária Anual

**PNAES** – Plano Nacional de Assistência Estudantil

**SBPC** – Sociedade brasileira para progresso da ciência

**SISU** – Sistema de Seleção Unificada

**UBES** – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UFR** – Universidade Federal de Rondonópolis

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>GRÁFICO 1</b> – Graduandos(as) cotistas, renda per capita de até 1 salário mínimo e meio, segmentados por faixa de renda e categoria de cota – 2018.....	<b>69</b>
<b>GRÁFICO 2</b> – Recursos financeiros associados a função educação 2014 a 2021.....	<b>70</b>
<b>GRÁFICO 3</b> – Bolsistas do CNPq nos últimos governos .....	<b>71</b>
<b>GRÁFICO 4</b> – Participação percentual e número de docentes na educação superior, por grau de formação e regime de trabalho segundo a organização acadêmica.....	<b>72</b>
<b>GRÁFICO 5</b> – Participação percentual de docentes na educação superior, por categoria administrativa, segundo o grau de formação 2011 a 2021.....	<b>74</b>
<b>GRÁFICO 6</b> – Número de concluintes em cursos de graduação, por categoria administrativa 2011 a 2021.....	<b>76</b>
<b>GRÁFICO 7</b> – Distribuição geográfica dos estudantes da UFMT/ROO em 2018.....	<b>138</b>
<b>GRÁFICO 8</b> – Acesso aos auxílios estudantis.....	<b>146</b>
<b>GRÁFICO 9</b> – Participação em programas de bolsas financiadas pela CAPES.....	<b>147</b>
<b>GRÁFICO 10</b> – Utilização de serviço de apoio psicológico.....	<b>148</b>
<b>GRÁFICO 11</b> – Necessidade de trabalho remunerado durante a graduação.....	<b>149</b>
<b>GRÁFICO 12</b> – Quanto os cortes na educação superior pública afetam a vida dos estudantes.....	<b>152</b>
<b>GRÁFICO 13</b> – Relação entre política Nacional e Educação superior pública.....	<b>153</b>
<b>GRÁFICO 14</b> – Questões voltadas para o indivíduo.....	<b>154</b>
<b>GRÁFICO 15</b> – Envolvimento em movimento político na universidade.....	<b>155</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>IMAGEM 1</b> – Estudantes UFMT-ROO votam a favor da greve contra aumento do RU.....	<b>109</b>
<b>IMAGEM 2</b> – Roda de conversa na UFMT-ROO durante manifestação contra aumento do RU.....	<b>110</b>
<b>IMAGEM 3</b> – Protesto em forma de música UFMT-ROO.....	<b>111</b>
<b>IMAGEM 4</b> – Oficina de fanzine durante paralisação das aulas UFMT-ROO.....	<b>112</b>
<b>IMAGEM 5</b> – Oficina com as crianças filhos e filhas de estudantes envolvidos na mobilização.....	<b>113</b>
<b>IMAGEM 6</b> – Documento de revogação do aumento do RU – UFMT.....	<b>114</b>
<b>IMAGEM 7</b> – Estudantes da UFMT-ROO em protesto na praça Brasil de Rondonópolis.....	<b>116</b>
<b>IMAGEM 8</b> – Estudantes da UFMT-ROO em protesto contra os cortes na educação.....	<b>117</b>
<b>IMAGEM 9</b> – Ocupação noturna para discutir o corte de energia na UFMT.....	<b>118</b>
<b>FIGURA 1</b> – Marcos da Universidade Federal de Rondonópolis.....	<b>134</b>
<b>IMAGEM 10</b> – Área doada para o Centro Universitário de Rondonópolis.....	<b>130</b>
<b>IMAGEM 11</b> – Centro universitário de Rondonópolis em 2004.....	<b>136</b>
<b>IMAGEM 12</b> – Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) em 2023.....	<b>137</b>
<b>FIGURA 2</b> – Mapa do Campus da UFR.....	<b>137</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: RIZOMA DE SUA ESTRUTURAÇÃO</b> .....	20
1.1 Educação como elemento essencial da vida humana.....	20
1.2 A trajetória da Universidade pública no Brasil.....	24
1.3 Realidade da Universidade Pública brasileira durante a Ditadura Militar.....	34
1.4 Projeto de educação mercadológica.....	40
<b>2. POLÍTICA NEOLIBERAL E EDUCAÇÃO: DESDOBRAMENTOS SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA E IMPACTOS NA VIDA DOS ESTUDANTES</b> .....	49
2.1 Influências neoliberais na educação e seus reflexos sobre a universidade pública brasileira.....	57
2.2 Marcos Legais da Política de Assistência Estudantil .....	79
<b>3. JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b> .....	83
3.1 Conceito de juventude.....	83
3.2 Os jovens como atores políticos.....	92
3.3 Jovens e política: apatia ou outras formas de participação?.....	94
3.4 Trajetória Política do Movimento Estudantil.....	97
3.5 Estudantes em defesa do Restaurante Universitário em Rondonópolis.....	106
3.6 Movimento Estudantil em Rondonópolis.....	122
3.7 Contexto de constituição da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).....	132
3.8 Perfil dos estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).....	138
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	140
4.1 Caracterização da pesquisa.....	140
4.2 Participantes.....	142
4.3 Procedimentos de pesquisa.....	142
4.4 Cuidados éticos, riscos e benefícios da pesquisa .....	144
<b>5. ANÁLISE QUALITATIVA: O QUE PENSAM OS JOVENS DA UFR SOBRE A POLÍTICA?</b> .....	145
5.1 O que pensam os jovens da UFR sobre a política?.....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	172
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	179
<b>APÊNDICES</b> .....	187

## PRELÚDIO

Eu sou a Joádila, filha única de Onise, uma mãe que como tantas outras desse Brasil trabalhou a árdua tarefa de me criar sozinha sem a ajuda e companhia do meu pai, tendo em vista que ele a abandonou ainda durante a gestação. Eu nunca o conheci, mas sempre tive o maior e mais genuíno amor do mundo comigo, a minha mãe. Sua história de vida, não foi fácil, cresceu com cinco irmãos, perdeu sua mãe aos seis anos de idade sendo criada pelos irmãos após o pai desaparecer em razão da depressão que tomou conta de sua vida depois da morte de sua esposa.

Minha mãe não teve oportunidade de estudar, não terminou o ensino médio, pois trabalha desde criança, ainda na adolescência, já cuidava de crianças e das casas de outras pessoas. Ela nasceu no Paraná, mas ao longo da vida, morou em lugares diferentes, incluindo o Pará, São Paulo e Rio de Janeiro, até finalmente se estabelecer em Mato Grosso. Aos 35 anos ficou grávida e trabalhou até os 9 meses subindo e descendo as escadas de grandes casas que limpava para conseguir se manter. Sua rede de apoio foi uma grande amiga, que se tornou sua irmã na vida, uma amizade linda e recíproca que já dura mais de 25 anos.

Às 12:30 do dia 12 de abril de 1998, num domingo de Páscoa, na cidade de Cuiabá eu cheguei ao mundo. Com a clavícula descolada, devido às negligências médicas que minha mãe sofreu no parto e com um dente; sim, nasci com um dentinho na frente. Será que era um sinal de que eu seria muito falante?

Morei durante 17 anos numa cidade pequena do interior do Mato Grosso, em São Pedro da Cipa, onde minha mãe trabalhava em uma usina de açúcar saindo todos os dias às 4 da manhã. Eu ficava na casa da sua amiga até as 17 horas da tarde que era o horário que ela voltava, cansada e com muitas marcas do árduo trabalho do dia. Seu trabalho não era fácil, e tudo que ela fazia era para me oferecer o melhor que podia. Sempre observei que ela não media esforços para me comprar materiais escolares, pois ela queria que eu estudasse, tendo em vista que ela não teve oportunidade. Então, eu escolhi como missão estudar e orgulhá-la com minhas notas e desempenho escolar.

Sabendo das minhas condições, eu sempre tive muita esperança no estudo, primeiro porque eu realmente gostava, depois porque eu sabia que apenas por esse caminho eu conseguiria mudar de alguma forma a nossa vida. Eu gostava de estar na escola, teve uma época em que eu cuidava da rádio escolar, fazia reforço para

crianças da alfabetização, participava da turma de teatro, dava aula de flauta doce, fazia cursinho que foi organizado pelos meus professores/as do ensino médio, ajudava na biblioteca e participava de outras atividades escolares que aparecessem. Minhas notas eram ótimas, com exceção da matemática, mas isso mudou graças ao querido professor Tatá, que gentilmente me ajudou a compreender tantas fórmulas. Além disso, conquistei prêmios pela escrita de redação nas olimpíadas de Português, destaque em eventos culturais e os títulos de aluna mais presente e melhor desempenho do 3º ano quando me formei no ensino médio.

Me mudei para Rondonópolis em 2016 junto com minha mãe e meu namorado na época, que hoje é o meu esposo, Marcos. Viemos principalmente porque eu havia conquistado uma oportunidade de estudar História na Universidade Federal de Mato Grosso. No momento em que soube que eu conseguiria estudar em uma Universidade Pública me senti realizada, afinal eu era a primeira da família a ter oportunidade de cursar um ensino superior e sabendo de onde eu vim e com as condições que tive, eu sabia que seria um primeiro passo de muitos que eu trilharia.

Estudar História mudou muitos aspectos do meu olhar para o mundo e para as desigualdades, passei a vê-las de forma desnaturalizada, me ajudou a pensar nas relações de poder e nos conceitos que são construídos para justificar certos discursos. Passei a me posicionar criticamente e sem medo, seja pela fala ou pela escrita, diante das situações de injustiça que nos cercam.

Durante minha trajetória na graduação, conheci professores e professoras que foram verdadeiras inspirações para muitos textos que eu escrevi e, principalmente, para as pesquisas às quais me dediquei. Portanto, não hesito em dizer que o seu trabalho, professor e professora, impacta de diferentes maneiras a vida de seus estudantes, menciono isso porque sou professora na educação básica e tenho muito afeto por minha profissão, mas sei dos desafios que é trabalhar na área da educação em nosso país.

O tema em que me dedico a pesquisar reverberou fortemente em mim no terceiro ano da minha graduação, quando os jovens estudantes das universidades federais brasileiras se mobilizaram contra as propostas de reformas e precarização da universidade pública, devido aos cortes orçamentários que ameaçavam diretamente políticas de permanência, como as assistências estudantis e o Restaurante Universitário (RU). Esse debate envolveu os estudantes em todo o país,

nesse momento, eu pude ver e participar dessas discussões e mobilizações que resultou em greve e protestos em defesa da universidade pública. Esse momento marcou minha trajetória acadêmica e ecoou em mim o anseio em pesquisar sobre a participação política dos jovens universitários, justamente por ver os impactos que repercutiram dessas manifestações.

Minha relação com o tema dessa dissertação diz muito sobre o que me afeta diretamente, pois eu apenas consegui me formar em razão da existência da educação pública. É perceptível que eu jamais teria condições financeiras de estudar e pagar taxas de mensalidades. Ter concluído o ensino superior e agora estar finalizando um Mestrado só me foi possível devido a existência desta Universidade. Por isso, um dos pontos que discuto e confronto nesse trabalho, são as tentativas de precarização e privatização que coloca em xeque a existência da Universidade Pública em diversos aspectos. Nesse contexto, me posiciono em defesa da Universidade pública e gratuita, para que ela tenha recursos suficientes de garantir qualidade e cumprir com sua função social e com o tripé de ensino, pesquisa e extensão e possa servir a outros que virão depois de mim.

Meu compromisso ético e político com essa pesquisa é, primeiramente, mostrar que ter um diploma para muitos sujeitos como eu, é uma conquista, uma forma de trazer os seus para esse lugar que durante tanto tempo nos foi negado, tendo em vista nossas origens, atravessadas por marcadores sociais que muito nos limitaram, frutos do racismo estrutural, das relações de poder e do sistema político, social e econômico da nossa sociedade. Pensando em preservar as oportunidades que eu tive, escolhi trilhar o caminho desta pesquisa. Ela é mais do que um documento acadêmico; é uma expressão do meu desejo que a universidade pública continue a existir. Que as nossas vozes se ergam para defendê-la sempre que necessário. Que avancemos mesmo com o sinal fechado e lutemos que para venham outros depois de nós. Que os nossos que há de vir depois possam ter as mesmas oportunidades ou melhores, que se erga nossa voz em defesa do que é justo e necessário.

Nas páginas a seguir, convido você olhar criticamente para os desafios e as perspectivas que cercam a educação pública, e a refletir sobre como os jovens tem se posicionado em relação a isso. Que esta dissertação possa ser um convite à ação, um lembrete de que todos nós temos um papel a desempenhar na defesa de um ensino público de qualidade.

## INTRODUÇÃO

A motivação para a elaborar este trabalho partiu, principalmente, das inquietações que surgiram no contexto político do nosso país nos últimos anos. À medida que vivenciamos ataques constantes à educação, percebemos a relevância de aprofundar a pesquisa sobre a relação entre juventude e política. Diversos eventos e situações despertaram nosso interesse nesse tema, sendo a luta pela manutenção dos valores acessíveis do Restaurante Universitário (RU) um exemplo emblemático. Esses acontecimentos despertaram nossa atenção para a participação política da juventude, especialmente no âmbito universitário. O engajamento dos estudantes na defesa de uma alimentação acessível e de qualidade no RU refletiu não apenas uma preocupação com as questões imediatas, como o custo de vida no campus, mas também um posicionamento em relação ao destino da Universidade Pública em todas as suas dimensões.

Em 2016, o governo federal aplicou uma política de contingenciamento orçamentário que afetava diretamente a educação pública, as universidades federais e a política de assistência estudantil. Nesse período, jovens universitários em todo o Brasil se organizaram em defesa da manutenção da qualidade do ensino nas instituições públicas de educação. Em 2018, os ataques continuaram e novamente ocorreu uma expressiva manifestação de estudantes universitários em todo o país, dessa vez, contrários aos cortes de verbas das universidades públicas, e também à candidatura presidencial de extrema-direita expressa pela *hashtag* #elenão e, principalmente, contra o aumento do Restaurante Universitário (RU). Na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a mobilização foi organizada em todos os campi, incluindo Rondonópolis, que hoje é emancipada como Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

A política de contingenciamento orçamentário adotada durante o governo Temer (2016) e perpetuada no governo Bolsonaro (2018) foi articulada sob uma perspectiva neoliberal, cumprindo justamente o desmonte das universidades públicas, para justificar processos de privatização. As práticas de contingenciamentos de recursos financeiros obrigaram as instituições a lidarem com um novo orçamento que ameaçavam até as questões básicas como fornecimento de energia elétrica, além de da pesquisa, extensão e as políticas estudantis.

Diante de tantas ameaças ao ensino superior público, os estudantes iniciaram manifestações e ocupações das universidades federais. Na UFMT e em seus campi universitário, dentre as várias motivações, o aumento do RU foi o carro-chefe, pois os valores tiveram reajustes que representaram 500% sobre as refeições (café da manhã, almoço e janta) na instituição. Sendo o RU umas das principais políticas de Assistência Estudantil, os estudantes se organizaram sob a revogação dos aumentos ou, pelo menos, uma solução que não resultasse em prejuízos substanciais. Ao final das manifestações, os estudantes alcançaram conquistas, ou seja, no primeiro momento ocorreu a suspensão dos aumentos, posteriormente estes foram reajustados, de modo que não afetasse significativamente os estudantes.

Este estudo versa sobre a perspectiva dos jovens da Universidade Federal de Rondonópolis a respeito da política nacional, acerca dos seus efeitos na educação superior pública. Além disso, buscamos compreender como se dá o envolvimento juvenil em situações políticas de seu cotidiano, sobretudo por serem estudantes de universidade pública. Em outras palavras, objetivamos conhecer como esses sujeitos entendem a dimensão da política e como ela afeta os interesses sociais.

No Brasil, o papel do estado na garantia dos direitos sociais básicos é alvo de muitas discussões e debates que envolvem diversas relações sociais. Isso sugere que há uma grande complexidade e debate em torno de como o Estado deve fornecer e proteger os direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia, trabalho, cultura entre outros. Portanto, é comum, ainda hoje, existirem muitas questões pendentes a respeito dos direitos sociais que precisam ser dialogados, ou seja, ainda há muitos problemas e desafios a serem enfrentados para garantir plenamente os direitos básicos para todos os cidadãos. Dentre essas questões, encontra-se a educação pública, que em um período mais recente, especificamente a partir de 2016, tem sofrido um grande desmonte.

Esta Dissertação está organizada, além desta Introdução, em cinco seções e as considerações finais. A primeira seção discute a função social atribuída à educação nos diferentes contextos da história do Brasil, demonstrando as principais tensões e contradições que permearam a sistematização do seu sistema educacional, bem como a manutenção, adaptação e rupturas que definiram tais políticas, além da delimitação do caráter elitista que permeou o acesso à educação superior pública. Evidencia-se seu contexto político, econômico e social, sobretudo após a década de 1990, com a reforma educacional e o processo de expansão do ensino superior.



Discutiremos a respeito de como se construiu a ideia de universidade no Brasil, isto é, quais foram os fundamentos para sua constituição tal como conhecemos hoje. Veremos que historicamente a educação em nosso território nunca foi uma prioridade usufruída por todos. Este modelo de universidade pensada para os mais diversos setores da sociedade, gratuita e prezando pela qualidade, é uma conquista que se deu de forma muito recente e por meio de muitos enfrentamentos das camadas menos favorecidas. Portanto, embora ainda exista certa discrepância em relação à diversidade no meio acadêmico, o que se tem hoje são frutos de relações políticas, ou seja, de posicionamentos articulados para garantir e assegurar o direito à educação superior pelos mais variados grupos sociais.

Considerando o poder da educação, tanto no que se refere ao conhecimento quanto às discussões que dela surgem, nos interessa compreender como os jovens universitários se posicionam em relação às ações governamentais e suas interferências no campo educacional, pois as práticas de governos aliados às teorias neoliberais sorrateiramente causam prejuízos imensos às universidades, à medida que buscam diminuir os investimentos estatais na educação pública para priorizarem os investimentos no âmbito privado. Portanto, não há como dialogar sobre universidade pública sem também pensar nas questões políticas e suas intervenções sobre todos os setores do espaço acadêmico.

A segunda seção versará sobre a política neoliberal, principalmente por seu papel ilusório e marcado por interesses. Esse modelo político constrói uma visão de mundo para justificar a privatização de todos os setores públicos, promovendo a ideia de que as questões de caráter público são de qualidade duvidosa, criando uma ilusão de que o setor privado consegue resolver muitos problemas de formas simples e com qualidade superior. Porém, ao contrário disso, o real objetivo das políticas neoliberais é a geração de lucro e rendimentos regulares às custas de baixos investimentos e exploração. A ilusão que se cria é, na verdade, um incentivo ao Estado deixar de investir no setor público para abrir margens e justificativas suficientemente visíveis para ações de desestatização e privatização de setores básicos e essenciais.

Em resumo, nesta seção vamos explorar como a política neoliberal ilude as pessoas ao criar a ideia de que a privatização é a melhor opção, mas na verdade, seu objetivo principal é beneficiar alguns grupos em detrimento do investimento e bem-estar público. Essa discussão se torna evidente quando analisamos o déficit no investimento na educação superior pública no Brasil, mais recentemente orquestrado

pelas gestões de governo aliadas às ideias de direita, conservadoras e liberais dos governos de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019- 2022). Nos dados apresentados na segunda seção, realizamos uma análise das reduções de investimentos nas universidades federais em todo o país, o que acarretou diversos problemas. Estes incluem a escassez de recursos para pagamento de pessoal e a falta de verbas destinadas à oferta de bolsas, que são fundamentais para sustentar a pesquisa séria e eficiente realizada mensalmente pelas universidades federais. Além disso, os auxílios que garantem a permanência de uma parcela do corpo discente das universidades públicas brasileiras, também foram afetados por essa situação.

Na terceira seção desta pesquisa, discutimos o conceito de juventude e suas múltiplas facetas desenvolvidas por autores de diferentes áreas do conhecimento. Realizamos uma análise sobre classificações como a "natureza da juventude" e sua relação, ou falta dela, com as questões políticas que permeiam a vida cotidiana dos estudantes universitários em uma instituição pública.

Na quarta seção, apresentamos a metodologia do estudo, bem como o público alvo a caracterização da pesquisa e como ocorreu a coleta de dados. A partir do quinto capítulo, iniciamos a caracterização do estudo qualitativo à luz do arcabouço teórico. Onze estudantes de variados cursos responderam ao formulário construído e disponibilizado de forma online pela plataforma Google Forms, o qual conteve perguntas que dialogam com o nosso problema de pesquisa. Nosso objetivo principal foi compreender como os jovens da UFR pensam a política e sua influência sobre a universidade pública em todos os seus aspectos, incluindo a pesquisa, o acesso e a permanência de estudantes de diferentes grupos sociais.

O estudo em foco neste trabalho, que se debruça sobre a percepção política dos jovens estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) em um contexto de desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, apresenta-se como um contributo significativo para o campo educacional e para as pesquisas educacionais contemporâneas. Diante do cenário de desmonte do setor público e das universidades, este estudo oferece uma análise crucial sobre a influência do discurso neoliberal na precarização das instituições de ensino e no engajamento político dos jovens universitários. Ao evidenciar a participação ativa desses estudantes, em meio a protestos e ocupações, rompe-se com a narrativa de apatia política juvenil, revelando uma consciência política latente e uma disposição para a ação coletiva.

Esses resultados não apenas enriquecem o entendimento sobre a dinâmica política na esfera educacional, mas também oferecem subsídios valiosos para repensar políticas estudantis e estratégias pedagógicas que promovam a participação cívica e a consciência crítica entre os jovens, fortalecendo, assim, a democracia e a construção de uma sociedade mais engajada e plural. A análise realizada e os resultados obtidos emergem como um chamado para uma reflexão aprofundada sobre o papel da educação na formação política da juventude, instigando, por conseguinte, um olhar crítico e propositivo para o aprimoramento do sistema educacional e das políticas voltadas aos estudantes universitários.

## **CAPÍTULO 1 – UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: RIZOMA DE SUA ESTRUTURAÇÃO**

### **1.1 – Educação como elemento essencial da vida humana**

Objetivando compreender o cenário atual em que se encontra o ensino superior público brasileiro, nosso ponto de partida da pesquisa é traçar uma breve contextualização a respeito de como se deu o surgimento da educação superior no Brasil, bem como o desenvolvimento da constituição da universidade pública. Com isso, intencionamos destacar as principais mudanças que ocorreram nesse processo e como elas se relacionam com as políticas de permanência adotadas pelas universidades públicas brasileiras na atualidade.

Não é inédito dizer que o acesso à educação pública reconhecida como direito social no Brasil se deu a partir da Constituição Federal de 1988:

Art. 6º da Constituição: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Percebe-se que a Carta Magna é categórica ao mencionar o direito de todo cidadão e cidadã do território nacional à educação. Entretanto, é válido ressaltar que a mobilização por meio de movimentos sociais é fundamental para a garantia efetiva desse direito, pois os sujeitos sociais são seres históricos; portanto, suas ações e pensamentos mudam no tempo e modificam as estruturas à medida que enfrentam os problemas, não só da vida coletiva, como da experiência pessoal.

O processo educativo tem grande importância nas sociedades, pois permite a manutenção da memória, além de fornecer condições existenciais. Nesse sentido, concordamos com Mota (2018) ao mencionar que a educação precisa ser reconhecida como totalidade, já que promove uma relação com todas as esferas sociais. Logo, a educação não pode ser manejada de forma isolada, mas deve ser considerada como parte integrante de toda dimensão da vida social. Nessa perspectiva, pensar a educação significa conhecer a realidade complexa em que ela se desenvolve, pois, os processos educacionais e a política que a estrutura são resultados de diversos movimentos que tem influência direta nos processos formativos que possibilitam promover o desenvolvimento de potencialidades.

A educação é uma parte essencial e integrante da vida humana e possui influência com o propósito de formação e construção sobre os sujeitos. Além disso,

engloba a ação mais ampla e genérica da sociedade sobre as gerações, com o objetivo de preservar e transmitir a existência coletiva. Ademais, é um elemento essencial da cultura assim como a literatura, a ciência ou a arte, sem ela os processos culturais seriam inviáveis. Dessa maneira, compreendemos a partir de Santos e Gonçalves (2012) que a história da educação faz parte da história da cultura, que por sua vez é uma porção da história geral da humanidade.

O ser humano é influenciado pelas mudanças que ocorrem ao longo do tempo, o que o torna um ser histórico. Suas experiências pessoais e as questões enfrentadas na sua vida em sociedade, moldam suas ações e pensamentos. Outrossim, o trabalho que envolve a transformação do ambiente natural, tem efeito sobre as pessoas, no seu modo de pensar, envelhecer e sentir o mundo. Isso nos permite pensar que a humanidade vivencia cotidianamente mudanças constantes e nunca permanece exatamente igual. Além disso, a educação tem um papel fundamental nesse processo, pois por meio dela os sujeitos são transformados, adquirindo condições de pensarem por si de forma crítica sobre as organizações que os cercam.

Sendo assim, os sujeitos humanos devem ser entendidos dentro de seu contexto social e histórico, ou seja, como seres que construíram a si mesmo e a cultura por meio de sua prática social. É por meio das relações que estabelecem com outros indivíduos que os seres humanos desenvolveram comportamentos, instituições e conhecimentos. Esses padrões são transmitidos e aprimorados no decurso do tempo, permitindo que sejam assimilados e modificados de acordo com as necessidades e valores de cada cultura. Dessa forma, é através do processo educacional que uma comunidade pode preservar sua história e garantir a continuidade de suas tradições e valores, viabilizando assim sua própria sobrevivência.

Embora a educação se constitua elemento primordial e permanente da vida individual e social, a forma como se realiza não é fixa e imutável, mas é influenciada pelas necessidades e desejos de cada sociedade em um determinado período. De forma semelhante, a sociedade à qual a educação está relacionada não é estática e definitivamente estabelecida, mas está em constante transformação. Além disso, conforme Oliveira (2016), diferente de ser uma prioridade dos espaços institucionalizados de aprendizagem, a educação tem uma dimensão muito maior do que meramente ensinar e instruir, o que significa dizer que o processo educacional não se prende e nem se limita a um processo sistemático do fazer, mas possui grandes possibilidades de interações.

Assim como indica Freire (1996), a educação é uma forma de intervenção no mundo e, além do conhecimento dos conteúdos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. De acordo com Santos Jr. (2013), a educação tem como elemento permanente o ato da pesquisa, o questionamento e a reflexão crítica da realidade enquanto processo que envolve a relação dialética entre a leitura do mundo. Neste sentido, o conhecimento crítico do contexto em que o sujeito está inserido é visto como um processo permanente e inacabado.

Conforme aponta Santos e Gonçalves (2012), a educação possui como função partilhar o conhecimento produzido, a cultura entre outras características que perpassam o cotidiano em um determinado momento, além de integrar o desenvolvimento dos agrupamentos humanos. A educação retrata as contradições presentes nas diferentes sociedades e representa o meio de novas ideias, cumprindo um papel essencial nos acontecimentos históricos. Nesse sentido, Martins (2004) discorre que a educação enquanto processo de ensino aprendizagem, traz em seu cerne uma contribuição no aspecto do desenvolvimento das potencialidades, bem como da necessidade de experiências e estímulos para sua evolução, na qual é marcada por várias vertentes de assimilação.

Dada a função que a educação possui na vida humana, negar o acesso a ela impede que os sujeitos percebam a sua realidade objetiva. Mota (2018) menciona que a disseminação da educação para todas as pessoas é crucial, uma vez que ela forma os indivíduos para uma consciência de si mesmos como seres individuais e pertencentes a uma classe, o que pode proporcionar uma possível transformação social. Dadas às circunstâncias histórico-sociais que regulam a formação e o desenvolvimento do papel social da educação, é importante considerar que, apesar da educação ser um importante instrumento para tomada de consciência, esta poderá servir tanto para a transformação da sociedade quanto para a manutenção do sistema de desigualdade e de dominação de uma classe sobre a outra, como é de praxe das tentativas da ideologia neoliberal.

Quando tratamos da educação, sobretudo da educação superior, eixo central em nossa discussão, sabemos que o Brasil tem transitado por vias de retrocesso, o que nos permite elencar a carência por um projeto de educação de qualidade em todos os níveis de ensino. As pessoas marginalizadas em condições de vidas precarizadas,

ainda não acessam efetivamente a educação formal, isto é, tem o seu direito negligenciado, os dados a seguir confirmam essa premissa.

O relatório emitido em 2021 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)<sup>1</sup> apontou uma estimativa de quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola em 2019 no Brasil. No mesmo sentido, dados emitidos pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp)<sup>2</sup>, na XII edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil em 2022, mostram que apenas 4,13% de um total de 23,21 milhões de jovens entre 18 e 24 anos acessam o ensino superior.

De acordo com o painel estatístico lançado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)<sup>3</sup>, a partir Censo da Educação Superior em 2021, dos 8,279.348 milhões de estudantes matriculados em instituições de ensino superior, apenas 24% estão em instituições públicas. E, deste percentual, conforme a V pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)<sup>4</sup>, 70,2% correspondem a estudantes de baixa renda. Esse cenário, demonstrado parcialmente, será discutido mais adiante no trabalho, mas reflete claramente que a educação, como direito, não está sendo efetivamente acessada por todos com equidade.

Além da disparidade de acesso à educação, é recorrente a tentativa de transformá-la de seu papel de partilhar conhecimento para a apropriação e utilização de sua função como instrumento de conformidade ideológica de caráter liberal. Nesse sentido, concordamos com Aranha (1996) ao mencionar que a educação não é um processo isento de distorções ou de apropriações.

A educação formal ao longo dos anos assumiu um caráter intelectualista, cada vez mais distanciando-se da realidade concreta e destinando-se às camadas mais altas da sociedade. O processo educativo das vias institucionalizadas há tempos performa uma dupla postura, com objetivos diferentes, a saber: para a elite, uma escola de formação que pode se estender até os graus superiores, enquanto para

<sup>1</sup> <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>

<sup>2</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apenas-18-1-dos-jovens-de-18-a-24-anos-estao-matricula-dos-no-ensino-superior/>

<sup>3</sup> <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior#:~:text=Total%20de%20estudantes%20%E2%80%93%20O%20Brasil,estudantes%20conclu%C3%A9Dram%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior.>

<sup>4</sup> <https://portal.unila.edu.br/noticias/pesquisa-da-andifes-mostra-que-70-2-dos-estudantes-universitarios-vem-de-familias-com-renda-de-ate-um-salario-minimo-per-capita>

aqueles das classes trabalhadoras há recorrentes tentativas de lhes oferecer o básico da leitura e escrita, objetivando o encaminhamento para a profissionalização. De acordo com o discurso que sustenta essa ideia, esse é um "caminho" para manter o desenvolvimento da sociedade. Esses aspectos, somando-se aos corriqueiros retrocessos que têm se efetivado em relação aos direitos sociais no Brasil, de forma naturalizada, recaem sobre a educação superior pública numa tentativa muito bem articulada e intencional de deslocá-la para um nível de superficialidade e fragmentações.

Levando-se em consideração o contexto no qual vivenciamos nos últimos anos no território brasileiro, de ataques constantes à educação e às universidades públicas, nos debruçamos, neste primeiro capítulo, a entender os elementos que estruturaram a universidade no Brasil. Justamente para reconhecer as intencionalidades de seu processo de construção, de modo a perceber como foram articuladas modificações que ressignificaram seu conceito até personificar a concepção que conhecemos hoje. Identificamos algumas peculiaridades do seu projeto inicial, como os fins para os quais ela foi projetada e quem foram os sujeitos que a compuseram durante anos.

## **1.2 – A trajetória da Universidade pública no Brasil**

É importante sinalizar que pensar a Universidade pública brasileira, em última instância, é dialogar a respeito da conquista de direitos de uma grande maioria. Historicamente, em nosso país, o acesso ao ensino superior foi tardio e, para alguns corpos, esse tempo se estendeu ainda mais, tendo em vista as questões de classe, raça e gênero que sempre foram marcadores consideráveis em suas vivências.

Desse modo, hoje, o significado de universidade para uma grande parte das pessoas vai além de ser apenas um passo puro e simples de profissionalização. Monfredinni (2016) assinala que as demandas das classes populares por educação superior não se resumem apenas à busca de certificação, mas incluem o direito à apropriação autônoma e aut centrada da cultura e dos conhecimentos historicamente produzidos, que formam os sujeitos.

Para diversos grupos, a universidade é uma conquista inimaginável, uma forma de conhecer sua força, seu potencial e de estender suas raízes, sobretudo em espaços outrora negados aos seus antepassados: mulheres de forma geral, homens e mulheres negras, pessoas LGBTQIAP+, pessoas com deficiências, indígenas, filhos



e filhas da classe trabalhadora. O verso da música "AmarElo" do rapper Emicida menciona a seguinte frase: "Cê vai atrás desse diploma, com a fúria da beleza do sol, entendeu? Faz isso por nóiz". Esse trecho salienta o fato de que ingressar na universidade, para muitos sujeitos, é mais do que uma conquista pessoal. É a realização do sonho de seus ancestrais, além de ser um símbolo de luta e resistência.

Ao analisarmos o contexto da expansão da universidade pública brasileira, não há como negar o quanto já se avançou. No entanto, é de se reconhecer que, para os corpos marginalizados por marcadores sociais continuarem ocupando o meio acadêmico, ainda serão necessárias muitas transformações que evidenciem a preocupação em abraçar a diversidade nesse espaço. Já ocorreram mudanças, tanto no sentido do significado quanto da amplitude de acesso à universidade. Nessa trajetória, todos os mecanismos de auxílio à abertura de suas portas foram e continuam sendo essenciais, pois são responsáveis por promover oportunidades que anteriormente eram inéditas aos antepassados de grupos negligenciados. E justamente devido a esses mecanismos, que idealizaram melhorias nas distribuições de renda e no acesso à educação, foi possível ter a oportunidade de ver pessoas que eram alheias ao ensino superior entrarem e transformarem a cartografia da universidade.

As bases que formam o tripé da universidade atualmente, delineadas como Ensino, Pesquisa e Extensão, são asseguradas pela Constituição de 1988 e compõem a formação dos estudantes que a frequentam. Nesse sentido, o papel da universidade visa promover atividades que contribuam com a construção do pensamento crítico, a transformação social e a conquista de direitos civis, políticos, sociais, individuais e coletivos, estabelecendo, desse modo, uma relação com a sociedade. Certamente, essas características se diferem em muito dos princípios pelos quais o ensino superior público esteve ancorado em sua proposta inicial.

É importante um parêntese para salientar que não se pode considerar apenas o conhecimento advindo da universidade como válido. Tragtenberg (2002), em *A delinquência acadêmica* ao discutir sobre a relação entre a dominação/saber, e o intelectual/universidade, pontua que a Universidade como instituição historicamente ligada a dominação do conhecimento, ajudou a legitimar esse modelo de educação como sendo "objetivo", "único" e "antipovo", desconsiderando ou inferiorizando outras formas de saber. Isso implica pensar que a educação formal, ao longo do tempo, pode ter contribuído para manter e perpetuar desigualdades sociais e culturais, ao

privilegiar determinados grupos e marginalizar outras formas de saber que não se enquadram nesse modelo intelectualista. A reflexão de Tragtenberg destaca a necessidade de repensar o papel da universidade na sociedade e questionar o modelo de educação que perpetua o domínio do conhecimento, nos convidando a considerar e promover uma abordagem mais inclusiva e diversificada para o ensino e a pesquisa, que valorize diferentes perspectivas e experiências.

Não obstante, é necessário compreender a educação além do seu aspecto formal e reconhecer o peso que ela possui fora desses ambientes. Brandão (2002) argumenta que a escola e a própria universidade não são os únicos lugares em que a educação acontece. Ela tanto pode existir livre, sendo uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como pode existir imposta por um sistema centralizado de poder que usa o saber e o controle sobre ele como armas que reforçam a desigualdade, a divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos, como já ocorreu de forma excêntrica e ainda continua, mesmo que seja de uma maneira camuflada.

Santos Jr. (2013) sinaliza que a educação formal é um sistema educacional institucionalizado, cronológico e garantido, que vai dos primeiros anos da escola até a universidade. Por sua vez, a educação não formal é toda atividade organizada, sistemática e educacional, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar certos tipos de aprendizagem. A educação informal é um processo que dura a vida inteira, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos de discernimento por meio das experiências experimentadas e da sua relação com o meio. Portanto, não é apenas no campo pedagógico ou acadêmico que a educação se abriga.

Ainda de acordo com Santos Jr.

O saber não é apenas possuir conhecimento, mas é oportunizar que este seja aplicado em um determinado campo, é o que pode ser convertido em experiências. Um saber pode ser construído pela intuição, ou sem necessidade de intervenção do raciocínio, por observação rápida da realidade. (SANTOS JR., 2013, p. 305).

Conforme mencionado acima, o conhecimento por si só não é suficiente, é necessário conseguir aplicá-lo em um determinado campo. Ou seja, o saber não se limita apenas à posse de informações, mas envolve a capacidade de transformá-las em experiências concretas. O autor nos permite compreender que o conhecimento pode ser adquirido de diferentes maneiras, incluindo a intuição e a observação rápida

da realidade, sem necessariamente depender do raciocínio lógico. Isto é, o saber vai além do simples acúmulo de conhecimento teórico e envolve a habilidade de aplicar esse conhecimento de maneira prática e contextualizada.

Mas, para além de defender a educação como um bem de todos e de compreender que sua atuação não está delimitada a um espaço institucionalizado, é fundamental reconhecer a importância da educação formal de via libertadora, como aquela proposta por Freire (1986), em que impulsiona e desperta os sujeitos para a consciência histórica, oferecendo-lhes ferramentas para a defesa e manutenção de pautas afirmativas que discutam a diversidade no âmbito nacional e constitucional.

Nesse sentido, embora saibamos que não apenas a educação oficial deve ser considerada válida é importante mencionar o que é sinalizado por Foucault (2007, p. 28) “o saber é fruto de relações de luta, gerador de relações de poder, instrumento de guerra, meio de dominação, o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”. Sabendo dessa potência, é essencial que os filhos e filhas de grupos marginalizados ocupem os espaços institucionais, sejam eles a escola, a universidade, o senado, a câmara e os demais espaços de poder e de decisão para que suas pautas sejam visibilizadas e defendidas. Pois, é praxe não apenas em nosso país, mas no mundo, renegar os corpos subversivos e abjetos, aqueles sinalizados por Butler (1997), que vão na contramão do sistema.

Saber é possuir conhecimentos, sensatez e reflexão, não pressupõe apenas ter o conhecimento, mas sim entender como utilizá-lo em todos os percursos da vida. Portanto, se saber é poder, é preciso se apropriar dele para defender pautas que importam, principalmente aos grupos negligenciados.

Dado a importância do conhecimento da educação formal para a utilização como movimento emancipatório dos direitos sociais, é importante considerar o quanto a expansão da educação e do acesso às instituições de ensino superior ocorreu morosamente no Brasil. De acordo com Coelho e Vasconcelos (2009), em países vizinhos na América do Sul, o ensino superior surgiu a partir do século XVI, enquanto no território brasileiro, por sua vez, ocorreu somente a partir do século XIX, com a chegada da família real em 1808. Mota acrescenta que:

O processo de criação da universidade no Brasil ocorreu de forma tardia, em decorrência da resistência de Portugal, em razão da colonização exercida sobre o Brasil, e por parte de brasileiros que não viam sentido em construir um estabelecimento de ensino superior na Colônia, pois consideravam que o mais apropriado era que as elites da época procurassem a Europa para fazer os cursos superiores. (MOTA, 2018, p. 21)

Conforme a autora, o processo de criação de universidade no Brasil ocorreu vagarosamente, de modo intencional, pois antes disso, durante o período colonial, embora houvesse algumas tentativas de criação de universidades, a grande elite possuía condições suficientes para estudar em Portugal. Logo, o desinteresse, ou mesmo a intenção em manter uma colônia subserviente, dificultou o avanço do ensino superior em terras brasileiras.

Nas primeiras tentativas em direção a construção de um sistema de ensino superior no Brasil, não houve uma preocupação em envolver toda a sociedade, ao contrário disto, a intenção era manter a ordem das classes, na qual uma estaria sendo subjugada pela outra por meio da educação formal, reforçando uma determinada realidade social, já que o currículo intensificava essa ideia, assim como as oportunidades eram limitadas a um grupo muito bem definido na sociedade, isto é, aqueles que pertenciam as camadas mais elevadas.

Conforme aponta Nierotka e Trevisol (2019), o público que inicialmente frequentava o espaço das instituições superiores de ensino era selecionado a partir de marcadores classistas, heteropatriarcais e racistas. Considerando as bases nas quais se estruturava o ensino superior, torna-se visivelmente fácil compreender o quanto ele estava a serviço do aparelho repressor da metrópole. O interesse federal era exclusivamente disponibilizar o ensino formal apenas à alguns grupos, enquanto a grande parte da população foi sendo marginalizada desse acesso. Em linhas gerais, não há como negar que o grande público que ocupou, em primeira mão, os lugares da educação no Brasil foram formados por classes dominantes, para servir especificamente interesses desta classe e manter o status social imóvel.

Após os primeiros passos em direção a oferta de educação superior no território brasileiro, as discussões sobre a necessidade de escolas que oferecessem esse tipo de ensino começaram a ser analisadas. A partir disto, Mota (2018) esclarece que, no início do século XIX, inaugurou-se no Brasil uma “escola superior” identificada pela autora como precária e imediatista, pois objetivava apenas atender os requisitos de poder da classe dominante. Sua função era ofertar cursos substanciais, considerados “fundamentais” para a formação daqueles que poderiam assumir papéis importantes na estrutura burocrática e administrativa do Brasil, relacionados principalmente com as áreas de medicina, engenharia e advocacia. Ou seja, o real objetivo das escolas superiores era formar e preparar um público específico de letrados com habilidades

universais para assumir determinadas funções dentro da estrutura econômica, política e social da sociedade colonial brasileira.

Após a Proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822, novas escolas superiores foram construídas no país, mas as estruturas e o modelo das unidades se mantiveram inalterados (MOTA, 2018). Em 1827, foram criados dois cursos jurídicos que objetivavam formar as elites, através de um pensamento político baseado nos interesses do Império, para assumirem os espaços políticos, como as assembleias, o governo das regiões e também o governo central. Cabe dizer que, apesar das várias tentativas de construção da universidade durante o período imperial, nenhuma delas tiveram sucesso.

Portanto, Mota (2018) esclarece que ao iniciar as atividades daquelas que no futuro viriam a ser as universidades, o ensino ofertado se esquivava da pesquisa científica e incentivava a importação de soluções tecnológicas prontas, propiciando o mergulho do país na dependência externa. O grande objetivo, portanto, era formar e preparar um público específico de letrados com habilidades universais para assumir determinadas funções dentro da estrutura econômica e intelectual da aristocracia brasileira.

Percebemos então que a escola superior se constituiu como uma escola de elites culturais, explorando o ensino superior em direções muito limitadas. Logo, a escola superior tornou-se uma referência de ensino magistral e unifuncional, de transmissão dogmática dos conhecimentos nas áreas do saber técnico-profissional valorizadas econômica e culturalmente pelos extratos dominantes de uma sociedade de castas e estamental.

Para além de ser inclinada a atender as demandas da classe dominante, a educação nesse período recebeu um valor de investimento muito baixo. Mota (2018) apresenta que o orçamento voltado para a educação pública nesse momento era mínimo, com percentuais de 1,99%. Esses déficits permaneceram até mesmo na transição para a Primeira República, já que o índice de analfabetos no país atingia 65% da população, ou seja, mesmo após o advento da República, poucas foram as alterações em relação ao compromisso do governo com a construção da universidade. Esse dado nos mostra que em nosso país o investimento em educação não foi, e nos últimos anos permaneceu não sendo, uma prioridade, tendo em vista os baixos números de investimentos, principalmente financeiros, que têm sido aplicados na educação ao longo dos anos.

As escolas superiores, que foram o pontapé inicial para a construção da ideia da universidade no Brasil, não possuíam preocupações quanto a formação crítica e humana. O seu sentido aproximava-se puramente da formação profissional e destinava-se a elite que assumiria papéis administrativos. No entanto, uma década antes do avanço tecnológico e industrial no país, especificamente em meados da década de 1920, houve grande efervescência no meio intelectual em busca de “soluções” para os problemas da educação brasileira e cobrança de maior participação do Estado nos planos educacionais, uma vez que o analfabetismo passou a ser visto como o principal motivo para o “entreve” do país. Conforme Wagner (2020), em 1920 surgiram grupos que idealizaram a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) tornando-se responsáveis por “sensibilizar” a sociedade sobre os problemas da educação e apresentarem “críticas” quanto as necessidades de mudança.

Posteriormente, a partir da década de 1930, iniciou-se um processo de expansão das escolas superiores de ensino, com abertura para um público maior, no entanto, ainda com caráter funcionalista. O sistema de ensino superior continuou se organizando de modo a responder às necessidades criadas pelas transformações econômicas e sociais vivenciadas pelo país. Somente alguns anos mais tarde, com a expansão das escolas de Filosofia, Ciências e Letras, a antiga escola superior foi substituída pela Universidade, passando a ter um caráter mais autônomo e preocupações sociais mais relevantes.

É fato que inicialmente houve uma resistência em se promover a ideia de universidade, além do pouco interesse em expandi-la. Esse cenário somente começou a ser transformado a partir da Primeira República, em razão das intensas modernizações e explorações dos setores industriais, que passaram a ser realidade na sociedade brasileira, fomentando a necessidade de mão de obra qualificada, o que exigiu demandas por certa expansão do ensino. Em virtude de um caráter centralizador e autoritário, o governo investiu em uma propaganda de cunho nacionalista que visava à legitimação do poder, atingindo, inevitavelmente, a educação, que passou a ser vista como uma “solução” para os problemas nacionais, alimentando a mentalidade de seu papel apenas como serviço e não como potencializadora da transformação histórica e social.

Deste modo, surgiram leis e decretos que passaram a regulamentar a expansão e o acesso à universidade. No entanto, vale ressaltar até que ponto se

defendia esta ideia e, principalmente, para quais fins servia, haja vista que, de acordo com Mota (2018), apesar da criação das leis para regimentar o ensino superior no país, este nível de ensino ainda estava centralizado à elite, pois o acesso ao ensino superior se dava por meio do ensino secundário, ofertado aos que possuíam condições financeiras de pagar por ele. Enquanto isso, para a classe trabalhadora, apenas se oferecia o básico, ou seja, o ensino técnico comercial que direcionava uma grande massa de pessoas à manutenção de mão de obra barata para atuação em fábricas recém-criadas no Brasil.

Conforme mencionado inicialmente nesta discussão, a educação pública gratuita assegurada a todos é um conceito recente, visto que somente foi garantida em lei no final da década de 1990, com a Constituição de 1988, pois até a então o ensino secundário, que hoje corresponde ao segundo segmento do ensino fundamental, era voltado para as classes média e alta, com objetivos de inseri-los nos cursos superiores, favorecendo a criação de uma elite intelectual e um corpo técnico-burocrático.

Mesmo depois da abertura exigida pelas demandas do capital para a expansão do ensino, ainda houve resistências em ampliá-lo para todas as camadas da sociedade, pois o que antes era apenas destinado às camadas mais altas, agora passaria a ser oferecido para todos. A grande resistência foi representada pelas diferenças do ensino que eram proporcionadas às classes, pois enquanto à classe trabalhadora foi ofertado apenas o ensino básico, a universidade continuaria sendo frequentada por uma minoria. Portanto, em última instância, a famigerada expansão do ensino, de certo modo, possuía um papel de reprodução da dominação com intensões em manter o mesmo status, isto é, a continuidade de uma sociedade de privilégios.

Todavia, é interessante analisar como os discursos vão se moldando para favorecer uma determinada realidade, o que não é diferente ao se tratar da educação. Pois, num período não muito distante, a educação formal foi defendida como um bem cultural e reservada a pequenos grupos. No entanto, a partir de necessidades muito bem definidas, ela passou a ser expandida como um bem nacional. Mesmo assim, fica visível observar que a universidade em nosso território não foi pensada com o objetivo de atender as necessidades sociais inerentes à realidade brasileira naquele período, mas foi concebida como um bem cultural oferecido a uma minoria que detinha o poder econômico e político. Portanto, é válido afirmar que a partir das necessidades

do próprio capital, abriu-se brechas suficientes para o rompimento da estrutura que manteve, ao longo de décadas, um ciclo fechado e com um público específico.

Após todo movimento em torno da ampliação do ensino, também se criou propostas de transição da escola superior para um modelo de Universidade que trabalhasse em conjunto com a pesquisa científica. Durante esse período, a educação passou a ser regulamentada pelo estado. Nesse contexto, conforme Fávero (2006), o governo federal desenvolveu um projeto de universidade articulado com medidas que foram desde a criação do Estatuto das Universidades brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31), Estruturação da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/31) até a Constituição do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31).

Mota (2018) sinaliza que, a partir da transição da escola superior para universidade, os investimentos destinados a expansão desses espaços de conhecimento cresceram e obtiveram aumento do número de instituições de ensino superior, que foi maximizada em cinco vezes as já existentes até o período, representando um crescimento de 43%. Mas, é interessante observar, embora o número de instituições tenha crescido naquele momento, junto com a quantidade de matrículas, a reorganização para oferecer qualidade de ensino não acompanhou esse crescimento. Além disso, não representou o acesso amplo à toda população, visto que as pessoas das classes populares ainda não acessavam efetivamente esse nível de ensino.

Este fenômeno mobilizou intensamente as organizações estudantis, visando a real ampliação do ensino superior a todos e todas, isto é, mesmo para as pessoas menos favorecidas financeiramente, além de exigirem a prática da pesquisa científica no interior das universidades e autonomia para essas instituições. Amplamente, haviam vários pontos problemáticos que posteriormente resultaram na lei de regulamentação das universidades, a qual foi responsável por estabelecer uma série de questões importantes. Diante dos diversos problemas que as universidades enfrentavam, é possível perceber que o investimento em ampliação das universidades se deu, primeiramente, por uma demanda do próprio capital, posteriormente, em razão da pressão de movimentos populares para que este ensino atingisse a todos e todas de forma ambilateral e oportunizasse a criação de programas que contribuíssem para a diversidade no espaço acadêmico.

Conforme aponta Azevedo (2012), até mesmo as camadas médias urbanas se juntaram ao movimento de incentivo e fomento das universidades no país. Isso



ocorreu porque muitos de seus pequenos negócios na área comercial e industrial foram absorvidos por grandes empreendimentos, modificando os planos das famílias, que passaram a encaminhar seus filhos para um novo mercado de trabalho, uma vez que os pequenos negócios familiares estavam desaparecendo, devido à adoção do novo processo de concentração da propriedade e da renda. A inserção dos filhos neste novo mercado de trabalho exigia uma formação profissional especializada, que somente estava disponível no ensino superior. Por isso houve forte pressão exercida por estes segmentos sobre o governo para que houvesse maiores investimentos na educação pública em todos os níveis.

Essa mobilização, organizada pelo movimento estudantil, além de ter envolvido temas importantes em relação ao ensino público, contou com a participação de personalidades como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Manuel Lourenço Filho. Eles defendiam o conceito de modernização do ensino superior e a ideia de uma universidade que não se restringisse apenas a uma instituição de ensino, mas que fosse um centro de conhecimento independente. Todo esse movimento foi crucial para pressionar o governo a implementar a Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que estabeleceu a criação da Universidade de Brasília (UnB), que surgiu como a universidade mais moderna do país, tanto em termos de aparelhamento institucional quanto em sua finalidade.

Wagner (2020) salienta que essa foi a primeira universidade brasileira a não ser constituída a partir da aglutinação de faculdades pré-existentes. Sua estrutura era completa, flexível, moderna e contrastava com a universidade segmentada em cursos profissionalizantes. Segundo Fávero (2006), a UnB apresentou-se como um divisor de águas na história das universidades, desfrutando de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar. Embora não tenha rompido completamente com o antigo modelo de ensino superior, a partir dela, as universidades passaram a ter uma importância maior do que apenas formar profissionais liberais, como ocorria nas escolas superiores. Nota-se o peso do movimento estudantil nessa conquista.

Não só houve um enfrentamento pelo surgimento de uma universidade moderna que tivesse autonomia, como também houve uma luta pela ampliação do acesso a esse ensino para todas as classes sociais. Sendo assim, ocorreram embates por uma reforma universitária, com o objetivo de alcançar autonomia e ampliar o acesso à universidade, entre outros elementos importantes em relação ao ensino superior público.

### 1.3 – Realidade da Universidade Pública brasileira durante a Ditadura Militar

A partir de 1964 o Brasil vivenciou uma série de tensões sociais com adoção de medidas repressivas em relação à universidade. Segundo Fernandes (1975), o governo Castelo Branco estabeleceu uma série de questões que passaram a orientar o ensino superior, celebrando acordos, criando novos institutos e departamentos, demarcando o caráter conservador e repressivo das ações que objetivavam manter a “ordem social” em vez de promover efetivamente uma reforma universitária. Napolitano (2014) salienta que as universidades públicas, à medida que passaram a ser consideradas “inimigas da ordem” enfrentaram dificuldades devido a ações que ameaçavam diretamente a liberdade de cátedra. Diversos materiais acadêmicos foram sujeitos à revisão e aprovação pelo regime militar, o que restringia a liberdade de expressão e a produção intelectual nas universidades. Além disso, professores e estudantes que se opuseram ao regime foram perseguidos, presos, expulsos das instituições ou em outros casos trágicos acabaram mortos.

Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2014):

Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a “subversão estudantil”. Além disso, torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava mais “perigosos”. O anseio por uma “limpeza” ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. (MOTTA, 2014, p. 7).

De acordo com o autor, o Estado autoritário restringiu severamente a liberdade acadêmica e impôs sua própria ideologia por meio da coerção e do medo. Por sua vez, não hesitou em usar violência extrema, como tortura e assassinato, contra acadêmicos e professores que consideravam particularmente ameaçadores para o regime.

As universidades foram alvos do regime militar por diversos aspectos. Motta (2014) explica que após a vitória do golpe, os militares se depararam com alterações nos âmbitos universitários. No período anterior ao golpe, essas instituições se tornaram centros cruciais para a mobilização, com a realização de seminários, eventos políticos e culturais, bem como de diversas outras manifestações, na qual os estudantes desempenharam um papel de forte influência na esfera pública. As universidades foram locais importantes para a modernização do Brasil e palco de confronto entre valores conservadores e ideais progressistas, desempenhando um papel estratégico na formação intelectual e política do país. Sendo assim, o regime

militar tentou simultaneamente modernizar, reprimir, reformar e censurar essas instituições.

Um primeiro exemplo a ser destacado de tentativa de repressão sobre as universidades no período do regime militar no Brasil foi a promulgação a lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 conhecida como Lei Suplicy de Lacerda que buscou, em última instância, censurar qualquer manifestação, propaganda ou ações de caráter político-partidário nas universidades.

Outras medidas arbitrárias foram sendo aprovadas, como os decretos-lei de números 53/66 e 252/67 que estabeleceram os novos rumos que a educação superior seguiria durante o regime militar. Napolitano (2014) relata que o decreto 53/66 de 21 de novembro de 1966, ficou conhecido como o “AI-5 da Educação” devido à sua profunda transformação no ensino superior do Brasil. Diante dessa ação, as instituições de ensino federais enfrentaram a perda da autonomia universitária, uma vez que o decreto possibilitou a intervenção direta do Estado nas universidades públicas, incluindo a destituição de reitores democraticamente eleitos e sua substituição por indicados pelo governo. Para contribuir com o funcionamento da ordem de censura, os ditadores nomearam reitores e diretores de universidades de acordo com sua cobertura política, muitas vezes selecionando líderes alinhados com os interesses do governo. Tudo isso para prejudicar a autonomia universitária e a capacidade das instituições de tomarem decisões independentes.

Além disso, o mesmo documento (53/66) permitiu a fiscalização política, resultando na expulsão de professores, estudantes e funcionários da universidade, devido às suas atividades políticas ou opiniões negativas ao regime militar. Foi responsável por centralizar o poder de decisão nas mãos do governo federal, limitando a participação da comunidade acadêmica na administração das universidades. Além disso, promoveu a censura ideológica, restringindo a liberdade de expressão e pesquisa, já que professores e estudantes foram inibidos de debater temas considerados subversivos pelo regime.

No mesmo contexto, o Decreto-lei nº 252/67, emitido em 21 de fevereiro de 1967, igualmente estava alinhado com os interesses do regime militar. Por sua vez, também teve um impacto significativo nas universidades, especialmente no que diz respeito às restrições à liberdade acadêmica, que limitaram a expressão de opiniões políticas nas instituições de ensino e enfraqueceram a participação dos estudantes na vida universitária.

Ambos decretos estabeleceram medidas extremas para a educação superior durante o regime militar. Várias medidas de caráter conservador e repressivo passaram a orientar esse nível de ensino, objetivando manter a “ordem social” ao invés de promover uma reforma universitária inclusiva. Para tanto, estes documentos promoveram a perda da autonomia das universidades, a repressão política e a censura ideológica. Essas medidas prejudicaram gravemente a liberdade de pesquisa, ensino e expressão, afetando a qualidade do ensino e da produção acadêmica.

Ainda nesse período (ditadura militar) diversos centros acadêmicos e entidades estudantis foram fechados ou restritos, principalmente nas universidades mais notáveis do período como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), limitando a organização dos estudantes de protestarem contra o regime. Para além dessas ações, é notável que se promoveu uma doutrinação ideológica por parte do governo, principalmente com a imposição de conteúdos programáticos que enalteciam o regime e seu nacionalismo a exemplos das disciplinas “educação moral e cívica” e “organização social e política brasileira” que foram utilizadas como propagandas das ideias do governo.

Nesse sentido, toda pesquisa acadêmica que questionava o regime ou abordava temas sensíveis era frequentemente censurada. As medidas imputadas às universidades federais bem como ao corpo docente e discente limitaram o direito à livre expressão e a possibilidade de um ambiente acadêmico crítico e pluralista. Diante desta realidade, intensificou-se a mobilização estudantil contra as arbitrariedades do governo, que já vinham acontecendo antes do golpe quando os estudantes buscavam uma reforma universitária que fosse mais inclusiva. Mesmo diante das repressões estatais em suas ações e organizações, os estudantes exigiam respostas do governo para os problemas emergentes nas universidades.

Napolitano (2014), sinaliza que os quatro primeiros anos o regime militar mesclou a repressão das associações estudantis com iniciativas de alteração nas configurações administrativas, profissionais e curriculares das instituições de ensino superior. Tudo isso foi realizado com o intuito de adequá-las às necessidades de crescimento econômico, reduzir o teor político das atividades acadêmicas e aliviar a demanda por mais vagas. Na visão do governo, os estudantes que se manifestavam no Brasil eram vistos como “causadores de problemas”.

Conforme Gomes (2015, p. 143), “o autoritarismo foi a tônica utilizada pelo Estado brasileiro, fruto do pacto da elite dominante de origem latifundiária ou burguesa, para conduzir a modernização do país [...]”. Portanto, a estratégia de controle se estendeu sobre todos os aspectos da sociedade brasileira, incluindo a educação, que foi alvo de repressões e censuras. Nesse sentido, o autor ainda salienta que por meio da parceria dos Estados Unidos através dos acordos MEC-USAID, objetivou-se um modelo de educação produtivista com baixos custos de financiamentos.

De acordo com Gomes (2015), a principal razão pela qual os estudantes brasileiros se uniram para resistir ao governo era pela tentativa de suspender as mudanças na universidade e extinguir com os acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Além disso, se opunham contra a Lei n. 4464 (Suplicy de Lacerda), que conforme mencionado anteriormente, enfraquecia a independência das universidades ao tentar transformá-las em organizações privadas, buscando eliminar os diretórios centrais de estudantes (DCEs) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) para transformá-los em Diretório Nacional de Estudantes (DNE), que estaria sob o controle do Ministério da Educação, na qual haveria maior controle sobre as ações dos estudantes.

O movimento estudantil esteve nas ruas com maior força no ano de 1968, mas desde de 1966 os estudantes organizavam e protestavam publicamente contra o regime, protagonizando choques com a polícia. Até esse período, o movimento estudantil dispunha de certa margem de ação política, sobretudo dentro das universidades, com ações críticas ao regime. Os conflitos entre estudantes e a polícia se estreitaram em razão da morte do estudante Edson Luís, em 28 de março de 1968, baleado pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro. A morte do jovem estudante aumentou as tensões estudantis que já vinham se mobilizando contra o regime há dois anos. De acordo com Napolitano (2014), o ápice da mobilização estudantil contra o regime militar foi a Passeata dos Cem Mil, no dia 26 de junho de 1968, que conseguiu grande adesão da sociedade, artistas e intelectuais. Um adendo importante a se fazer em relação as manifestações estudantis contrárias ao regime, é o fato delas ocorrerem não apenas no Rio de Janeiro, mas também em várias outras cidades brasileiras onde havia universidades.

Diante dos eventos e manifestações estudantis nas ruas contra as arbitrariedades do regime militar, em julho do mesmo ano (1968) as passeatas foram proibidas pelo governo. Desse modo, Napolitano (2014), menciona que houve um aumento da repressão, com destaque para a violenta ocupação militar da Universidade de Brasília, que levou os estudantes a se concentrarem na reorganização das suas entidades, a começar pela União Nacional dos Estudantes.

Gomes (2015), destaca que embora o período militar brasileiro tenha sido marcado por repressão que dificultaram diversos grupos organizados a resistirem, é importante mencionar que, mesmo agindo secretamente, os movimentos e sujeitos políticos encontraram maneiras de criticar e se opor ao regime.

Tendo em vista as corriqueiras tensões que tomavam a sociedade nesse período, no dia 02 de julho do ano de 1968 foi criado por meio do Decreto nº 62.937, o Grupo de Trabalho (GT) que seria responsável por estudar e elaborar sugestões para solucionar a crise universitária e construir direcionamentos para uma reforma, no entanto, acabou não conseguindo atender os anseios de uma universidade atuante e crítica.

A Reforma Universitária (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968) não considerou a realidade histórico-social brasileira, nem mesmo os anseios coletivos, preocupando-se apenas em apresentar sugestões práticas e imediatista que resultaram em normas de organização e funcionamento do ensino superior. Na realidade, o resultado da reforma objetivou inibir o pensamento crítico e militante de estudantes e docentes, fazendo com que prevalecessem as decisões do governo ditador.

Conforme aponta Motta (2014), haviam duas frentes que lutavam por uma reforma universitária. Uma com olhar sensível à diversidade, reconhecendo ainda a necessidade do ensino humanista, dedicado à produção do conhecimento científico, pensamento crítico e liberdade de expressão e de cátedra. E uma outra vertente de cunho liberal. Nas abordagens liberais a ênfase era de “eficiência e produtividade”, à luz do contexto de modernização da administração pública que se delineava. Nesse contexto, havia uma ênfase crescente no ensino técnico, deixando em segundo plano a tradição humanista.

Conforme Gomes (2015, p. 162), a educação no Brasil durante o regime militar voltou-se para a “formação de um cidadão cordato e nacionalista, que respeitasse a religião, a pátria e os símbolos nacionais, e que ainda fosse útil, no sentido positivista

da palavra, à sua comunidade e país”. Para essa vertente de modernização conservadora, Motta (2014), salienta que havia um questionamento quanto a existência do modelo de universidade pública e gratuita. O estatuto da gratuidade do ensino era alvo de contestação, e propunha-se a introdução de taxas para os estudantes como forma de financiamento das instituições de ensino superior.

Nessa perspectiva havia uma defesa de que o mercado e a contribuição direta dos estudantes deveriam desempenhar um papel mais significativo no financiamento das universidades, em contraposição ao modelo tradicional de financiamento público integral. Conforme o autor, no caso das universidades públicas, a modernização conservadora implicou principalmente à racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas e reforço da iniciativa privada.

De acordo com as análises de Gomes (2015), o processo de modernização conservadora em Mato Grosso teve como resultado a formação de uma sociedade caracterizada por conservadorismo e desigualdade. Portanto, podemos inferir que o sistema educacional planejado nesse contexto refletiu os valores e interesses de uma sociedade voltada para o capitalismo. O desenvolvimento em Mato Grosso seguiu o exemplo do restante do país, ou seja, favoreceu as elites e exacerbou a desvantagem dos grupos socioeconômicos mais pobres, perpetuando a desigualdade, que é intrínseco ao sistema capitalista.

Motta (2014), esclarece que nesse contexto, a sociedade brasileira havia mergulhado em uma máxima de modernização e industrialização do país. Portanto, duas funções fundamentais foram essenciais para o projeto modernizador apoiado por setores influentes e dominantes. Em primeiro lugar, havia a necessidade de continuar desempenhando, agora em uma escala expandida, o papel de formação de profissionais para o funcionamento das atividades econômicas. Em segundo lugar, era preciso contribuir para o desenvolvimento de novas tecnologias.

O desejo de modernização foi contraposto por grupos conservadores preocupados com a ‘manutenção da ordem’ e dos ‘valores tradicionais’. Por isso, esses grupos compostos por religiosos, intelectuais conservadores e militares, não se satisfizeram apenas com a eliminação da esquerda, mas buscaram promover uma agenda conservadora mais ampla, incentivando o combate de comportamentos considerados “ímorais”, por meio da censura para fortalecer valores “tradicionais”.

Uma questão importante a respeito da modernização educacional que se buscava, é o fato de que embora o regime tenha alegado promover o desenvolvimento

do país, os investimentos na educação foram insuficientes, sendo, por vezes, direcionados a instituições e programas que apoiavam o governo, neste caso, as instituições privadas de ensino, que em sua maioria foram as privilegiadas com os financiamentos altíssimos que ocorreram nesse período.

Martins (2015), ao esboçar a gênese do “novo” ensino superior da sociedade brasileira na esteira da Reforma Universitária de 1968, salienta que o modelo implantado, procurou privilegiar uma estrutura acadêmica mais seletiva. Como resultado, uma demanda crescente pelo ensino superior foi atendida principalmente por instituições privadas de ensino, organizadas como empresas educacionais. Ao observar as situações que possibilitaram o surgimento dessas empresas, Martins conclui que a expansão do ensino privado não necessariamente tornou o acesso ao ensino superior mais democrático no país.

Martins (2009), destaca que a Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais, por outro lado, favoreceu condições para o surgimento de um ensino privado com instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, muito parecido com as antigas escolas superiores mencionadas em outro momento neste trabalho.

Nas palavras de Martins (2009), o ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968, manifestou-se como um sistema estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. Esse novo modelo, mudou a ideia de ensino superior, que deveria estar embasado na integração entre ensino e pesquisa, na independência acadêmica dos professores e no compromisso com o bem público. Em vez disso, transformaram os estudantes em clientes do sistema educacional.

#### **1.4 – Projeto de educação mercadológica**

A tentativa de implantação de um ensino superior privado baseado, sobretudo, em conceitos mercadológicos reverberou também no período pós-redemocratização do Brasil. Pois, de acordo com Sallum (1999) desde os anos de 1980, quase todos os países da América Latina passaram por profundos processos de transição política.



Não apenas de mudanças de regime político, mas também nas relações entre poder político, sociedade e mercado.

Sallum (1999) sinaliza que o governo Collor (1990-1992), teve um impacto negativo no sistema institucional que promovia o desenvolvimento nacional. Além disso, direcionou a sociedade brasileira à aproximação do mercado internacional e a redução do papel do Estado. Tal situação se deu tanto por meio da alteração das regras e regulamentações que governam a relação entre Estado e mercado, quanto pela disseminação de ideias que apoiavam essa mudança de orientação. Seu governo foi intrinsecamente repleto de redução das despesas do Estado, além de desorganização da administração pública com as inúmeras dispensas arbitrárias e em massa de funcionários. Portanto, em relação à herança do período Fernando Collor, preservou-se a estratégia liberal que começara a ser implementada em 1990, em um momento de abertura comercial e privatizações.

O mesmo ideal liberalista esteve presente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e se materializou conforme aponta Sallum (1999) em iniciativas que mudaram institucional e patrimonialmente a relação entre Estado e mercado. O principal objetivo do governo FHC foi desmantelar partes fundamentais do sistema jurídico que sustentava o Estado nacional-desenvolvimentista, algumas das quais foram incorporadas na Constituição de 1988. Em outras palavras, ele buscou diminuir a intervenção do Estado nas atividades econômicas e tratou empresas de capital nacional e estrangeiro de forma igualitária.

Durante o governo FHC houve um grande incentivo e investimentos às instituições de ensino superior privada, que baseado em ideias liberais passou a transferir a responsabilidade do estado com a educação superior para o setor privado. Ferreira (2012) apresenta que seu governo levou avante o processo de modernização conservadora, de racionalidade administrativa e eficácia quantitativa herdadas da ditadura militar (1964-1985), governo Collor de Mello (1990-1992) e de Itamar Franco (1992-1994). Durante sua administração, foram adotadas medidas para reestruturar as bases econômicas e fiscais do país, além das reformas que tinham como objetivo alinhar o Brasil com a economia global. Ao mesmo tempo, houve uma ênfase na mudança do papel do mercado, que passou a ser vista como o principal responsável pela alocação de recursos, diminuindo assim o papel do Estado como fornecedor de serviços.

De acordo com Ferreira (2012), no contexto das políticas educacionais, Fernando Henrique Cardoso aproveitou as medidas dos governos anteriores, especialmente em relação à política do Ministério da Educação (MEC). Essas mudanças permitiram que um maior grau de responsabilidade fosse atribuído ao setor privado para expandir a educação superior. Além disso, os processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições de ensino superior foram agilizados e simplificados. Como resultado, a expansão do ensino superior, através da iniciativa privada, foi consideravelmente facilitada e estimulada.

A proposta do governo de Cardoso para o ensino superior ressaltou principalmente seu papel econômico. Ele via a educação superior como base para um “novo tipo de desenvolvimento”, que dependia do avanço da ciência e tecnologia. Por isso, em seu argumento, era importante estabelecer uma colaboração sólida entre o setor privado e o governo, assim como entre as universidades e as indústrias, tanto na administração quanto no financiamento do sistema de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Conforme indicado por Ferreira (2012), durante os anos de 1990, as universidades passaram a ser alinhadas à uma abordagem política que se submetia às demandas do mercado. Essa lógica envolveu uma busca por autofinanciamento e competição das Instituições de Educação Superior (IES) em áreas de especialização destinadas a otimizar recursos e aumentar a “eficiência e competitividade”.

A partir disso, as Universidades Federais (UFs) foram pressionadas a contribuir para o desenvolvimento regional, expandindo vagas sem aumentar pessoal, melhorando o ensino, reduzindo custos, ajustando cursos ao mercado, melhorando avaliações, diminuindo as taxas de evasão, gerenciando eficientemente recursos e buscando financiamento alternativo.

Diante de inúmeras demandas, pontuamos a incongruência, pois como se pode requerer qualidade na educação quando as fontes de recursos para tal aprimoramento são negadas? Como é possível pleitear qualidade quando a intenção é impor restrições orçamentárias? De que forma podemos aspirar a uma redução nas taxas de evasão quando as medidas tomadas incluem a minimização financeira nos programas que auxiliam a permanência do estudante? Como podemos esperar um aprimoramento na qualidade da educação quando há uma restrição para diminuir o quadro de professores, ou, em outras palavras, quando não existe um estímulo para aumentá-lo? Estas são ponderações que permanecem pertinentes, especialmente

quando se observa o panorama educacional no Brasil, que constantemente se depara com exigências para um aumento nas demandas de “qualidade”, mas em contrapartida com redução de gastos e recursos essenciais.

As exigências mencionadas acima, são uma realidade hoje, mas também se fizeram presentes na estratégia de política educacional da gestão de Fernando Henrique Cardoso que envolveu uma diminuição dos investimentos destinados à educação, em conformidade com a abordagem neoliberal que buscava limitar os gastos públicos. A forte redução do financiamento das instituições públicas de ensino, obrigou as universidades federais a buscarem alternativas de geração de recursos, enfrentando os polos de controle do estado e do mercado.

Ferreira (2012) expõe que durante o governo FHC, as políticas educacionais foram definidas por várias mudanças e diretrizes. Isso incluiu a tentativa de transformar o ensino superior em um serviço público não controlado pelo Estado, à medida que buscou reduzir significativamente o financiamento governamental para as universidades federais, buscou a transição do Estado de um papel de financiador para um regulador, promoveu a privatização, estimulou fontes alternativas de financiamento, estabeleceu parcerias público-privadas, promoveu competição entre as instituições de ensino superior, estabeleceu sistemas de avaliação e o focou na formação externa para as necessidades do mercado de trabalho. Fernando Henrique Cardoso promoveu uma universidade de cunho pragmática e utilitária, tanto na formação profissional, quanto na produção de ciência e tecnologia, o que resultou em uma mudança significativa na compreensão de seu propósito e impacto social.

Conforme conclui Ferreira (2012) as reformas na educação superior, desde 1995, vêm exigindo que as universidades transformem o conhecimento em valor econômico e social e demonstrem sua relevância social para o desenvolvimento do país. Essa visão, impõe que as universidades gerem conhecimento, tecnologias e inovação que esteja a serviço do capital produtivo, formando profissionais qualificados únicos e exclusivamente para o mercado de trabalho e empreendedorismo.

Nesse contexto, abordar os propósitos das universidades no Brasil para o século XXI representa um desafio significativo, uma vez que as universidades possuem uma identidade institucional distinta, com metas e objetivos específicos que as diferenciam de outras instituições. Compreender as novas metas e concepções propostas para as universidades no contexto de uma sociedade globalizada, caracterizadas pela intensa competição e pela reorganização produtiva do capital,

diante das novas discussões que afetam sua maneira de atuar, de produzir e de se organizar, tornam-se fundamentais no cenário atual. Isso é especialmente relevante para aqueles que têm interesse em preservar a universidade como um bem público.

A universidade pública hoje representa um forte ponto de entroncamento, envolvendo pesquisas, diálogos e formação do pensamento crítico. Desse modo, é certo que haja autonomia para seu pleno funcionamento. É importante esclarecer que a universidade não é a solução para a todos os problemas nacionais, mas é um lugar de referência e discussões que levam a suposições articuladas política e cientificamente.

Com certeza, ela não é a resposta absoluta, nem mesmo a única para as diversas questões que nos rodeiam, mas tem compromisso com o pensamento crítico. Portanto, é preciso ter autonomia para tratar dos mais variados temas. Esse aspecto foi muito bem sinalizado por professores, reitores e estudantes a partir dos anos de 1930, o que, de certo modo, precisa ser reforçado ainda hoje, tendo em vista que, frequentemente temos presenciado tentativas de controle sobre o que deveria ser discutido ou pesquisado nas universidades públicas brasileiras.

Em 2016, durante o governo de Michel Temer vimos a ascensão de projetos como o Escola sem Partido e Reforma do Ensino Médio, ambos expressando, segundo Sperandio e Muniz (2017), uma “nova” forma de pensar o Estado e a educação, caracterizada por uma regulamentação cada vez mais intensa e um controle dos currículos e propostas pedagógicas, que difere completamente das abordagens que buscam promover uma gestão democrática. Visando, em última instância, limitar a função docente.

Além disso, conforme Figueiredo (2017) numa perspectiva abrangente da situação política que foi colocada durante o Governo Temer, importa registrar a relevância que assumiu a aprovação da PEC 55/16 que congelou os gastos públicos por um período de 20 anos, mas que visou mesmo a desoneração do governo de investir em políticas públicas como saúde e educação principalmente, com o objetivo de garantir a geração de superávit primário e assim seguir realizando o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, ao mesmo tempo em que liberou recursos para o financiamento da iniciativa privada no país.

No que concerne ao tema da privatização das universidades públicas brasileiras a questão assumiu traços complexos, pois, envolveu uma continuidade política que perpassou os governos de corte neoliberais, como Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Figueiredo (2017) aponta que a tentativa de privatização das universidades públicas brasileiras acompanhou a trajetória do processo de privatizações no período mais recente de nossa história, tendo como ponto de referência principal o governo de Fernando Henrique Cardoso, e se transformou em segmento altamente cobiçado por grupos privados nacionais e internacionais em face da possibilidade de aferição de altos índices de lucratividade.

Outro exemplo da tentativa de delimitação da função das instituições de ensino superior público e do trabalho dos (as) professores (as) ocorreu em 2020. Na ocasião, surgiram ameaças do então presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), juntamente com o ministro da Educação no período, Abraham Weintraub, tentando implementar a Medida Provisória 979/2020. Nessa medida, julgou-se que "não haveria processo de consulta à comunidade escolar ou acadêmica, nem formação de lista tríplice para a escolha de dirigentes das instituições federais de ensino durante o período da pandemia".

A regra projetava impor que o ministro da Educação designasse o reitor e, quando cabível, o vice-reitor "temporariamente", para o exercício durante o período da emergência de saúde pública em decorrência da Covid-19. Tal proposta fere diretamente a Constituição Federal brasileira, que prevê em seu Art. 207 que a universidade deve seguir o princípio de gestão democrática do ensino público e usufruir de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além de obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além de inferir a Constituição, essa proposta seria um passo largo rumo a desestruturação da autonomia universitária, pois o ministro escolheria reitores que compactuassem com suas ideias para dirigir as universidades, o que poderia facilmente conferir lacunas para vários problemas estruturais no âmbito acadêmico.

Para finalizar esta sessão, fechamos o argumento retomando que durante o regime militar, o caminho traçado para as universidades foi demarcado pelo caráter conservador e repressivo das ações que objetivavam, em última instância, promover

a inibição do pensamento crítico divulgando a ideia de uma educação enquanto mercadoria e provocando a ampliação de vagas no ensino superior pela rede de ensino particular, com objetivos claros de fazer sucumbir à universidade pública.

Neste período, ao mesmo tempo em que houve repressões sobre o ensino superior público, houve uma expansão do ensino superior privado. Essa urgência se deu primeiramente pela demanda de jovens para acessarem o ensino superior e, junto a isso, o interesse do próprio estado, atrelado as ideias neoliberais, em promover um ensino que dialogasse com as necessidades do capital. Essas ideias também foram adotadas nos governos que sucederam à ditadura militar, na qual a expansão do ensino superior privado foi viabilizada por um caráter neoliberal que promoveu e facilitou o crescimento de muitas instituições particulares nos grandes centros urbanos, as quais, de acordo com Neves e Martins (2016), entre os anos de 1970, 1980 e 1990, tiveram um salto de 50,5% para 64,3% em seu percentual de matrículas.

No entanto, engana-se ao pensar que a proposta foi pensar a educação como elemento de transformação social, pois na realidade o propósito era alavancar o setor privado do ensino superior, já que as universidades públicas sofreram uma série de restrições, bem como os estudantes que faziam parte de algum movimento politizado na instituição. De fato, a expansão rápida e inadequada do ensino superior privado no Brasil visou colaborar especificamente para a formação profissional, à medida que promoveu uma educação de cunho mercantilista para atender a demanda da sociedade industrializada, sem nenhuma preocupação em assegurar a qualidade no ensino, muito menos o pensamento transformador.

A partir das reformas e da abertura e diversidade no espaço da universidade, surge tentativas de formular uma ideia de aversão ao ensino superior público, pois um espaço que antes era direcionado a grupos específicos, a partir da democratização do ensino passou a ser desvalorizado pela grande elite social, justamente para tentar esvaziar o sentido da universidade e criar justificativas para uma possível privatização do ensino que pudesse retornar a ideia de universidade como um espaço seletivo de saber.

Entendemos que essa desvalorização surgiu principalmente das intencionalidades que permearam as questões educacionais durante as décadas de intensa movimentação política. Nesse sentido, criou-se a ideia de aversão aquilo que é público, encaixando-se perfeitamente na lógica da ideologia neoliberal, isto é, deslegitimar, desvalorizar e provocar o desmonte para intervir com processos de

privatização e, conseqüentemente, isentar o Estado de sua responsabilidade com a garantia do acesso à educação para todos.

De acordo com Minto (2021), cria-se uma noção distorcida sobre a qualidade que é reproduzida pelo senso comum. A desqualificação sistemática de tudo o que se pretende “público” passa a operar um grande favor ao privado. Podemos constatar esse fato pela forte noção do discurso que eleva a escola básica privada, ao passo que demoniza a pública como lugar de violência e de baixas perspectivas. No entanto, no caso do ensino superior, a superioridade das públicas é notória. Por isso, o discurso muda, pois não se põe a ênfase na qualidade entre público e privado, mas, supervalorizam a possibilidade das instituições particulares em ter “proximidade com o mercado”, flexibilização com o sistema de Educação a Distância (EAD) e “acessibilidade”.

Na tentativa de desqualificar as instituições públicas de ensino superior, cria-se no imaginário das massas que estas instituições são lugares de “balbúrdia, ideologização e politicagem”, como vimos proferir publicamente em 2019 e 2020 o próprio ministro da educação nesses anos, Abraham Weintraub. Além disso, divulga-se que a Universidade gera um imenso gasto ao setor público e que, portanto, precisa de outras vias para manter seu “bom funcionamento”, o que abre margem para projetos como da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206, da autoria do General Roberto S. Peternelli Júnior (União Brasil), que estabelecia a cobrança de mensalidades em universidades públicas brasileiras.

Alguns apoiadores, como Kim Kataguari (União Brasil), afirmaram que a proposta seria cobrança de mensalidade apenas para os “mais ricos”, no entanto, não se tinha detalhes de como este controle seria realizado. Além disso, é bem provável que essa tentativa de implementação de pagamento de mensalidades nada mais seria do que uma tentativa de reduzir o acesso de grupos marginalizados à universidade pública, pois com a aprovação dessa PEC, o Estado deixaria aos poucos de custear o ensino superior nas universidades federais, comprometendo a garantia do direito dos grupos menos privilegiados a esse nível de ensino e passaria essa responsabilidade para os próprios estudantes.

Embora atualmente o acesso à educação pública no Brasil seja reconhecido como direito social, vimos nesta seção que historicamente o ensino superior em nosso país se deu de forma tardia e foram intencionalmente articuladas medidas para favorecer as camadas mais altas da sociedade. Apenas com o processo de

industrialização e modernização no início da década de 1930, iniciou-se um movimento buscando a extensão do acesso ao ensino superior para a classe trabalhadora. No entanto, conforme vimos, a intenção dessa expansão era suprir, respectivamente, uma necessidade do mercado naquele período, sob a perspectiva de uma "política inclusiva". Mas, esse discurso favoreceu margem suficiente para uma futura articulação social e política das camadas menos favorecidas pelo reconhecimento do direito à educação pública.

Ou seja, se por um lado a extensão do acesso à educação esteve atrelada às necessidades de desenvolvimento da sociedade capitalista, por outro lado, também se deu a partir das articulações da classe trabalhadora. Podemos afirmar que grande parte da extensão do acesso à universidade pública é resultado direto da organização da própria classe trabalhadora, do movimento estudantil e das minorias em geral que por muito tempo teve esse direito negado. Como bem expressou Marx, a luta de classes move a história e não foi diferente aqui; cada corpo marginalizado aliou forças para ocupar o seu lugar do saber epistêmico, pois, como já mencionamos, saber é poder, e apropriar-se do saber aumenta o impacto da ressonância sobre assuntos que importam aos grupos oprimidos. Na sessão seguinte, discutiremos a respeito das influências neoliberais sobre a educação e quais as intencionalidades desse modelo para educação, sobretudo para a educação superior pública.



## **CAPÍTULO 2 – POLÍTICA NEOLIBERAL E EDUCAÇÃO: DESDOBRAMENTOS SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA E IMPACTOS NA VIDA DOS ESTUDANTES**

Nos últimos anos, vivenciamos no Brasil um aprofundamento das contrarreformas que, no plano internacional, atacaram diretamente as conquistas civilizatórias. As contrarreformas referem-se, como explica Cavaignac e Costa (2017), as implementações estabelecidas a partir do abandono de um projeto comprometido tanto com a inclusão econômica e política da maioria da população quanto com a possibilidade de ruptura da subordinação. Essas tensões ganharam tonalidades mais fortes se pensadas no momento histórico de desmonte de políticas sociais, entre elas a educação, assim como a ciência e tecnologia, que impactam as universidades, que já estão, no caso brasileiro, há décadas incorporadas nos processos de privatização. É este conjunto de conquistas que foi sendo desmontado de forma gradual e autoritária desde a década de 1990 e recentemente reacendidas após o golpe que destituiu o governo de Dilma Rousseff em 2016.

Os recortes históricos apresentados na primeira parte deste trabalho nos permitiram perceber que intercorrências políticas, psicológicas, sociais e culturais internas e externas influenciaram e marcaram a trajetória da universidade pública brasileira. Nesse sentido, apresentaremos nesta seção como os processos políticos, atrelados ao discurso ideológico neoliberal, têm afirmado sua interferência sobre a educação e as universidades públicas. Levantaremos questões acerca das ameaças quanto à qualidade do ensino e o desmonte que esta instituição tem enfrentado diante dessa proposta política, que embora não seja nova, se fortificou com maior fôlego a partir da rápida ascensão de governos ligados a direita política em nosso país nos últimos anos, e como tudo isso atinge os jovens estudantes que frequentam a universidade pública.

É importante traçarmos um paralelo para compreender historicamente como as ideias neoliberais foram ganhando destaque e como avançaram para outras nações, como o Brasil. A disseminação do neoliberalismo como uma ideologia econômica e política teve seu início nas décadas de 1970 e 1980 e tem suas raízes em pensadores econômicos como Friedrich Hayek e Milton Friedman, que argumentaram a favor do mercado livre, desregulamentação e diminuição do papel do Estado na economia. Seu marco inicial se deu no governo de Margaret Thatcher no Reino Unido, a partir de 1979, onde promoveu a desregulamentação, a privatização de empresas estatais e a

redução dos gastos públicos e nos Estados Unidos, com o presidente Ronald Reagan que introduziu políticas econômicas semelhantes, incluindo cortes de impostos e desregulamentação. Sevckenko (2004) refere-se a Thatcher e Reagan, os primeiros articuladores desse movimento de fortalecimento do mercado e instabilidade do bem-estar social e do investimento no indivíduo, de “Adão e Eva” do neoliberalismo.

O contexto de rápido avanço tecnológico e transformações econômicas proporcionou a Reagan e Thatcher condições para promoverem uma agenda conservadora. Isso envolveu a redução do papel do Estado em benefício das grandes empresas e corporações, a promoção da livre circulação de capitais, o enfraquecimento dos sindicatos, o aumento do desemprego, o rebaixamento da massa salarial e a concentração da renda, marcando um período de privatizações em larga escala em diversas partes do mundo.

A análise que Sevckenko faz do século XX é certa ao narrar os altos e baixos desse período. Com o processo de globalização e o desenvolvimento de tecnologias, principalmente na comunicação, ideias neoliberais começaram a circular mais rapidamente por outras nações. A partir dos anos de 1980 tais ideias avançaram sobre outros territórios. As instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, promoveram tais políticas em troca de empréstimos e assistência financeira.

No Brasil, o neoliberalismo começou a ganhar influência nos anos 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, posteriormente, com mais destaque, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Conforme vimos anteriormente, o governo Fernando Henrique implementou políticas de privatização, abertura econômica, reformas no sistema previdenciário e cortes nos gastos públicos, incluindo na educação.

Embora as ideias neoliberais promovam um discurso de eficiência econômica e o crescimento, não há como negar as desigualdades crescentes e desafios sociais que esse sistema promove. Nos países onde foi implementado essas ideias, houve significativos impactos nas políticas sociais que foram fortemente atacadas e desvalorizadas, no mercado de trabalho que foi precarizado e na distribuição de renda que favoreceu ainda mais discrepâncias entre as classes.

É interessante a análise que Sevckenko (2004) faz do século XX comparando-o a uma montanha russa. A sensação que ele descreve com todos os exageros na qual minuciosamente faz, presta-se bem para indicar algumas das tendências mais

marcantes deste século. O neoliberalismo surge numa época em que Sevckenko chama de montanha russa, ou seja, um período conturbado da história, marcado por crises, principalmente do mundo polarizado entre socialismo e capitalismo.

O principal interesse dos investimentos neoliberais na educação se deu em razão da nova realidade que somente oferecia oportunidade para o trabalho qualificado, já que estamos falando de um período de corrida tecnológica que sucedeu a guerra fria, na qual a educação ciência e tecnologia eram as bases da nova era. Nesse sentido, o maior meio de favorecer a promoção social deveria ser necessariamente a educação. Por isso, a necessidade de retirar os investimentos estatais e financiar instituições privadas.

Na realidade, o neoliberalismo promoveu, em última instância, o que Sevckenko (2014) chama de veneno da maçã proibida, isto é, a ideia do individualismo exacerbado. A intenção não era garantir investimentos de qualidade para todos, mas sim promover uma abordagem competitiva que favorecesse apenas os mais individualistas. Além disso, houve um forte apelo à ideia de eficiência de forma descontrolada. No entanto, vale ressaltar que eficiência e eficácia, são conceitos que até podem ser requeridos, desde que não sejam usados como panaceia, ou seja, como ideal de “solução” para todos os males sociais.

Santos (2002) analisa os acontecimentos globais que ocorreram nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e descreve como a economia mundial foi influenciada por ideias distorcidas, principalmente da privatização de setores econômicos para reduzir a intervenção do Estado. A globalização afetou as sociedades semiperiféricas e periféricas de forma drasticamente negativa, pois contribuiu significativamente para as desigualdades sociais. A ampliação de mercados globais, conforme aponta Hobsbawn (2007), trouxe como consequência a acentuação das desigualdades econômicas e sociais entre as nações, com reflexos mais acentuados sobre os menos favorecidos com o capital. De acordo com o autor, o impacto da globalização é mais sentido por aqueles que dela não se beneficiam; logo, o crescimento do abismo sócio-econômico entre os mais e menos favorecidos com o capital no interior dos países mostrou sinais de aceleração e continuidade. O fenômeno da globalização provocou entre outros problemas, o desemprego, aumento da atividade econômica informal e perda dos direitos sociais, outrora conquistados com muito esforço e mobilização.

Hobsbawn (2007) argumenta que desde a década de 1970, há um discurso que critica o Estado e afirmam que o “seu papel tem de ser reduzido a qualquer preço”.

Assim, em oposição a um Estado que tem como função a proteger e promover o bem-estar social, tal pensamento acredita que os serviços prestados pelas autoridades públicas são indesejáveis.

Mello (1999) associa diretamente o desmonte do estado de bem-estar social às ideias neoliberais no processo de globalização. Da mesma forma Sevckenko (2003) observa uma transformação significativa nas abordagens políticas, nas quais se promovia a ideia de que o Estado deveria reduzir seu intervencionismo, permitindo liberdade do mercado para se autorregular. Conforme Hobsbawn (2007, p. 105), no sentido de reduzir o papel do Estado sobre as demandas básicas, há uma defesa de que o “mercado” pode fornecê-lo de uma melhor forma, mais “eficiente” e mais barato, de modo que, nessa perspectiva, privilegia-se as ideias de privatização dos serviços públicos, ao ponto que atividades básicas e essências, anteriormente designada aos governos nacionais ou locais, como escolas, fornecimento de água, prisões e correios, foram transformadas em “empresas de negócios” ou entregues a elas.

A preocupação neoliberal é com a “eficiência” e a geração de lucro, assim como afirma Gentili (2007) o neoliberalismo não se preocupa com as desigualdades sociais, muito pelo contrário, as incentiva, pois como bem sabemos, o sistema capitalista funciona produzindo riqueza para uma pequena parcela de pessoas e pobreza e miséria para todo o restante. No caso do Brasil, Hobsbawn (2007) nos apresenta dados explicando que durante os anos de 1980 os mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda.

É importante mencionar que dialogar sobre neoliberalismo é necessariamente pensar em exclusão, pois esse conceito se externaliza em processos de subalternização, política de morte e abandono, à medida que deixa à mercê da própria sorte uma grande parte de pessoas que não são privilegiadas com o capital, sejam essas políticas educacionais ou sociais. Mas, para além de incentivar a ausência do Estado, ainda se caracteriza por estabelecer formas de poder e controle.

Para Mbembe (2018, p. 15), o neoliberalismo é definido como “uma fase da história da humanidade dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais”. O autor ainda o caracteriza a partir de três elementos, sendo eles, primeiramente, o tempo; no qual a força reprodutiva é convertida em dinheiro, e toda relação passa a ter um valor de mercado. Segundo, pela reprodução da indiferença, codificando a vida social em normas, categorias ou números a partir de lógicas

empresariais. E, por fim, a falta de limites no que diz respeito ao capital financeiro. Nesse sentido, o autor sinaliza que os efeitos do neoliberalismo na constituição do sujeito podem criar, sobretudo, uma forma de vida orientada diretamente pelas normas de mercado, tornando-o “sujeito do mercado e da dívida”. Em outros termos, esse sujeito deverá viver em competitividade e em endividamento, até nas questões básicas como alimentação, habitação, saúde e educação, à medida que considera prioritariamente a educação como um processo de “investimento” para a vida “profissional”.

Dessa forma, esse modelo político projeta riscos, tendo em vista que a ideia de dominação e exploração tem se transformado no modo de gestão das sociedades contemporâneas, marcadas, diretamente pelas exigências da reprodução econômica, condensando a vida ao zoneamento e a exclusão. Mbembe (2016) afirma que o neoliberalismo, além de ser uma ideologia ou política econômica, é um movimento histórico que constitui as subjetividades a partir de diferentes formas de exercitar o poder e instaurar maneiras de governo pareadas às condições imposta pelo capitalismo, que definem “quem importa e quem é descartável”. Essa é a ressonância da política neoliberal.

Nessa perspectiva, o conceito de neoliberalismo é aproximado de necropolítica, ponto chave das discussões de Mbembe, pois, em sua definição, a necropolítica é o exercício do poder fundamentado na ideia colonial. Visto que há uma constante indiferença objetiva e subjetiva da vida material em detrimento das questões econômicas, que estimula um impulso pela compra e promove o financiamento de todos os âmbitos da vida, sobrepondo os interesses privados sobre o público, pelo funcionamento das engrenagens econômicas.

Para Almeida (2021), ainda que o neoliberalismo se manifeste na forma de políticas econômicas e de discurso ideológicos, ele é o processo de constituição de novos sentidos para a vida e para morte. Para além disso, corresponde a um conjunto específico de práticas de governo orientadas por uma peculiar e circunstanciada razão de Estado, despertando comportamentos reacionários e desprezo pelas políticas que asseguram a democratização do saber e do bem-estar social.

Conforme aponta Gentili (1996), na lógica neoliberal, se difunde a ideia de que uma sociedade pode ser democrática mesmo com a inexistência de mecanismos e critérios que promovam uma igualdade progressiva, e inclusive sem um conjunto de direitos sociais e uma série de instituições públicas nas quais tais direitos se

materializam. Tudo isso seria possível, segundo o pensamento neoliberal, porque a ideia de direitos sociais e a promessa de uma suposta condição de cidadania criaram igualdade de condições para todos, o que, nesta linha de pensamento, só deveria ser permitido a alguns por via do mérito e esforços pessoais, e não através de meios que de fato promovessem paridade entre as pessoas.

O autor explica que, para os defensores dessa ideia, a democracia é simplesmente um sistema político que deve permitir aos indivíduos desenvolverem suas capacidades de livre escolha na esfera que garante e potencializa a referida capacidade individual, isto é, o mercado. Para os adeptos desse modelo político, as crises sociais se derivam justamente em razão dos sistemas institucionais, sejam eles do campo da saúde, previdência ou educação, serem dependentes do Estado e não atuarem como mercados.

Gentili (1996) acentua que, para além de criticar a relação das instituições com o Estado, apontando essa ligação como problema que ocasiona crises sociais, há outro elemento praxe do pensamento neoliberal; culpabilizar os indivíduos pelas crises que a sociedade capitalista enfrenta. Ou seja, é um sistema que privatiza até mesmo o êxito e o fracasso social. Todavia, de acordo com o autor, as pessoas passam a ser consideradas dependentes de um conjunto de opções individuais através das quais mobilizam seus destinos. Em suma, dentro desse modelo, se a maioria dos indivíduos não alcançou um destino gratificante é porque não aprenderam a reconhecer as vantagens que há no mérito e empenho individual.

Para além desses apontamentos, Gentili (1996) sinaliza que o neoliberalismo expressa a dupla dinâmica que caracteriza todo processo de construção de hegemonia. Por um lado, trata-se de uma alternativa de poder vigorosa, constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista. Por outro lado, sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica na sociedade, além da construção e difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo caráter dominante.

Conforme sugere o autor, se o neoliberalismo se transformou num verdadeiro projeto hegemônico, isto se deve ao fato de ter conseguido impor uma intensa dinâmica de mudança material e, ao mesmo tempo, uma não menos intensa dinâmica de reconstrução discursivo-ideológica da sociedade, processo derivado da enorme força persuasiva que tiveram e estão tendo os discursos, os diagnósticos e as

estratégias argumentativas elaboradas e difundidas por seus principais expoentes intelectuais. Por isso, é importante entender que essa doutrina é uma combinação entre a mudança material e a reconstrução ideológica, e essas duas partes se unem para criar um discurso.

De modo geral, os aspectos da ideologia neoliberal, de acordo com Gentili (1996), são simplistas e enganadores, pois, à medida que prometem mais mercado e acessibilidade, viabilizam de fato exclusão e desigualdade, já que é na própria configuração do mercado que se encontram essas raízes. Nesse contexto, coaduna com a subalternização, haja vista que o neoliberalismo não atua contra a causa estrutural da pobreza, mas a acentua.

Sob o olhar de Marrach (1996), o neoliberalismo é uma ideologia que procura responder à crise do estado nacional ocasionada pela interligação crescente das economias das nações industrializadas por meio do comércio e das novas tecnologias. A autora chama atenção para a linha tênue que difere o Liberalismo e Neoliberalismo. Enquanto o primeiro propôs os direitos do homem e do cidadão, incluindo o direito à educação, o segundo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas, e contesta a participação do estado no amparo aos direitos sociais. Deste modo, o neoliberalismo representa uma regressão do campo social e político e corresponde a um mundo em que o senso social e a solidariedade atravessam uma crise e uma ideologia neoconservadora social e política.

Portanto, em consonância com Marrach (2006), a perspectiva neoliberal fundamenta-se na crença de que a economia global é autossuficiente e capaz de superar crises e distribuir benefícios de maneira progressiva, sem a intervenção estatal. Em suma, é a base para as atividades do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e de outras grandes empresas e conglomerados internacionais. Sua noção de liberdade está centrada na liberdade econômica de grandes organizações, sem a preocupação democrática de conteúdo político.

Marrach (2006) sinaliza que a modernização proposta pelo neoliberalismo pretende reformar o Estado e torna-lo mínimo, desenvolver a economia a qualquer custo, idealizar uma reforma educacional e aumentar o poder da iniciativa privada, por meio do consenso ideológico. Conforme a autora, a conciliação é uma tática política conservadora que se apresenta como progressista, com apoio à globalização. Porém, ao mesmo tempo, essa estratégia rejeita a intervenção do Estado na política social,

ou seja, é um discurso que se apoia num artifício retórico de reação, que enfatiza os riscos de estagnação que o Estado do Bem-Estar Social representa para a livre iniciativa, e embora no Brasil isso nem exista efetivamente, o argumento neoliberal é basicamente o mesmo, ou seja, atribui à contribuição do Estado em políticas sociais, como a fonte de todos os problemas da situação econômica e social.

Desse modo, a abordagem neoliberal defende uma reforma administrativa e menciona a todo momento uma revisão do Estado para minimizá-lo. Portanto, a visão ideal do neoliberalismo consiste em alcançar uma ampla liberdade econômica, respeitar de maneira formal os direitos políticos e construir um conjunto muito básico de direitos sociais, na qual se encaixaria, entre outros, a educação, tendo em vista que sua intenção para educação é mercadológica. Nesse sentido, percebemos que o neoliberalismo se apresenta como uma ideologia progressista que se alinha com a globalização e a internacionalização da economia. No entanto, sua confiança excessiva no mercado e na gestão empresarial é uma reação contra os direitos sociais e a participação do Estado nas políticas desse caráter. Esse ponto de vista reduz os problemas sociais e políticos a questões técnicas de gestão, o que leva a uma regressão da esfera pública em um aumento da desigualdade.

Andrade (2019) apresenta um estudo importante reunindo análise dos diferentes sentidos atribuídos ao conceito de neoliberalismo. As definições são agrupadas segundo as principais teorias sociológicas, separando entre aquelas que apresentam uma “essência” do neoliberalismo (teorias foucaultiana, marxista, bourdieusiana e weberiana) e aquelas que preferem tratar da multiplicidade de manifestações históricas e geográficas singulares, enfatizando o caráter híbrido dos neoliberalismos (pós-colonialista, hibridismo governamental e neorregulacionista). O autor pontua que o neoliberalismo não existe em sua forma pura, mas sim em combinação com outras estruturas sociais. Apesar das diferenças teórico-políticas, a complementariedade entre os fenômenos do neoliberalismo, de acordo com Andrade (2019) há quatro alvos principais:

A primeira dimensão é a econômica globalizada, definida por um regime de acumulação financeirizado, por reconfigurações geográficas da produção, por formas de acumulação por espoliação e pela centralização da tomada de decisão nas mãos de um número reduzido de agentes transnacionais capitalistas, colocando no centro do embate a luta de classes em âmbito internacional e as resistências às formas de espoliação. A segunda dimensão é a da luta antidisciplinar contra os modos de regulamentação e/ou dispositivos de governamentalidade, principalmente contra as formas de gestão derivadas da concorrência e da empresa privada, lutas que podem ser travadas tanto no âmbito local como nacional e que disputam as formas



institucionais, o direito, a administração e as políticas públicas. A terceira dimensão é a teórica e a simbólica, a ser travada por intelectuais e ideólogos, alcançando níveis propagandísticos, de modo a desconstruir a hipótese do mercado eficiente e desfazer o valor da competitividade e da economização na política. Desafia-se assim a legitimidade das autoridades e das técnicas de avaliação e ranqueamento neoliberais em nome de valores substantivos como os da solidariedade, da igualdade, da participação democrática e da emancipação. A quarta dimensão é a das disposições subjetivas, definida em nível microsocial e intraindividual, na relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo em conexão com os outros, de modo a buscar novo imaginário e novas práticas de si fora da lógica do capital humano, do empreendedorismo e da visão economicista de mundo. (ANDRADE, 2019, p. 235).

Andrade aborda diferentes dimensões de uma análise crítica da sociedade contemporânea, desde a dimensão econômica globalizada até as dimensões de luta contra as formas de regulação, a batalha ideológica e a busca por novas formas de subjetividade e práticas sociais. Segundo o autor é possível explorar brechas e contradições nessas configurações específicas, abrindo espaço para novas formas de organização social e política. Compreender o que é o neoliberalismo, analisando o debate nas ciências sociais, pode auxiliar intelectuais a formular melhor a questão e os movimentos sociais a estabelecerem estratégias políticas convergentes.

Compreendendo que o neoliberalismo é uma ideologia de positividade tóxica, faz-se necessário saber suas intenções quando se aproxima da educação. Conforme discutido anteriormente, reconhecemos que o saber é uma forma de poder e que os processos educativos e formativos são permeados por intencionalidades, que podem buscar a emancipação ou a conformidade a uma prática política e ideológica. Portanto, é com a intenção de legitimar a argumentação contra a estatização da educação e promover a ideia de livre mercado em sintonia com as práticas capitalistas que o discurso neoliberal se estabelece sobre as dimensões educacionais.

## **2.1 – Influências Neoliberais na educação e seus reflexos sobre a universidade pública brasileira**

Dada a discussão sobre como se caracteriza o conceito de neoliberalismo ao tratar de suas dimensões no Brasil e seu discurso em relação à educação, é necessário compreender que, de forma geral, as configurações atuais da política educacional brasileira são parte das reformas integradas pelo Estado pós-década de 1990 e, desde então, têm sofrido influências neoliberais. Ao longo desse período, intensificaram-se ações em todos os setores políticos, conciliadas com corporações

internacionais, com o objetivo principal de impor ideias que fortalecessem o capitalismo na nova fase em que se encontrava.

Isso nos leva a relembrar o que foi mencionado no capítulo anterior: os primeiros passos em direção à democratização do ensino tiveram intenções claras em relação ao novo modelo de sociedade que estava sendo construído no Brasil; uma sociedade "moderna" e "industrializada" que, portanto, necessitava de pessoas que pudessem operar as engrenagens desse novo cenário.

Conjugado a outros setores da política social, ocorreram ações pontuais que moldaram a educação brasileira. Conforme discutido anteriormente, a proposta de democratização da educação básica e superior passou por diversas discussões, buscando um modelo que valorizasse formação crítica, pois, desde o início, as raízes neoliberais permearam a educação. Considerando que é no âmbito educacional que se desenvolve o senso social, compreende-se que as razões pelas quais a educação permanece na agenda neoliberal são, sobretudo, para perpetuar um processo de alienação dos sujeitos e manter um modelo econômico hegemônico.

Conforme aponta Lagoa (2019), em todas as sociedades marcadas pela divisão de classes, há tentativas de neutralizar a luta entre as camadas opostas e garantir a preservação das relações capitalistas. Dessa forma, o neoliberalismo se alia ao Estado e se aproxima da agenda educacional justamente para conter esse antagonismo. Portanto, para cumprir a esta função, cria-se condições ideológicas que inibem qualquer ação que possa resultar em luta contra o modelo de sistema adotado. Em outras palavras, a ideologia dominante estabelece o consenso e permite assegurar a inserção prática dos agentes na estrutura social, visando a manutenção desta estrutura. Dessa maneira, podemos pensar que, para garantir uma uniformidade ideológica que legitime o sistema capitalista, as políticas neoliberais se aproximam do campo educacional, justamente com o intuito de validar, através do ensino, um único sistema e um estilo de vida que não possibilite rupturas.

Marrach (2006), menciona que a perspectiva neoliberal atribui um papel estratégico à educação e determina-lhe alguns objetivos, como alinhá-la à preparação para o trabalho, não no sentido ontológico, mas sim de assimilar a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Tudo isso sob a alegação de que o mundo empresarial possui interesse na educação porque busca uma força de trabalho qualificada, capaz de competir tanto no mercado nacional quanto no internacional. No entanto, é importante ressaltar que associar a pesquisa

científica ao contexto empresarial transformaria a ciência em um capital técnico-científico, no qual grandes empresas controlariam a produção científica e a colocariam a serviço de seus interesses de diversas maneiras.

Marrach (2006), aponta outra intenção neoliberal para a educação, que seria transformá-la em um mercado para os produtos da indústria cultural. Isso é contraditório, uma vez que, enquanto no discurso condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado educacional.

De acordo com Silva (1994), o neoliberalismo resulta na redução da importância da esfera pública, tratando a educação como parte do mercado e da administração. Isso acarreta a perda do conteúdo político da cidadania, que é substituído pelos direitos dos consumidores. O discurso neoliberal propõe uma abordagem técnica e reformada para a educação, em que as questões sociais, psicológicas e culturais são convertidas em problemas técnicos e administrativos. Os estudantes são vistos como consumidores, enquanto os professores são considerados funcionários treinados e competentes para prepará-los para o mercado de trabalho e para realizar pesquisas práticas e úteis a curto prazo. Um ponto que reflete claramente essa visão é a recomendação do Banco Mundial (BM) de reduzir a contribuição estatal no financiamento da educação e transformar parte do que atualmente é gratuito em serviços pagos, nos quais o Estado apenas ofereceria empréstimos ou bolsas de estudo.

Em resumo, a modernização neoliberal não ajuda a diminuir as desigualdades sociais e transforma a educação em uma atividade voltada para a produção de mão de obra voltada para o mercado, deixando de lado a formação integral do indivíduo. Na ofensiva antidemocrática e excludente promovida pelo ambicioso programa de reformas estruturais impulsionado pelo neoliberalismo, as instituições educacionais tendem a ser pensadas e reestruturadas de acordo com padrões produtivistas e empresariais específicos. Muitas ações no campo educacional são diretamente influenciadas pela ideologia neoliberal, fazendo com que a educação deixe de ser um direito e se torne um instrumento de manipulação, o que ajuda a concretizar modificações estruturais necessárias para expansão do capital e permite a construção de um discurso mercadológico para a educação. Como resultado, a educação acaba

sendo reduzida ao ler, escrever e calcular minimamente, questões necessárias para se ingressar no mercado de trabalho.

Portanto, percebe-se que o capitalismo constrói uma necessidade, isto é, promove o empobrecimento das pessoas, bem como a necessidade de trabalho precarizado para sobrevivência. Posteriormente, propõe a solução com um discurso articulado que serve de justificativa para a formação educacional voltada para o mercado como necessidade e melhoria da qualidade de vida das pessoas, sem nenhum adendo ao pensamento crítico. Na realidade, esse modelo de educação apenas busca a massificação da mão de obra para a manutenção das engrenagens sociais.

Outro aspecto neoliberal em relação à educação é torná-la um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários, ou seja, adequá-la a um princípio preponderante. Isso ocorre porque, de acordo com Marrach (2006), a educação desempenha um papel importante na difusão de variadas ideias. O problema para os neoliberais é que, nas universidades, por exemplo, durante as últimas décadas, o pensamento dominante tem convivido com o pensamento crítico em diversas áreas do conhecimento e nas diversas práticas pedagógicas dialógicas alternativas. Nessa situação, usar esta instituição como meio de propagar suas ideias requer mais controle.

Conhecendo as intencionalidades que envolvem a prática educacional, é importante considerar o que é sinalizado por Maroneze e Lara (2009) ao afirmar que a política educacional, assim como as demais políticas sociais, não pode ser pensada de forma isolada ou desconexa de uma totalidade histórica. Pelo contrário, ambos devem ser compreendidos a partir da contradição e articulação com os aspectos sociais, políticos e econômicos de determinada conjuntura sócio-histórica. Partindo dessa premissa, torna-se incontestável refletir sobre as indicações de reformas educacionais, constantemente patrocinadas por agências multilaterais de financiamento, como o BM entre outras organizações que são especializadas em prescrever orientações a serem adotadas pela educação, enviesadas em um discurso que justifica a limitação da socialização do conhecimento, restringe a liberdade das instituições escolares e universitárias e comprime a atividade educativa dos docentes.

Conforme acentua Lagoa (2019), as ações políticas de agências de financiamento para a educação estão inseridas em um complexo de ações concretas que buscam reproduzir elementos ideológicos-sociais que atenuam e perpetuam as

contradições sócio-históricas do capital, consequentemente universalizando e legitimando a visão de mundo capitalista como única. Por isso, é importante fazer uma leitura crítica dos documentos oficiais sobre a condução da educação pública, pois o olhar minucioso identifica os preceitos teóricos presentes na retórica discursiva que orientam os rumos das políticas educacionais que afetam não só o ensino básico, como também as universidades. Isso porque, as grandes agências de investimentos possuem peso no âmbito político, visto que, dependendo da gestão governamental, compactuam com a mesma linha de pensamento.

A exemplo disto, o Banco Mundial (2017), a pedido do então presidente Michel Temer, recomendou o fim da gratuidade no ensino superior brasileiro por meio de um relatório intitulado "Um Ajuste Justo". Esse documento ganhou visibilidade rapidamente e foi amplamente defendido por banqueiros e boa parte do Congresso Nacional. Entre outras exigências, o relatório mencionou que as universidades públicas no Brasil eram ineficientes e injustas, pois de acordo com o 'levantamento' feito pela instituição financiadora, os custos com os estudantes numa universidade pública eram muito maiores do que numa privada. Além disso, afirmava que alguns dos estudantes das universidades públicas estavam entre os mais ricos do país.

No entanto, conforme salienta Mustafa (2022), se o governo da época estivesse atento quanto a pesquisa realizada em 2014 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)<sup>5</sup> em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), teria conhecimento de que, graças as políticas afirmativas, a universidade deixou de ser exclusivamente acessível à elite como já foi em outros períodos, já que naquele ano (2014), a pesquisa revelou que 66,19% dos estudantes da rede federal de ensino superior eram provenientes de famílias cuja renda mensal não ultrapassava 1,5 salário mínimo per capita.

Mustafa (2022) nos ajuda a pensar que o relatório do BM, além de defender o fim da universidade pública, incentivou a mercantilização do ensino superior ao fazer uma comparação injusta entre os custos das instituições públicas e privadas. Sabemos da discrepância de investimento em pesquisa, extensão, valorização profissional e qualidade de ensino existente entre esses dois modelos de instituições.

---

<sup>5</sup><https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/IV-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>

Quando há interesse governamental em investir na universidade pública, ela se destaca em todos os aspectos, especialmente em relação às produções científicas.

Essa particularidade pode ser comprovada pela resposta do presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, ao posicionamento do então presidente do Brasil em exercício em 2019, Jair Bolsonaro. Em entrevista à rádio Jovem Pan, Bolsonaro afirmou que nas universidades federais não existiam pesquisas<sup>6</sup>. No entanto, conforme aponta Davidovich, um estudo realizado pela Clarivate Analytics a pedido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), revelou que no período de 2011 a 2016 o Brasil publicou mais de 250.000 artigos na base de dados Web of Science em todas as áreas do conhecimento. Dessas publicações, mais de 95% foram provenientes das universidades públicas, federais e estaduais.<sup>7</sup>

A respeito do ensino superior público, os grandes agenciamentos ancorados na máxima neoliberalista recomendam privatizações em todos os setores públicos. Conforme Minto (2006), a privatização se caracteriza como:

[...] parte de um processo histórico, longo e complexo. Processo este que escapa às simples determinações políticas emanadas de dentro do próprio campo educacional e que para serem entendidos devem ser considerados no plano internacional relacionados às mudanças que se processaram nos padrões de acumulação do capitalismo mundial. (MINTO, 2006, p. 113).

Em outras palavras, o processo de privatização decorre de fatores externos e internos e transfere para entidades privadas parte considerável dos serviços públicos e outras atividades periféricas de natureza econômica até então geridos exclusivamente pelo Estado. Essas tentativas de "reorganizar a economia" incluem mudanças nas políticas públicas, que direcionam os recursos públicos para o setor privado e enfraquecem a proteção social, ao mesmo tempo em que legitimam tais ações. É importante sinalizar que a intenção de "reorganização" também inclui adequar as instituições de ensino básico e superior, tanto das instituições públicas quanto das privadas, aos mecanismos mercadológicos.

Nos processos de privatização, determinados direitos de cidadania, incluindo a educação, passam a ser tratados como serviços, tanto por instituições públicas como por empresas privadas. Tais medidas, de acordo com Firmiano (2016), têm o objetivo

---

<sup>6</sup> Exclusivo Bolsonaro fala a Jovem Pan. Canal no youtube "Os pingos nos Is". 08 de abril de 2019 [https://www.youtube.com/watch?v=FSOAahACT\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=FSOAahACT_Y). Minuto 6:50.

<sup>7</sup> <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>

de posicionar o Brasil dentro da estrutura global do capital, afetando diretamente todos os setores que dependem de financiamento estatal, entre eles, o orçamento das universidades públicas. Diante das consequências do ajuste econômico, essas universidades se veem obrigadas a repensar os conceitos e ideias históricas que fundamentam suas atividades, especialmente em relação ao seu caráter como bem público.

Propostas como esta, de reorganização econômica com projetos de privatização, foram claramente divulgadas pelo então Ministro da Educação, em 2019, Abraham Weintraub. Ele fomentou, de forma incisiva, o programa Future-se para as universidades públicas de todo o país. Esse programa foi formulado pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de incentivar as universidades federais a captarem, essencialmente, recursos privados. De acordo com a proposta, as referidas instituições poderiam realizar parcerias, ceder o uso de imóveis pertencentes à União para organizações privadas, ter maior autonomia na criação de fundos de investimentos e até vender o nome dos campi e edifícios a patrocinadores.

Os termos das principais diretrizes do referido programa baseavam-se em conceitos completamente mercadológicos, como "governança, gestão e empreendedorismo". A referida proposta foi duramente criticada pela comunidade acadêmica, tornando-se uma das pautas do movimento estudantil que organizou no mesmo período, manifestações para combater as demais propostas de desmonte da universidade pública iniciadas durante o governo Temer (2016-2019) e continuadas pelo governo Bolsonaro (2019-2022).

É necessário compreender que propostas como esta são construídas sob justificativas orquestradas de maneira dissimulada por simpatizantes neoliberais. Gentili (1996) sinaliza que um dos argumentos é a afirmação de que há uma "crise" na educação como um todo, que seria fruto de um "gerenciamento improdutivo" decorrente da crescente expansão da educação iniciada no século XX. Segundo esse discurso, tal expansão não teria promovido "efetividade nos serviços oferecidos", resultando em um sistema educacional de "baixa qualidade".

Ou seja, cria-se a ideia de uma crise desencadeada por "expansão desordenada", "improdutividade das práticas pedagógicas", "ausência de um mercado educacional" e "falta de qualidade na educação". Os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, mas

também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível para a “crise”.

Neste ponto, podemos destacar mais uma desigualdade do sistema neoliberal ao cobrar "qualidade" na educação, o que chega a ser pitoresco. Como é possível exigir qualidade quando há um grande incentivo a cortes de investimentos estatais, que promovem escassez de recursos, sucateamento físico, material e humano, que repercute direto e negativamente no trabalho educacional? Como se pode falar em qualidade apoiando o fim das políticas públicas e sociais?

Gentili (2001) critica a linha de pensamento da qualidade total na educação e aponta que não é possível cobrar qualidade quando se promove a discriminação, submete-se as maiorias à miséria e os condena à marginalidade, ou ainda quando se nega o direito à cidadania a mais de dois terços da população.

Conforme Marrach (2006), o termo qualidade total aproxima a educação do modelo empresarial. O raciocínio neoliberal é tecnicista, equaciona problemas sociais, políticos, econômicos como problemas de gerência. Por exemplo, ao comparar a universidade pública e a particular, a retórica neoliberal afirma que a qualidade da primeira é inferior à da segunda devido à suposta ineficiência administrativa da pública, ao desperdício de recursos e ao uso de métodos ultrapassados. Não leva em conta a diferença social existente entre ambas, nem a magnitude do capital econômico de cada uma.

Apesar das discrepâncias evidentes em termos de investimento financeiro, as universidades públicas se destacam na relação à qualidade do ensino e ao compromisso político. Assim, a noção de qualidade traz consigo o tecnicismo que reduz os problemas sociais a meras questões administrativas, esvaziando os campos social e político do debate educacional, transformando os problemas da educação em problemas de mercado e de técnicas de gerenciamento.

A partir da ideia da “falta de qualidade” na educação, o discurso neoliberal promove a criação de mecanismos de acompanhamento e de avaliação usados para auferir credibilidade e controle. Assim, a avaliação, um instrumento da lógica do capital, torna-se um dos pilares que fundamentam a reforma da educação superior, cujo modelo é reduzido ao estabelecimento de metas e indicadores de desempenho visando reduzir os gastos das instituições que não alcançarem resultados satisfatórios.



A ideia de criar avaliações para qualificar ou não uma instituição pública é, na realidade mais um instrumento utilizado para justificar possíveis cortes nos repasses governamentais a essas instituições. Como pode haver cobrança de “qualidade” sem os investimentos necessários para aquisição de recursos importantes que são responsáveis por promover pesquisas e qualidade de ensino? No entanto, mesmo com a redução de recursos, as universidades públicas continuam sendo exemplos em termos de qualidade no ensino, realização de pesquisa, incentivo à extensão e à qualificação profissional.

É importante estar ciente e criar articulações políticas diante desse afinamento, pois esta é a ideia primordial do neoliberalismo: estreitar e reduzir os financiamentos públicos até que não haja mais condições de existência da universidade como um direito público. Esse discurso de promover qualidade na educação descentralizada de investimento estatal, prevê a redução de despesas com o ensino público, o que abre margem para a “mão amiga” dos financiamentos privados, ou seja, esse é mais um elemento que justifica as atuações neoliberais sobre a educação, pois defende que esta funciona mal porque é muito estatizada.

Nesse sentido, há uma constante tentativa de transferir a Educação da esfera dos direitos sociais para a esfera do mercado. É a partir desse sentimento que se promove a construção de um mercado educacional, que em linhas gerais, se baseia na competição interna, na meritocracia e no individualismo, reduzindo a educação a uma condição de propriedade e instigando as instituições de ensino a se tornarem modelos produtivistas e empresariais, baseados numa relação de prestação de serviços educacionais.

Dessa forma, a educação passa a ser subordinada à formação para as necessidades do mercado de trabalho, em vez de promover a constituição de cidadãos críticos e politizados. Portanto, compreende-se que esses discursos são intencionais, faz parte de um projeto de educação. São justificativas formuladas para cumprir uma função muito bem definida, além de servir para revitalizar o enredo que sustenta esse argumento, pois o processo educativo não está alheio de intencionalidades e, no centro do estado capitalista, a educação cumpre a funcionalidade de manter e influenciar o pensamento dos indivíduos, atendendo as demandas específicas que corroboram para manutenção deste sistema.

De acordo com Marrach (2006), no que diz respeito à universidade pública, o discurso neoliberal condena o populismo, o corporativismo e aponta que tal instituição

apresenta um ensino ineficaz e de pouca produtividade. Nesta expressão simplista, todas essas palavras soam como atributos negativos. O termo populismo é utilizado para julgar desde a relação dialógica entre professores e alunos até o funcionamento da democracia universitária, incluindo a eleição e as campanhas eleitorais. Com a palavra corporativismo a retórica neoliberal ataca desde os direitos trabalhistas, que passam a ser chamados de privilégios, até as reivindicações salariais.

A expressão "falta de produtividade" critica a ausência de retorno financeiro que as pesquisas, principalmente nas áreas humanas promovem, tendo em vista que o pensamento neoliberal apenas considera a produtividade da pesquisa utilitária, bem financiada e altamente lucrativa conforme os critérios mercantis. No fundo dessas três críticas, percebe-se que o incômodo é a liberdade acadêmica, no distanciamento da universidade pública em relação aos mecanismos de mercado e na ausência de submissão aos critérios da produção industrial da cultura.

Considerando a visão maniqueísta do discurso neoliberal em relação à universidade pública, tem sido comum a promoção de propostas de cobrança de mensalidades, algo que não é inédito, mas que se tornou mais frequente desde 2016 até meados de 2022. Durante o mandato como Ministro da Educação, Abraham Weintraub (2019-2020) defendeu a cobrança de taxas de estudantes da Pós-Graduação<sup>8</sup>. Seu sucessor, Milton Ribeiro (2020-2022), também afirmou, em entrevista à TV Brasil<sup>9</sup>, que a universidade deveria ser acessível apenas a alguns, e defendeu a ideia de institutos técnicos para formação profissionalizante. O pensamento de ambos os ministros está intrinsecamente alinhado com a retórica neoliberal, que propõe a limitação do acesso ao ensino superior ao sugerir que os estudantes universitários arquem com os custos do ensino nas universidades federais. Essa proposta, obviamente, ampliaria as barreiras sociais que dificultam o acesso à universidade e elitizaria essa etapa do ensino.

Marrach (2006) mostra que, segundo o discurso neoliberal, os professores universitários são afetados sorrateiramente por propostas que sugerem que eles busquem recursos para suas pesquisas em empresas industriais e comerciais, associando-se a elas por meio de pesquisa, consultoria ou oferta de cursos. Isso os

---

<sup>8</sup> <https://veja.abril.com.br/politica/weintraub-diz-ser-contrario-cobrar-mensalidade-em-universidade-federal/>

<sup>9</sup> <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>

obrigaria a atender às demandas do mercado e a realizar pesquisas utilitárias de curto prazo, além de procurar novos tipos de contratos de trabalho, que tendem a eliminar a dedicação exclusiva e aumentar o número de professores em regime de tempo parcial. Afirma-se que os professores em tempo parcial, por terem outro emprego, teriam condições de trazer para a sala de aula ensinamentos do mercado de trabalho. No entanto, isso resultaria apenas na redução dos gastos governamentais e, conseqüentemente, no achatamento dos salários. De acordo com a autora, todos esses aspectos certamente favoreceriam ainda mais as áreas exatas em detrimento das áreas humanas, que já são desvalorizadas, e transformariam a universidade pública em um modelo competitivo.

Outra justificativa neoliberal utilizada para atacar a universidade pública é criar a ideia de que ela é um local de doutrinação política, como foi afirmado constantemente durante os últimos quatro anos com a ascensão da extrema-direita conservadora no Brasil. Um exemplo disso é Abraham Weintraub, que, embora tenha ocupado o cargo de ministro da educação por pouco tempo, causou grandes problemas nas universidades federais brasileiras. Durante sua gestão, ele promoveu ataques fervorosos a essas instituições em todo o país, chegando a afirmar que a universidade era um lugar de “balburdia e cracolândia”<sup>10</sup>. Isso demonstra total desrespeito pelo trabalho desenvolvido pelos docentes e estudantes que compõem o ambiente acadêmico.

Essa visão foi expressa em uma entrevista concedida ao jornal Estado de São Paulo em 23 de setembro de 2019, na qual o então ministro declarou que as universidades eram caras e desperdiçavam recursos com questões não relacionadas à produção científica e à educação, afirmando claramente: “têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta, em alguns campi por aí, tem cracolândia” (ESTADO DE SÃO PAULO, online). A desinformação intencional produzida por Weintraub revelou abertamente como se busca justificar a privatização das instituições públicas, ou seja, criando discursos infundados e divulgando-os na mídia para convencer o senso comum de inverdades. Dessa forma, aos poucos ou de forma acelerada, promove-se o desmonte da função da universidade e o sucateamento de sua estrutura como um todo.

---

<sup>10</sup> <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/>

Outros motivos que levam o modelo de gestão neoliberal a atingir prioritariamente os investimentos financeiros estatais que fornecem qualidade e condição de acesso democrático à educação superior podem ser resumidos em dois fatores principais. No entanto, antes de explicá-los, é necessário fazer uma breve contextualização. No primeiro capítulo deste trabalho, mencionamos que a ideia de democratização do ensino superior público e a construção da universidade nos moldes que conhecemos hoje se desenvolveram após o período da ditadura militar brasileira. Após vivenciar intensas censuras, aqueles que buscavam um país mais justo iniciaram discussões acaloradas sobre a necessidade de diversificação no perfil dos estudantes que frequentavam a universidade, bem como no modelo educacional e nos valores que a universidade deveria adotar.

Nesse sentido, graças a vários levantamentos e pressões populares em prol da democratização do ensino superior, por meio de políticas afirmativas, a universidade passou a ser frequentada, mesmo que gradualmente, por diferentes grupos sociais. A concessão ao direito desse nível de ensino, ameaçava de forma direta a ordem das classes. Dessa maneira, os ataques contra a universidade foram sendo articulados a partir da extensão do espaço acadêmico, que deixou de ser genuinamente das camadas médias e altas, e passou a ser ocupado por outros sujeitos que durante séculos tiveram esse direito negado. A partir da ampliação das políticas educacionais num processo de redemocratização do país, eles passaram a ocupar esse lugar epistêmico e desde então se mantiveram sempre em alerta a respeito de possíveis tentativas de retrocesso quanto a este direito. Esses ataques nos ajudam a pensar que historicamente a classe popular demorou alcançar os bancos universitários por questões estruturais.

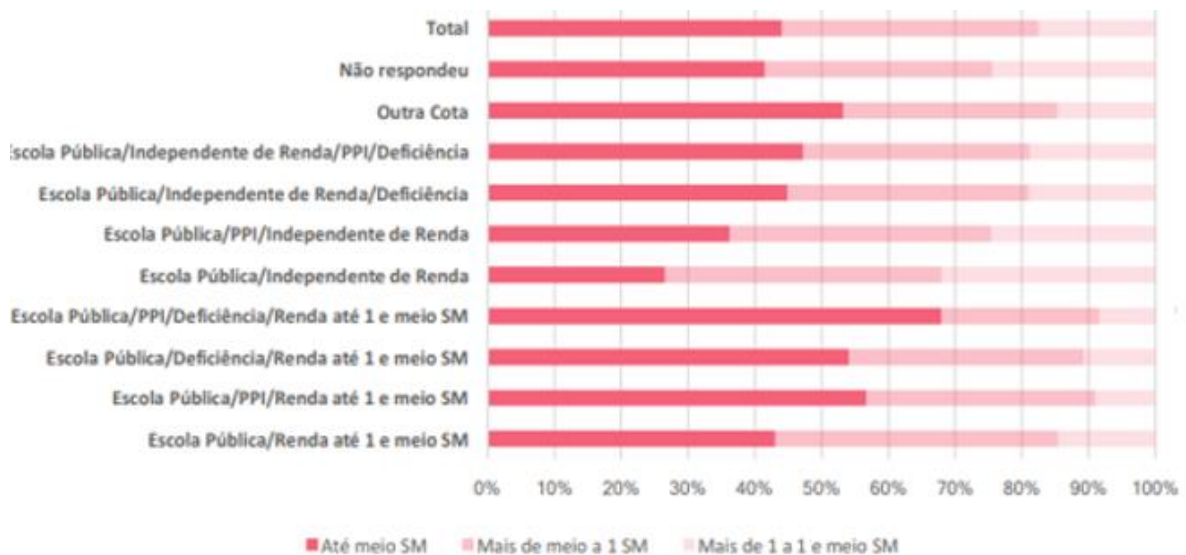
Portanto, podemos resumir que o movimento ideológico neoliberal ataca o acesso democrático ao ensino superior por duas razões principais. Primeiramente, por buscar promover uma educação mercadológica, desmotivando os princípios que regem as universidades, principalmente por ela proporcionar o desvelar das ideias de cunho autoritário e seus efeitos sobre a sociedade, sua autonomia em formar sujeitos capazes de interpretar a realidade por eles mesmos, e o incentivo que promove nos estudantes em identificar ideias reacionárias e negacionistas para entenderem o funcionamento da sociedade com consciência de classe afeiçoados à democracia.

O segundo motivo seria para atingir um público específico, aqueles que passaram a frequentar a universidade tardiamente. Coincidentemente, esses são os

mesmos grupos mais afetados pelos ataques ao direito à educação superior pública e frequentemente são alvos de ameaças, racismo e discriminações com base em sua classe social, cor ou orientação sexual. Portanto, não se trata de uma única razão, mas de uma série de fatores que motivam os ataques a esses indivíduos. A grande realidade é que essas investidas não acontecem por acaso, pois fazem parte de um projeto de educação e de nação, cuja funcionalidade primordial é manter, por meio de regras e princípios justificados como corretos, “o bom funcionamento da ordem econômica e das classes”, são ataques direto de uma política ultraconservadora.

Esses ataques e as propostas de cortes de verbas, na verdade promovem problemas além daqueles que as universidades já possuem. Entre outras intenções, buscam retomar um processo de exclusão, problema que passou a ser solucionado a partir da sanção da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e pode ser aferido a partir dos dados da V pesquisa da Andifes divulgada em maio de 2022, na qual apontou que 70,2% (ver gráfico 1) dos universitários tem renda mensal familiar *per capita* de até um salário mínimo.

**GRÁFICO 1** – Graduandos(as) cotistas, com renda per capita de até 1 salário mínimo e meio, segmentados por faixa de renda e categoria de cota - 2018.



Fonte: V pesquisa nacional de perfil socioeconômico dos graduandos das IFES (2018, p. 118)

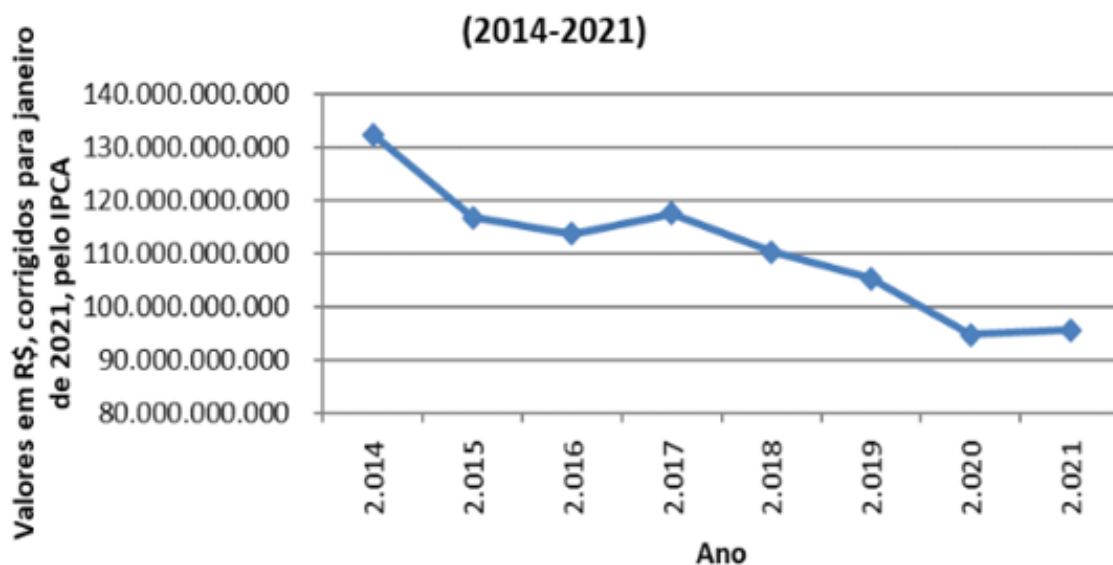
Os ataques neoliberais se manifestam diretamente por meio dos cortes "justificados e naturalizados" pelas propostas de contingenciamento, que sustentam o discurso de uma suposta "crise na educação". No período recente, a partir de 2016,

testemunhamos de forma mais intensa a ascensão das perspectivas neoliberais no cenário político brasileiro. Isso se evidencia nas diversas propostas de redução dos gastos sociais do Estado, o que amplia o contexto de precarização da vida. Como resultado, ocorreu a fragmentação de várias políticas públicas, aprofundando a subalternização da sociedade brasileira materializada de diversas maneiras.

No contexto dos contingenciamentos, a educação em geral, bem como a universidade pública e as políticas de garantia de acesso e permanência dos estudantes, foram severamente atingidas. Todo esse conjunto de cortes projetaram uma tentativa de reduzir a função e o prestígio da universidade pública brasileira para conseguir justificar um possível processo de privatização e a massificação do ensino pelas faculdades privadas que, em última instância, intencionam apenas manter a lógica do mercado e o retorno de lucros exorbitantes.

Amaral (2021) ao analisar as despesas realizadas nos anos de 2019 e 2020, conforme previsto na Proposta Orçamentária para 2021 (PLOA), constatou que os investimentos federais em Educação despencaram de 2014 a 2021. No gráfico a seguir (ver gráfico 2), elaborado pelo autor, é possível observar uma diminuição dos investimentos na função educação, que passaram de 130 bilhões para um valor entre 90 bilhões e 100 bilhões. Essa redução representa uma diminuição de 28,5% nos recursos disponibilizados.

**GRÁFICO 2 – Recursos financeiros associados a função Educação**



Fonte: Câmara dos Deputados. Relatório de Recursos Financeiros. Org. Amaral (2021, p. 10)

Em relação aos recursos financeiros aplicados nas universidades em 2021, observou-se uma queda drástica tanto no pagamento de pessoal quanto nas despesas de manutenção, construção e aquisição de equipamentos, o que impactou de forma significativa o funcionamento dessas instituições. No que diz respeito aos recursos humanos, os sucessivos cortes de verbas e reduções de pessoal resultaram em uma diminuição em massa de profissionais nas universidades públicas. Segundo dados do Ministério da Educação obtidos pelo jornal O Estado de São Paulo, em 2022 houve um déficit de pelo menos 11 mil professores e técnicos nas universidades federais brasileiras<sup>11</sup>, refletindo uma das consequências das políticas de corte implementadas desde o governo de Michel Temer (2016- 2018) em diante.

O relatório divulgado pela Andifes sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado ao Congresso Nacional, em 2021, revela que as universidades tiveram uma redução orçamentária de 18,2%, equivalente a R\$ 1.056 bilhões em comparação com o ano de 2020. Esses cortes impactam todos os setores da universidade pública, seja no âmbito da pesquisa quanto nos mecanismos que auxiliam os estudantes, como é o caso da política de Assistência Estudantil (AE), que teve uma queda específica de R\$ 20.509.063 milhões de reais.

No campo da pesquisa, que é uma das funções primordiais da universidade pública, ocorreram grandes quedas, uma vez que a maioria dos órgãos de fomento à pesquisa, como o CNPq e a Capes, foram fortemente afetados. Dados da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (ver gráfico 3) mostram que a Capes e o CNPq perderam aproximadamente 51% do financiamento para pesquisas nos últimos anos.

### GRÁFICO 3 – Bolsistas do CNPq nos últimos governos

Média anual de bolsistas (em milhares)



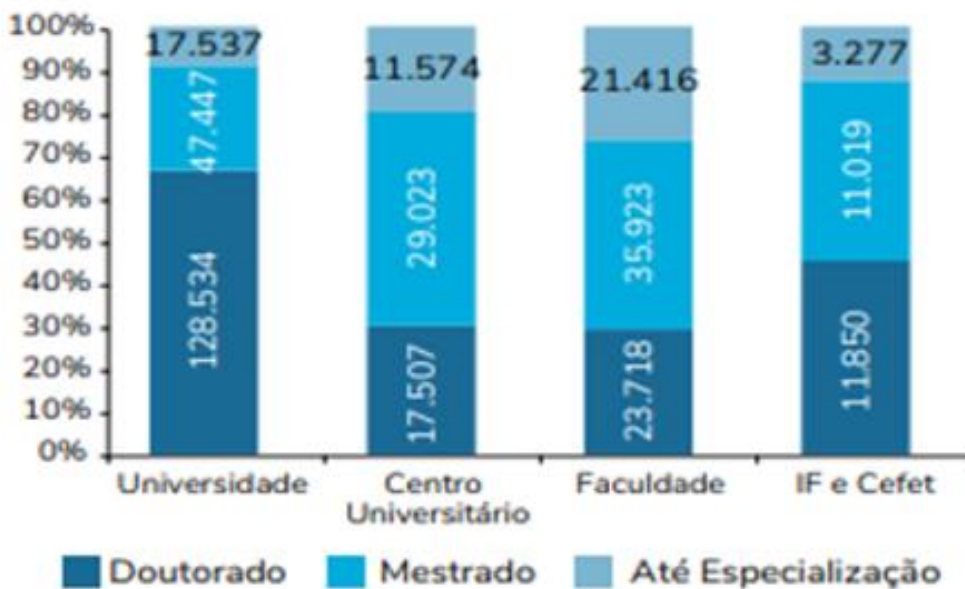
Fonte: Ministério da Ciência e tecnologia CNPq

<sup>11</sup><https://www.estadao.com.br/educacao/universidades-federais-tem-deficit-de-ao-menos-11-mil-professores-e-tecnicos/>

A falta dos repasses ameaça categoricamente a produção da pesquisa acadêmica. Para que a universidade possa cumprir sua função de pesquisa, que lhe confere o "status" de universidade, é indispensável recuperar a capacidade dos variados órgãos de fomento e amparo à pesquisa. Sem essas verbas, o ato de pesquisar torna-se inviável.

Mesmo com todos os cortes mencionados, é certo que a maioria das pesquisas desenvolvidas no Brasil (95%) são realizadas pelas universidades públicas, conforme mencionado anteriormente pela Clarivate Analytics. Além disso, em relação à qualidade do ensino, há uma grande disparidade entre as universidades públicas e privadas. Nas públicas, há um maior incentivo à qualificação profissional e uma maior porcentagem de docentes com mestrado e doutorado. Conforme dados divulgados em 2021 pelo Inep, 66,4% dos docentes das universidades públicas possuíam doutorado (ver gráfico 4).

**GRÁFICO 4** – Participação percentual e número de docentes na educação superior, por grau de formação e regime de trabalho, segundo a organização acadêmica



Fonte: Inep. Censo da Educação Superior. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf) (2021, p. 28).

Os investimentos em qualificação profissional, idealismo, compromisso político e social dos educadores, bem como a participação ativa da maioria dos professores



em projetos de ensino, pesquisa e extensão, e conexão com os programas de pós-graduação em diferentes níveis, tanto lato sensu quanto stricto sensu, nos quais uma parte significativa da pesquisa nacional é impulsionada, são elementos distintivos entre as universidades públicas e as instituições privadas de ensino superior.

Os dados informados anteriormente confirmam que gradativamente houve redução nos investimentos na educação de modo geral e, especialmente, no ensino superior público. Essa redução faz parte da estratégia das políticas de cunho neoliberal adotadas nos últimos governos, que buscam argumentar sobre processos de crise na educação. Essas políticas criam uma ideia de crise, sufocam o orçamento e constrói um cenário de sucateamento para defender parcerias privatistas com empresas particulares. Dessa forma, o propósito da existência da universidade é ameaçado, prejudicando as pesquisas e o ensino gratuito e de qualidade prestados pelas universidades públicas. Isso afeta a entrada e a permanência de muitos estudantes que dependem de bolsas e auxílios estudantis para concluir suas pesquisas e/ou continuarem seus cursos.

É importante destacar que, no projeto neoliberal, os ataques e cortes de verbas são direcionados especificamente para a educação superior pública, enquanto o ensino superior privado tem recebido apoio de investimentos estatais e aumentado seu faturamento. Essa é a realidade encoberta pela cortina de fumaça das propostas neoliberais: esvaziar o setor público para investir no setor privado. Esse fenômeno não é uma casualidade, faz parte dos pilares deste modelo político, que busca reduzir o gasto público com o social, incentivar a privatização das universidades públicas, mercantilizar a educação como um todo e afunilar o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior.

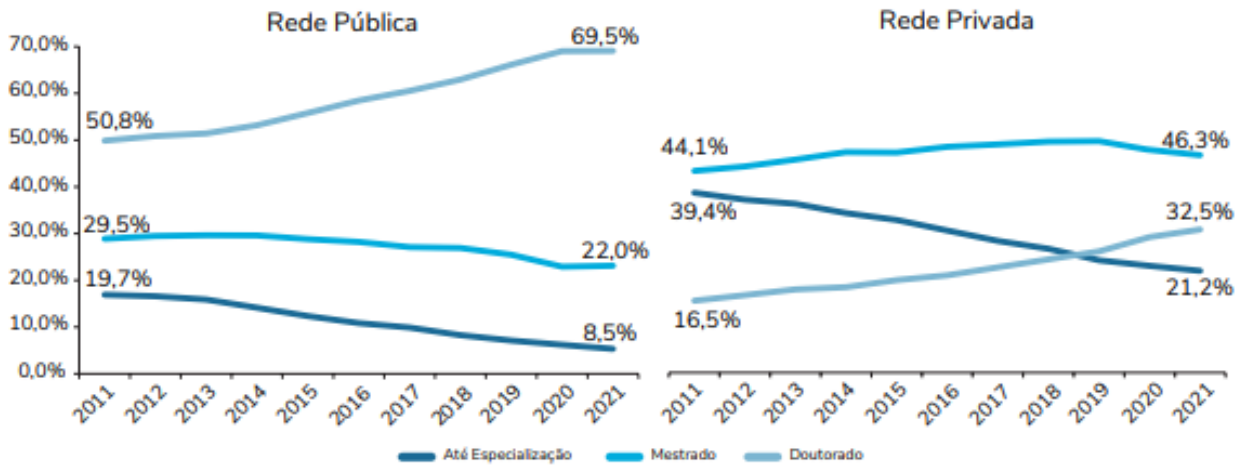
No entanto, é satisfatório saber que, mesmo em meio a todas as investidas e cortes, a universidade pública tem marcado sua contribuição no desenvolvimento do país. De acordo com a Capes<sup>12</sup>, quatro em cada cinco programas de pós-graduação no Brasil estão em instituições públicas, o que corresponde a 80% do total geral. A qualidade do ensino das universidades públicas continua superior em relação a diversas instituições privadas, como garantido pelo gráfico do Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP de 2021<sup>13</sup> (ver gráfico 5).

---

<sup>12</sup> <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/05/16/universidades-federais-pos-graduacao>

<sup>13</sup> [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf) (p. 28)

**GRÁFICO 5** - Participação Percentual de docentes na educação superior por categoria administrativa, segundo o grau de formação – 2011-2021



Fonte: Inep. Censo da Educação Superior. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf) (2021, p. 28).

Diante desses dados, percebe-se que a qualidade do ensino nas universidades públicas se justifica pela excelente qualificação profissional dos docentes e seu envolvimento em projetos de ensino, pesquisa e extensão, além do vínculo com os programas de pós-graduação. Isso nos leva a refletir que os docentes, quando imbuídos de ética e de idealismo, conseguem manter a qualidade no ensino, produzir pesquisas nacional e internacionalmente e realizar projetos de ensino, pesquisa e extensão, que são fundamentais para o ensino de qualidade.

A pós-graduação, especialmente a de *stricto sensu*, onde ocorre uma parte significativa da pesquisa nacional, é um diferencial entre as universidades públicas federais e as privadas. Para além do aspecto da qualificação profissional, os docentes das universidades federais, se comparados, no que se refere às condições de trabalho aos seus pares das instituições privadas, ainda possuem melhores oportunidades e condições de realização de um bom trabalho, pois além da dedicação exclusiva, dispõem de carga horária destinada à pesquisa e serviços de extensão.

Conforme mencionado anteriormente, houve um aumento considerável no número de estudantes matriculados no ensino superior e o relatório anual do INEP sobre o Censo da Educação Superior confirma que nos últimos dez anos houve maiores oportunidades para que os estudantes das classes sociais menos privilegiadas tivessem acesso ao ensino superior no Brasil. Essa realidade foi

possibilitada por uma série de investimentos em políticas educacionais, como o Sisu, o Enem, as Cotas e outras ações afirmativas que contribuíram significativamente para o acesso à educação superior pela classe trabalhadora, que historicamente teve seu acesso à educação limitado, o que dificultou a materialização da garantia desse direito adquirido constitucionalmente.

No entanto, apesar do aumento no número de matrículas nas universidades, há uma preocupação em relação à precarização das políticas educacionais e da vida social como um todo, que são resultados diretos da continuidade das políticas neoliberais no país. É inegável que nos últimos anos o contexto brasileiro tenha sido marcado pela expansão da precarização de diversas políticas públicas. Essa conjuntura impacta todos os segmentos sociais, incluindo as juventudes, que têm vivenciado processos frequentes de precarização da vida, mesmo depois do seu tardio reconhecimento como sujeitos de direitos com a aprovação do Estatuto da Juventude. Nesse sentido, é importante discutir sobre o direito à educação superior, buscando compreender as contradições que marcam a realidade atual em relação ao acesso e permanência das juventudes no ensino superior.

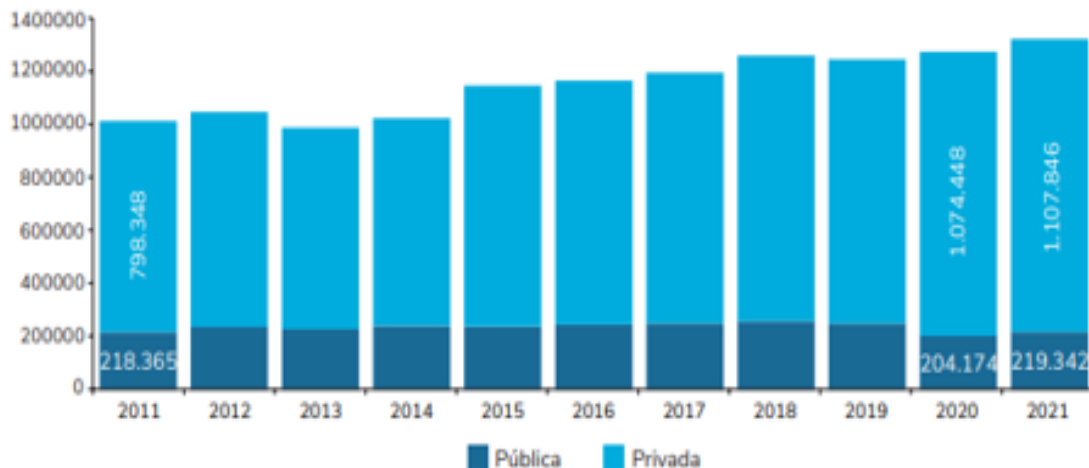
Os problemas relacionados aos cortes de verbas que afetam as universidades não apenas impactam o trabalho docente e as pesquisas acadêmicas, mas também têm uma forte ressonância na vida dos estudantes que fazem parte do corpo discente da universidade. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que, para promover um verdadeiro processo de democratização do ensino superior, não basta apenas garantir o acesso, é necessário também garantir condições para a permanência dos estudantes. Frisamos essa máxima em observância ao alto percentual de desistências dos estudantes matriculados, seja nas instituições públicas ou privadas em todo o país.

Os dados do Censo da Educação Superior (2021), apresenta que neste ano o número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial) atingiu a faixa de 8.986.554. Desse total, 6.907.893 (76,9%) estavam matriculados em instituições privadas e 2.078.661 (23,1%) nas universidades públicas (Ver gráfico 6).

Em relação as conclusões de curso, o relatório informa que dentre os estudantes que concluíram os cursos de graduação em 2021 (1.133.251) cerca de 83,5% (945.095) dos concluintes eram provenientes de instituições privadas e 16,5% (188.156) eram provenientes de instituições públicas. Os dados mostram que embora

haja um número significativo de estudantes ingressantes a taxa de conclusão de cursos de graduação nas universidades públicas do país ainda é baixa.

**GRÁFICO 6** – Número de concluintes em cursos de graduação, por categoria administrativa – 2011 a 2021



Fonte: Inep. Censo da Educação Superior. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf) (2021, p. 25).

Para além da baixa oferta de vagas na rede pública de ensino, entre outros fatores, a questão financeira ocupa um papel significativo seja no contexto de acesso ou de permanência na universidade. A partir desse aspecto, decorrem outras condições que irão impactar a trajetória acadêmica dos jovens universitários. Isso ocorre porque, com a implementação de políticas afirmativas, o público que acessa a universidade apresenta condições diversas que podem dificultar a continuidade dos estudos para muitos estudantes. Embora estejam isentos do pagamento de mensalidades em uma universidade pública, há diversos fatores, como transporte, moradia, alimentação e materiais, que são determinantes para a qualidade de seu estudo e conclusão.

Esse é mais um elemento afetado pelas práticas políticas neoliberais, uma vez que os cortes de verbas atingem a universidade em todos os aspectos, incluindo a manutenção de bolsas e auxílios estudantis. Diante de um contexto de cortes sérios nos programas de assistência estudantil, é fundamental analisar como o acesso e a permanência dos jovens universitários têm se configurado no espaço da universidade,

em um cenário no qual as políticas de assistência estudantil estão ameaçadas, pois elas são responsáveis por ajudar muitos estudantes a concluírem seus cursos.

Como discutido anteriormente, a partir de 2016, a realidade brasileira foi fortemente influenciada por ideologias neoliberais, ultraconservadoras e negacionistas. Essas influências podem ser observadas no baixo investimento em políticas sociais, ampliando o contexto de precarização na garantia de direitos, assim como nas diversas contrarreformas que resultaram na destruição de direitos que foram conquistados com dificuldade ao longo da história do Brasil, aumentando o contexto de desproteção social. Tudo isso ocorre em meio a uma perspectiva neoconservadora intensa, materializada de diversas formas.

Diante desse contexto de avanço da onda neoliberal, surge uma grande preocupação em relação à existência da universidade pública gratuita e de qualidade, além da apreensão em preservar as políticas estudantis que garantem a permanência de grande parte dos estudantes que compõe o corpo discente das universidades. Tais inquietudes tornam fundamental o debate de acesso e permanência das juventudes no ensino superior.

Para uma grande porcentagem dos estudantes que frequentam as universidades públicas, dificilmente estariam em um curso superior se não existissem nenhum tipo de auxílio ou política que triasse esse acesso. Isso leva ao aumento da preocupação diante dos cortes de verbas que atingem fortemente a continuidade de programas de assistências aos estudantes das instituições federais.

Zago (2006) aponta que principalmente os universitários/as das classes trabalhadoras que hoje se encontram na educação superior, deparam-se com a grande questão acerca do que será após conseguir acessar a universidade. Nesse sentido, acentuamos que para fazer enfrentamento aos efeitos da desigualdade social a qual esses/essas jovens são sujeitados, faz-se necessário não somente providenciar o acesso, mas também oferecer garantias de permanência para conclusão dos cursos ingressados.

Uma política de permanência abrange garantias como moradia, transporte, alimentação e saúde. Na ausência desses direitos, os jovens desenvolvem estratégias de enfrentamento para se contrapor ao processo de exclusão e manter sua permanência, se arranjando em trabalhos temporários, inscrições e bolsas de estudo, entre outros suportes que visam sustentar seus estudos. No entanto, muitos desses arranjos, principalmente os trabalhos temporários, que os estudantes buscam para

continuar estudando, acabam prejudicando seu desempenho e, às vezes, levando a reprovações e até mesmo desistências. Isso ocorre porque os horários de trabalho, na maioria dos casos, interferem nos horários de estudo, mesmo nos cursos não integrais, pois limitam o tempo dedicado aos conteúdos e atividades extra sala que ocorrem nas universidades, como as aulas de campo e demais eventos importantes para a trajetória acadêmica de todo jovem universitário.

Daí se dá a importância do investimento em políticas de assistência estudantil, pois elas garantem a permanência de um grande contingente de estudantes na universidade, além de garantir uma formação com maior qualidade, permitindo que o estudante participe de eventos oferecidos pela instituição, que faz parte do seu *modus operandis*. Se o estudante tiver que trabalhar, por exemplo, ele não conseguirá participar das vivências acadêmicas, que são importantes no processo de formação.

Além disso, alguns cursos são integrais, tornando difícil para os alunos interagirem em outros setores. Além do mais, conciliar trabalho e estudos é extremamente cansativo e prejudicial ao desempenho acadêmico de diversas maneiras. Por isso, Mbembe menciona que as políticas neoliberais são, sobretudo, políticas de morte, porque geram estresse, cansaço e ansiedade nos estudantes. A necessidade de trabalhar para conseguir concluir os estudos e sobreviver, em muitos casos, adoce o mental e minimiza os sonhos de concluir o ensino superior.

Se por um lado o acesso ao ensino superior é fundamental, se constituindo na materialidade do direito a educação, torna-se fundamental perceber como a permanência desses estudantes está sendo viabilizada em espaços historicamente destinados aos "filhos da elite" e que, somente por meio de políticas afirmativas, passou a acolher um novo perfil de estudante. A permanência desses sujeitos tem sido permeada por dificuldades no que diz respeito às condições socioeconômicas para se manterem na universidade que são materializadas, especialmente, no transporte, alimentação e moradia.

Essas dificuldades foram intensificadas com o avanço do pensamento neoliberal no Brasil, que evidenciou o desmonte dos programas de acesso às universidades já consolidadas, agravando as condições de permanência de diversos estudantes. Portanto, é crucial considerar como a expansão do ensino superior está conectada às políticas estudantis. Não basta apenas garantir o acesso, é necessário estabelecer políticas que se comprometam com a permanência e conclusão dos cursos iniciados pelos estudantes.

## 2.2 – Marcos Legais da Política de Assistência Estudantil

Neste momento, apresentaremos alguns marcos legais que regulamentam e orientam a política de Assistência Estudantil, bem como a forma como essa política tem sido estruturada para atender às demandas estudantis. Para compreendê-la, é necessário considerar as transformações ocorridas no cenário da educação superior brasileira, uma vez que a Assistência Estudantil está diretamente relacionada a esse processo.

Com o desenvolvimento do Sistema de Seleção Unificada (SISU), houve um aumento na possibilidade de mobilidade acadêmica, pois permitiu que os estudantes realizassem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e se inscrevessem em instituições públicas de todo o país. Entretanto, essa mobilidade de acesso ao ensino superior, decorrente do ENEM, SISU e das políticas de ações afirmativas, trouxe para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) demandas estudantis que vão além do ingresso.

Para lidar com essa realidade no âmbito das IFES, o Ministério da Educação (MEC) regulamentou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio da Portaria nº 39 de 12/12/2007, que se apresenta como uma estratégia para possibilitar a permanência estudantil nas instituições públicas de ensino superior. O PNAES, em seu Art. 2º, estabelece como objetivos:

I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - Reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - Contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação (BRASIL, 2010).

Além disso, em seu Art. 3º, o PNAES estabelece que as ações de atendimento estudantil devem ser realizadas de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a fim de atender às necessidades identificadas no corpo discente.

A partir da aprovação do PNAES, as IFES têm contado com recursos para ampliar as condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior, priorizando aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso é feito por meio de ações de assistência à moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Uma das características das ações do PNAES é garantir acesso e permanência para o público em situação de vulnerabilidade social. Ao abordar a vulnerabilidade social é importante abrir um parêntese para mencionar que compreendê-la no contexto das políticas públicas, é essencial para analisar o alcance da política de assistência estudantil. Cabe dizer, que vulnerabilidade social consiste em um conceito amplo e complexo, podendo ter diferentes concepções e enfoque econômico, político e social.

Conforme Mota (208) a vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Essa relação determinará maior ou menor grau de deterioração de qualidade de vida dos sujeitos. A concepção de vulnerabilidade deve ser compreendida no contexto da sociedade capitalista, como resultado das desigualdades sociais inerentes a essa estrutura social.

A falta de equidade é inerente ao sistema capitalista, o qual reproduz instabilidade e riscos sociais que precisam ser enfrentados como produtos da desigualdade. Portanto, é necessário intervir não apenas no campo das políticas sociais, mas também reconhecer as disparidades e identificar uma área de atuação importante que possa atender às necessidades sociais da população. Trabalhar com os direitos da cidadania rompe com a lógica de responsabilizar o indivíduo pelas vicissitudes e mazelas geradas pelo capitalismo. Analisar a vulnerabilidade social de forma isolada ou atribuí-la aos indivíduos, grupos ou comunidades, como praxe do neoliberalismo, significa ignorar a raiz do problema.

O Pnaes proporcionou à assistência estudantil um caráter de programa social dentro de uma política pública, que, sem dúvida, trouxe contribuições fundamentais para garantir condições de permanência aos estudantes, prioritariamente, de escolas públicas ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Entretanto, cabe analisar em que medida esse programa tem sido capaz de contribuir com a permanência dos estudantes na universidade, pois, em linhas gerais, o cenário da assistência estudantil nas Ifes tem sido de contingenciamento e cortes recorrentes, o que tem tornado os recursos do Pnaes insuficientes para atender às demandas estudantis que aumentaram em proporções maiores. Tudo isso, ocasiona um cenário



na qual a procura por auxílios é maior do que as condições das universidades em atender a todos que fazem jus a esse direito.

É certo que nos últimos anos houve um crescimento significativo do número de vagas e cursos em diversas universidades do território nacional. No entanto, de acordo com Mota (2018), qualitativamente falando, essa expansão se deu de forma desconexa com as necessidades advindas do próprio ingresso. Isso ocorre porque permanecer nesse espaço exige condições objetivas e materiais que sejam capazes de garantir, de fato, que estudantes oriundos de escolas públicas e de famílias em situação de desigualdade social consigam concluir uma graduação. Daí a importância de uma política de Assistência Estudantil comprometida com a permanência dos ingressantes nas IES. Caso contrário, o aumento do egresso deixa de ser social e passa a ser funcional aos interesses capitalistas. Portanto, a preocupação não deve iniciar e findar no acesso, mas, deve se preocupar com as ações inerentes ao acolhimento desses sujeitos na universidade.

É interessante assinalar a diferença entre os termos Assistência e Assistencialismo, que são conceitos com significados e implicações distintas. Alguns equívocos podem ser percebidos quando determinados discursos vinculam a Política de Assistência Estudantil à Política de Assistência Social. Segundo Mota (2018), a assistência pode se apresentar como uma área específica da Política de Assistência Social ou como um subprograma de uma política setorial da área da educação, saúde, entre outras. Ela transita em todas as áreas das políticas sociais, compreendendo ações mediadas e financiadas pelo Estado, com a finalidade de atender a uma necessidade coletiva.

A autora também ressalta que a Assistência é a possibilidade de proteção social por meio de subsídios, apoio, orientação e referência. Essa relação de proteção social ocorre tanto nas relações informais de famílias e parentesco quanto através de uma legislação social que reconheça os direitos e exija que o Estado forneça um conjunto de serviços e benefícios que garantam o atendimento das necessidades básicas de certos grupos da população.

Nesse sentido, a política de assistência estudantil assume uma forma de política educacional por se tratar de ações desenvolvidas no âmbito da educação, não tendo relação com a Política de Assistência Social, que se trata de uma política específica e autônoma. Por outro lado, ainda conforme Mota (2018), o assistencialismo refere-se a ações de favorecimento, como prática intuitiva de

merecimento, fundamentada na expressão de um sentimento moral, ou, em nossa civilização, no sentimento judaico-cristão da caridade.

A Assistência Estudantil, objetiva por meio da transferência de renda e da articulação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver ações que atendam as demandas dos estudantes e contribua com o seu processo de formação acadêmica. Ou seja, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos do desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva bem durante a graduação, minimizando dessa forma, o percentual de abandono e trancamento de matrícula.

Mota (2018) identifica três fases distintas da Assistência Estudantil. A primeira fase demarca o período em que ela se voltava aos interesses dos filhos/as da elite brasileira que possuía acesso à educação superior. O segundo momento se caracteriza pela abertura política e redemocratização das políticas sociais no país, na qual houve uma preocupação com as políticas de acesso e permanência na universidade. Por fim, a terceira etapa começou com a aprovação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e se estende até os dias atuais.

Segundo Mota (2018), é importante considerar que as condições de permanência estão inicialmente relacionadas a garantias de natureza socioeconômicas, podendo assim avançar nas estratégias para a qualidade da formação. Leite (2012) afirma que a Política de Assistência Estudantil deve ser universal, criando condições para que todos os estudantes possam acessar plenamente a assistência estudantil, não se limitando apenas ao público mais vulnerável. No entanto, isso representa um grande desafio, pois as instituições federais de ensino não têm conseguido atender com qualidade nem mesmo aquelas consideradas prioritárias pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Em resumo, é inegável que a universidade pública brasileira tenha democratizado o acesso, conforme estabelecido pela Lei 12.711/2012, ampliando a presença de estudantes negros, pardos, indígenas, provenientes de famílias de baixa renda e de escolas públicas. No entanto, os estudantes chegam à universidade com a expectativa de receber apoio por meio dos programas de assistência estudantil, e a insuficiência de recursos para atender a todos leva muitos a desistirem do curso,

provocando uma situação de adoecimento tanto físico quanto psicológico nos estudantes.

Afirmamos que é evidente a importância dos auxílios para a permanência estudantil. Entretanto, o número de estudantes beneficiados pelos programas de atendimento estudantil é baixo. Logo, é necessária a implementação de estratégias que possibilitem a qualificação e a ampliação das ações de assistência estudantil, buscando assegurar a permanência dos estudantes. Isso requer investimentos sérios e de longo prazo por parte do governo federal.

Conforme discutido nesta seção, as políticas neoliberais têm como objetivo buscar lucros em seus investimentos. Sua aproximação com a educação ocorre devido à função que ela desempenha na sociedade. O motivo desse modelo político atacar as universidades públicas federais é justamente a liberdade que essas instituições possuem, garantida pela Constituição Federal, de questionar a realidade de forma crítica, principalmente sistemas que visam a diminuição do papel do Estado na garantia de direitos sociais.

Nesse sentido, a retórica neoliberal cria justificativas baseadas em falácias e divulga de forma naturalizada na mídia para esvaziar a universidade pública, argumentando sobre a inviabilidade da manutenção de recursos financeiros estatais necessários para o seu bom funcionamento. Isso busca impactar a qualidade do ensino, a produção de pesquisas, o trabalho docente e a vida dos estudantes que dependem dos programas de assistência estudantil para subsidiar custos básicos durante sua jornada acadêmica. Essas ações são orquestradas para sugerir a privatização das instituições públicas e torná-las instrumentos do mercado.

Portanto, é importante estar atento às práticas políticas, pois as políticas públicas, sejam elas educacionais ou sociais de modo geral, estão diretamente relacionadas à linha de pensamento da política nacional. Nesse caso, nos questionamos: É possível estar desatento diante de políticas que buscam reduzir a função social da universidade? Essa é a investigação que faremos na última seção deste trabalho, ou seja, vamos investigar a percepção dos jovens da Universidade Federal de Rondonópolis em relação à política, se estão politizados, preocupados ou interessados em participar politicamente de ações com pautas importantes.

## **CAPÍTULO 3 – JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

### **3.1 – Conceito de juventude**

Ao discutirmos a participação política entre a juventude, é importante compreender, inicialmente, como se define esse conceito. Para tanto, é possível perceber que a concepção de juventude é configurada de maneira distinta em cada sociedade, permanecendo intrinsecamente ligada ao contexto histórico dessas sociedades. Sendo assim, no âmbito sociológico, encontramos um conjunto de debates que abordam essa temática, uma vez que essa disciplina se dedica ao estudo e à explicação dos fenômenos sociais existentes, nos quais a juventude certamente se enquadra.

De acordo com Ariès (1986), os conceitos são construídos histórico e socialmente. Portanto, podemos previamente compreender que não há uma natureza ou essência em ser jovem, mas sim uma construção histórica e social que se desenvolveu ao longo do tempo, estabelecendo princípios e valores a respeito desses sujeitos. Nesse sentido, é necessário provocar a desnaturalização do olhar e do pensamento ao estudar esse conceito, que tem sido discutido e compreendido de diversas maneiras ao longo do tempo.

No tempo presente, é comum mencionar e difundir de forma generalizada, através de vários canais sociais e redes de comunicação, um modelo de discurso baseado em ideias sobre gerações. Nesse sentido, letras como Y (millennials), Z (centennials) ou A (Alpha) são utilizadas para diferenciar uma geração da outra. A partir dessas denominações, são exemplificados costumes que seriam parte de uma determinada geração ou não. Tudo isso, contribui para a discussão do que seria específico ou da "natureza" dos jovens de determinadas gerações, ocasionando uma grande pressão social para que esses sujeitos se encaixem em certos grupos ou sigam padrões de comportamento.

Conceituar a juventude como parte de uma essência ou natureza implícita em certos grupos resulta em uma ideia completamente equivocada de que todos os jovens são incompletos, rebeldes, problemáticos, apáticos politicamente ou intrinsecamente responsáveis pelas transformações sociais. Para além desses fatores, outro aspecto recorrente em relação a esse tema é a compreensão equivocada de que a juventude constitui um grande grupo universal e unificado, compartilhando os mesmos sentimentos e experiências. No entanto, na realidade, a

juventude não é linear, mas sim caracterizada por uma variedade de interseções e pontos de convergência.

Ainda que a juventude seja frequentemente associada à idade, também pode ser considerada um período de mudanças físicas, psicológicas e sociais. Nesse contexto, os jovens podem experimentar um intenso senso de identidade, influenciado por experiências pessoais, questões sociais e culturais, como a pressão para se encaixar em estereótipos. Além disso, enfrenta desafios como conflitos familiares e as pressões e dificuldades acadêmicas ou profissionais, temas amplamente discutidos nas discussões sociológicas.

O conceito de juventude tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento e foi discutido por vários autores ao longo dos anos. Pais (1990), um pesquisador português reconhecido nessa área, destaca as duas correntes teóricas que abordam a compreensão sociológica da juventude: a corrente geracional e a corrente classista.

Numa delas, a juventude é constituída por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida». [...]. Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social diversificado, em função de diferentes pertenças de classe, situações económicas, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais. (PAIS, 1990, p. 140).

Diante das caracterizações mencionadas pelo autor, é possível notar que, na explicação da corrente Geracional a juventude é referenciada como um conjunto social constituído por indivíduos pertencentes a uma “fase da vida” (nesse caso a juventude). Nessa perspectiva o que prevalece são os aspectos uniformes e homogêneos que caracterizam essa “fase”. Nessa concepção, a juventude é marcada necessariamente pela faixa etária, deixando de considerar outras divergências existentes entre elas, além de enfatizar de forma abrangente o aspecto unitário da juventude.

Ainda nos aspectos geracionais, busca-se avaliar a capacidade econômica e a disponibilidade de certos segmentos jovens para a aquisição de bens de consumo, sejam eles objetos, experiências ou serviços, atribuindo-lhes gostos, práticas sociais e estilos de vida colocados à disposição no mercado, gerando posteriormente rótulos para determinados perfis de consumo. Essa perspectiva busca em última instância, homogeneizar a condição juvenil e seus respectivos comportamentos, obscurecendo as condições sociais e culturais desiguais que lhe são inerentes.

Do ponto de vista da corrente Classista, o autor explica que, embora haja uma ideia de juventude diversa, levando em conta principalmente os aspectos sociais, há um forte declínio para um direcionamento estático, relacionado sempre às questões de classes e política, ou seja, não apresenta elementos comum entre os sujeitos jovens. Na corrente classista, as culturas juvenis são sempre culturas de classe e são entendidas como produto de relações antagônicas entre elas, destacando-se os aspectos socioeconômicos e culturais determinados pela situação de classe social.

Tanto na corrente Geracional quanto na Classista, as culturas juvenis são vistas como formas de resistência a uma cultura dominante. Elas permitem que os jovens expressem suas preocupações, valores e identidades em oposição à cultura adulta, seja como forma de afirmar sua individualidade ou como meio de resistência política e social. Nosso ponto de partida é dialogar além do determinismo das correntes apresentadas. Para isso, Groppo (2015), Pais (1990) e Mayorga (2013), serão autores citados para uma discussão mais dialética sobre esse conceito.

Pais (1990), critica o determinismo de tais correntes que coloca os jovens em dois extremos: de um lado, como uma categoria unitária, e de outro, como sujeitos completamente diferentes. Na perspectiva do autor, as culturas juvenis podem ser vistas como formas de resistência, mas isso varia com o contexto. Ele argumenta que as culturas juvenis são uma expressão de busca de autonomia e identidade por parte dos jovens. Em muitos casos, os jovens buscam criar espaços onde possam se destacar e afirmar sua identidade, muitas vezes em oposição às normas e valores estabelecidos pela sociedade adultocêntrica. Isso pode ser interpretado como uma forma de resistência, já que desafia as normas e valores culturais dominantes.

No entanto, Pais também destaca que as culturas juvenis não são homogêneas, e a resistência nem sempre é o objetivo central. Às vezes, os jovens simplesmente buscam se expressar, experimentar novas identidades ou criar seu próprio espaço cultural. Sendo assim, o autor sinaliza a importância de se considerar a complexidade das culturas juvenis e não assumir automaticamente que todas elas são movimentos de resistência, pois existem motivações e dinâmicas das culturas juvenis em diferentes contextos.

Groppo (2015), ao conceituar juventude, nos apresenta um caminho para pensarmos no plural, ou seja, nos leva a entender esse conceito como *juventudes*, pois dessa forma estaria mais próximo do que esses grupos realmente são: marcados pelas diferenças, apresentando algumas semelhanças, mas não sendo

completamente homogêneos. Considerando que a dimensão que envolve essa temática é diversa, especialmente no Brasil, onde há múltiplas linguagens, culturas e uma elevada taxa de desigualdade social, poderíamos quase que instantaneamente considerar a juventude em sua pluralidade, isto é, reconhecendo os diversos marcadores que integram os grupos juvenis

É nesse sentido que Groppo (2015), nos ajuda pensar a juventude como uma realidade social que se entrelaça com outras categorias, como classe, etnia, raça, religião e condição urbana, pois, em sua concepção, a juventude não pode ser compreendida apenas como uma unidade, mas deve ser considerado em sua diversidade devido às várias condições de vida que os jovens apresentam.

As trajetórias e experiências dos grupos juvenis são fluidas e não padronizadas, portanto não podem ser consideradas unitárias. Ao compreender a juventude de uma forma mais abrangente, Groppo (2015), ressalta também a importância de entender que considerá-la como grupos heterogêneos não significa que sejam divergentes em todos os aspectos. Nas suas diferentes vivências, existem experiências que se assemelham, o que os mobiliza para determinadas causas em conjunto. A grande questão ao pensar em *juventudes* é compreender que esse conceito não pode ser analisado de forma universal.

Mayorga (2013), expressa que pensar a juventude sem considerar sua pluralidade e analisá-la por meio de uma visão "adultocêntrica e maniqueísta" não nos permite compreender as várias formas de participação política existentes entre elas. As juventudes estão marcadas por diferentes traços de subjetividades, pontos de intersecção e diversas possibilidades de vivenciar esse processo.

De acordo com Valle, Azambuja e Carpegiani (2016), as concepções sobre juventude foram processadas a partir de diversos pontos de vista. Entre as agências de cooperação internacional e fundações empresariais, foi recorrentemente divulgada a ideia de juventude como o futuro do Brasil, uma perspectiva que a via como a solução para os problemas de exclusão social e desenvolvimento do país, apostando na contribuição construtiva dos jovens para a resolução dos desafios enfrentados pelas comunidades em que viviam. No entanto, essa abordagem ignorava as necessidades e demandas dos jovens.

Outra abordagem considerou a juventude como um período preparatório, ou seja, um momento de transição entre a infância e a vida adulta, no qual os jovens foram desqualificados e definidos com base nos conhecimentos e experiências de

gerações anteriores. Uma nova concepção predominante nas ações governamentais dos anos 1980 e 1990 se concentrou em programas nas áreas da saúde e segurança pública, por compreender a juventude como uma etapa problemática ou de risco social.

Na trajetória da discussão sobre essa concepção no Brasil, existe uma dicotomia que coloca os jovens, de um lado, como protagonistas e, de outro lado, como desviantes. Nas décadas de 1960 e 1970, os jovens conquistaram o papel de protagonistas através de sua participação ativa no movimento estudantil, que combateu diretamente o regime da ditadura militar. A partir de 1990, apesar de certo reconhecimento da pluralidade juvenil e valorização do protagonismo dos jovens, identificou-se uma concepção de "juventude-problema".

Conforme aponta Oliveira (2018), é importante destacar que nesse contexto os jovens eram vistos como os agentes causadores de desordens sociais, devido às suas inquietações diante das situações que vivenciavam, ao questionamento do papel que lhes foi atribuído e por seus atos de contestação. Desse modo, passaram a ser considerados como os principais responsáveis pelos problemas vivenciados pela sociedade, tais como as delinquências, manifestações estudantis, movimentos de refutação da ordem vigente, entre outros, o que contribuiu para que a expressão de "juventude como problema social" fosse atribuída a eles.

Ainda de acordo com a autora, por conta disso vários grupos juvenis passaram a ser alvos de intervenções das ciências e das políticas públicas, e tinham o objetivo de controlar os jovens que apresentavam comportamentos considerados "anormais" para os padrões da época, sendo então realizado um trabalho voltado para a repressão. Assim, podemos afirmar que na sociedade capitalista industrial, os sujeitos jovens fora do padrão da conformidade, eram vistos como um potencial risco para a aparente normalidade, devendo ser tratados com rigidez para que se interrompessem os processos "desviantes" que os levavam a questionar a ordem social vigente.

É interessante ressaltar que esses grupos identificados como "desviantes" eram, em sua maioria, compostos por jovens pertencentes às classes populares e não brancos, frequentemente associados, principalmente pelos meios de comunicação, à violência, criminalidade e provocadores de "desordem social", como apontado por Gomes e Laborne (2018) em "Pedagogia da crueldade".

Conforme aponta Coimbra e Nascimento (2008, p.1) desde o século XX "algumas produções de subjetividades ocorridas, em especial no Brasil, têm



caracterizado a população infanto-juvenil subalternizada como perigosa, violenta, criminosa e, muitas vezes, percebida como não humana”. Essa construção negativa da infância e da juventude gerou como consequências a marginalização desses sujeitos e a negação de oportunidades. Além disso, contribuiu para a adoção de políticas e práticas repressivas sobre seus corpos.

[...] com isso vai se configurando para os filhos da pobreza duas classificações: a infância em perigo - aquela que ainda não delinuiu mas pode vir a fazê-lo e por isso deve ser tutelada - e a juventude perigosa - aquela percebida como delinquente e, portanto, ameaçadora para a manutenção da ordem social. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 2).

As autoras destacam a origem da influência socioeconômica na forma como os jovens são categorizados e tratados pela sociedade, isto é, são constantemente estigmatizados e rotulados como “perigosos” sujeitos a medidas preventivas e punições severas. Ainda de acordo com as autoras, tais subjetividades foram embasadas em teorias eugenistas, racistas e higienistas e buscou principalmente na ciência, na biologia e medicina meios para se sustentar e foi apoiado por pedagogos, arquitetos/urbanistas, psiquiatras, juristas da elite brasileira e expoentes da ciência à época. Essa categorização como “desviantes” foi utilizada para justificar respostas repressivas e controlar seus corpos. Dessa maneira, conforme aponta Cassab (2007), tendo em vista a associação entre jovens e “problemas sociais”, as ações destinadas à juventude se apoiaram em mecanismos de “controle social” na tentativa de “resolvê-los”.

De certa forma, essa ideia de rotular certos grupos juvenis (principalmente os jovens negros, periféricos e empobrecidos) como “problemas” ainda é comum em nossa sociedade, tanto é que o índice de mortes de jovens que questionam a realidade em nosso país ainda é alto. Outro item a ser considerado é o marcador racial, pois, em suma, a maioria dos jovens que são assassinados no Brasil atualmente estão inseridos nas configurações de classe e raça. Jovens pertencentes a grupos marginalizados podem enfrentar desafios adicionais em termos de acesso a recursos e oportunidades. Além disso, eles lidam diariamente com o preconceito de classe, o racismo estrutural, a lgbtfobia, o sexismo e outros marcadores da sociedade branca e heteropatriarcal, o que pode afetar de várias maneiras esses indivíduos e dificultar seu acesso à educação e à equidade social.

Esses são apenas alguns dos fatores que nos ajudam a compreender que, apesar de algumas características comuns, a juventude não constitui um grupo

homogêneo. Existem diferenças em termos de gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe social e outros fatores que podem influenciar a experiência dos jovens. Em resumo, podemos identificar que a experiência da juventude não ocorre de forma igual para todos; existem semelhanças, mas também há diversos marcadores que tornam as trajetórias diferentes em vários aspectos.

Como vimos, o conceito de juventude é amplo e já foram identificados vários elementos relacionados aos jovens. Atualmente, um dos pontos levantados em relação a esse grupo diz respeito ao seu envolvimento com questões políticas em nossa sociedade. De acordo com Mayorga (2013), no contexto atual, tem crescido a ideia de que os jovens estão desinteressados em temas sociais, públicos e políticos, não se mobilizando para ações coletivas em prol do bem comum, sendo suas principais preocupações de caráter individualista e consumista. Suas inserções sociais têm sido analisadas com base nos parâmetros da indiferença e da apatia. No entanto, devemos nos perguntar se a participação política da juventude pode realmente ser interpretada dessa maneira. E se eles estão politicamente alienados, existem razões para isso? E em relação aos movimentos estudantis organizados nos últimos anos, não seriam eles movimentos políticos de engajamento dos jovens?

É importante ressaltar que, embora seja relevante que os jovens se comprometam em se envolver nas questões políticas, Tabata e Filho (2019) enfatizam que não se pode lançar apenas sobre seus ombros a responsabilidade de mudança social, pois eles não são agentes políticos transformadores natos, a propósito, essas transformações envolvem a participação coletiva da sociedade em geral. Além disso, como afirmado anteriormente, não há uma natureza ou essência inerente à juventude. Pelo contrário, esses indivíduos são constituídos por trajetórias únicas e fluidas, e é natural que em alguns deles o desejo de participação política floresça de maneira mais veemente do que em outros.

No entanto, tendo compreendido que não se pode responsabilizar exclusivamente os jovens pelas transformações de base, ao analisarmos seu envolvimento político atualmente, perceberemos que diferente de estarem todos alienados, muitos estão engajados de alguma maneira, mesmo que não seja do modo tradicional de se fazer política. Os jovens universitários, por exemplo, público alvo da análise deste trabalho, têm se mostrado ativo nos embates políticos, principalmente no que diz respeito à garantia de direitos educacionais e defesa da democracia e da universidade pública.

Antes de discutirmos como os jovens estão envolvidos politicamente, como se veem e são vistos politicamente na sociedade atual, cabe ressaltar que, ao abordar esse tema, é necessário compreender questões essenciais, como o conceito de política. Podemos inferir que a política não se limita apenas aos espaços institucionalizados, à prática tradicional, partidária e ideológica, não se restringe apenas às instituições governamentais e ao exercício formal do poder. A política também acontece em nossas ações diárias. Todavia, podemos definir que ela se faz em todos os espaços cotidianamente, nosso mover no mundo e as nossas escolhas e decisões são atos políticos.

Para Hannah Arendt (2002), a ação política nunca se realiza no isolamento, sempre é uma ação conjunta, configurando um acordo entre iguais. Dessa forma, por mais que o início seja obra de um único indivíduo, há a necessidade de "outros". Arendt destaca que os humanos se organizam politicamente para lidar com questões em comum, isto é, a política é baseada na ação coletiva e na interação entre os seres humanos na esfera pública. A autora enfatiza a importância da participação ativa dos cidadãos na vida política, defendendo que essa é uma atividade vital que permite a expressão da liberdade e da identidade dos indivíduos. Portanto, Arendt defende a relevância da participação política para a formação da identidade e da consciência crítica dos jovens, acrescentando que a participação política é uma forma de os jovens se conectarem com o mundo que os cerca e se tornarem agentes ativos na transformação da sociedade.

Chauí (2002) acentua que:

A política é, assim, aquela ciência prática cujo fim é "o bem propriamente humano" e esse fim é o bem comum. Por isso a política é a ciência prática arquitetônica, isto é, aquela que estrutura as ações e as produções humanas" (CHAUÍ, 2002, p. 462, grifos no original).

Conforme a autora, a política é um campo que abrange a organização e o exercício do poder na sociedade, e não se limita apenas aos governos e instituições formais, mas permeia todas as dimensões da vida social, incluindo as relações de poder nas esferas econômicas e culturais. A política está intrinsecamente ligada às lutas e conflitos por interesses e valores, bem como às formas de dominação e resistência presentes na sociedade. Nesse sentido, a participação popular e a democracia exercem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Em resumo, podemos compreender que política não se faz apenas no espaço institucionalizado, mas é vivenciada diariamente na sociedade. Nesse sentido, os movimentos sociais, inclusive o movimento estudantil, são fundamentalmente expressões de participação política, pois envolvem uma responsabilidade e uma ação em conjunto visando o benefício comum da coletividade.

### **3.2 – Os jovens como atores políticos**

Os estudos sociológicos que discutem o papel das juventudes como agentes políticos retratam sua habilidade em desenvolver uma postura crítica e transformadora. Considerando que a política não está limitada a um espaço específico, podemos inferir que definitivamente os jovens brasileiros, na contemporaneidade, não são alheios à política, suas diversas manifestações ocorridas nos últimos anos evidenciam seu compromisso e senso crítico. De acordo com Mayorga (2017) quando as juventudes se manifestam, seja contra algumas medidas tomadas pelo governo ou pela melhoria de sua qualidade de vida, se apresentam como sujeitos políticos e atores sociais.

Conforme afirma Souza (2018) “no decorrer da história, as juventudes em sua pluralidade se levantaram para lutar e reivindicar seus direitos, assim como sua autonomia e liberdade” (p. 30). Portanto, considerar a juventude como apática as questões políticas minimizam seu potencial enquanto atores políticos. Coletivamente as juventudes possuem um forte domínio de mobilização e de questionamento das estruturas de poder existentes. Em suas subjetividades e ações políticas agem resistindo e objetivando mudanças sociais. Seja nas ruas, nas redes sociais, através da música, poesia, arte, de suas histórias ou mesmo por meio de seus corpos, os jovens são atores políticos. Movimentos como os protestos estudantis, as ocupações de escolas e universidades são exemplos mais comuns de como os jovens são e atuam como sujeitos políticos.

Tendo em vista a sociedade adultocêntrica na qual estamos inseridos, apesar de sua participação ativa nas questões política, as juventudes ainda enfrentam o estigma de "jovem rebelde" sendo subordinados e tendo suas opiniões desqualificadas. A juventude não tem acesso, voz e nem poder de participação na sociedade nem na política tradicional. Portanto, o discurso de uma juventude apática é proposital em uma sociedade que supervaloriza o adulto.

Souza et.al (2017) apresenta que o agir político dos jovens é polissêmico e dinâmico, ou seja, suas ações possuem uma forte influência da arte, da sua cultura, da sua identidade, dos seus espaços – como a universidade e os ambientes por eles frequentados – e, também, do seu contexto social” (p. 74). Conforme as autoras, tendo em vista a originalidade dos jovens quando se trata de envolvimento político, podemos encontrar, uma resistência de alguns grupos diante dessas formas particulares de manifestação.

Essa relutância em aceitar as formas de participação dos jovens se dá pelo fato de estarmos inseridos em uma sociedade que nos delimita e, conseqüentemente, tenta limitá-lo, estabelecendo um modelo padrão de juventude. Segundo Coimbra, Boco e Nascimento (2005), essa noção de adolescência e de juventude está inteiramente relacionada à perspectiva desenvolvimentista, tornando esta, uma etapa do desenvolvimento pela qual todos passariam obrigatoriamente. Sendo assim, os jovens estão cercados por uma série de atributos “biologizantes” e “psicologizantes”. Essas ideias são indicadas para a formação de uma visão predefinida sobre a juventude impondo como devem se comportar em determinado período da vida.

Diante disso, baseado na construção social de uma juventude padrão, de muita instabilidade e inconstância, os jovens se encontram cercados por um imaginário de como eles devem sentir, falar e se comportar. E, em decorrência dessa perspectiva, podemos inferir o porquê de existir um descrédito diante do discurso dos jovens. A sociedade, baseada por uma perspectiva “adultocêntrica” da vida, isto é, um ideal que estabelece a vida adulta como o ápice do desenvolvimento humano, desvaloriza o discurso dos jovens quando se trata de assuntos, tais como a política. (MESQUITA et al, 2016, p. 296)

Diante da visão adultocêntrica de que os jovens são incompletos que estão sendo moldados, a expectativa é que o jovem mantenha-se numa situação passível deveria se encontrar numa situação passiva em relação às mudanças sociais e, principalmente, em relação às políticas públicas voltadas à própria juventude. Ou seja, não deveria se manifestar ou questionar a ordem vigente.

Entretanto, mesmo com todos esses embates e impedimentos há jovens envolvidos nas questões política, independentemente da fase da vida na qual se encontra. Assim, o agir político se torna, para uma parte dos jovens, uma necessidade, já que é a partir desse agir que o jovem tem a oportunidade de subverter essa concepção que o circunda.

Diante disso, podemos afirmar que é, principalmente, no campo da política que os jovens podem encontrar a possibilidade de subverter a noção culturalmente enraizada que os classificam como passivos diante do contexto político. É justamente por meio da política que os jovens podem atuar no presente e, por fim, afastar a sua identidade da sombra da perspectiva “adultocêntrica” que os caracterizam.

### **3.3 – Jovens e política: apatia ou outras formas de participação?**

De maneira abrangente, os jovens têm participado das questões políticas de formas diferentes das tradicionais. Gohn (2018) destaca que uma das faces das novas formas de participação desses sujeitos se dá a partir do envolvimento sociopolítico e cultural em coletivos, movimentos e redes sociais ou órgãos públicos como os conselhos. Em concordância com a autora, com a crescente utilização das redes sociais e outras plataformas digitais, é possível observar uma grande variedade de grupos e movimentos engajados em diversas causas e questões políticas.

Os avanços tecnológicos vêm criando novos canais de comunicação e provocando mudanças significativas em diferentes contextos, conseqüentemente, possibilitando novas maneiras de interação. A obra intitulada *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da Internet*, escrita pelo sociólogo espanhol Manuel Castells, desempenha um papel central nas análises sociais contemporâneas relacionadas à sociedade conectada e aos movimentos sociais baseados em redes. As reflexões de Castells giram em torno do novo espaço de autonomia e o papel fundamental das redes sociais e da internet na sociedade contemporânea.

Castells (2013) argumenta que, embora os movimentos sociais muitas vezes tenham suas origens na Internet, eles acabam ocupando o espaço urbano. Ele observa que as redes sociais não dependem de lideranças formais para divulgar informações ou instruções. Graças à Internet, esses movimentos se tornam simultaneamente locais e globais. Dentro dessas redes, a contribuição é aberta a todos, o que amplia significativamente as oportunidades de participação nos movimentos. As tecnologias possibilitam aos seus usuários compartilhar suas opiniões, contribuindo assim para a formação de novas dinâmicas sociais. Como consequência, as redes sociais permitem a partilha de diferentes emoções entre os seus usuários, transformando-os em sentimentos partilhados coletivamente.

A este fenômeno Castells (2013) denomina sociedade em rede, em que a Internet, já firmada como uma base tecnológica organizada, representa uma rede de informações com uma abrangência que supera qualquer outro meio de comunicação. De acordo com o autor, na Internet as informações são geradas e trocadas entre pessoas, com uma capacidade infinita da sociedade para criar, compartilhar, reorganizar e utilizar informações de maneira que transformam o modo como as pessoas se envolvem socialmente.

Os movimentos que se iniciam nas redes sociais fogem do controle governamental e empresarial, além do que possuem formação dinâmica, valores e perspectivas de mudanças sociais e culturais. Em sua comunicação são utilizados diferentes meios discursivos para organização e interação entre os/as participantes.

Castells (2013) sinaliza que as lutas que surgem nas redes sociais emergem em consequência das relações de poder, no entanto, é válido destacar que esses movimentos não anulam outras formas de movimentações existentes, mas contribuem para novas possibilidades de interação.

Esses movimentos operam em diversas frentes, como a luta por cotas raciais e sociais nas universidades, o combate ao assédio e à violência sexual no ambiente escolar e a defesa da liberdade de expressão e autonomia universitária. Um exemplo adicional são os movimentos de jovens mulheres feministas, que lutam pela igualdade de gênero e pelo fim da violência contra as mulheres. Esses movimentos têm se organizado principalmente nas redes sociais, promovendo campanhas e mobilizações que chamem a atenção para questões como a desigualdade salarial, violência doméstica e a representatividade das mulheres na política. Há ainda os movimentos ambientalistas, que buscam proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas. Por fim, podemos citar os movimentos antirracistas e LGBTQIA+, que lutam pela igualdade de direitos e pelo fim da distinção.

No período recente, desde 2013, houve um aumento do interesse dos jovens pela participação política, especialmente por meio de manifestações de protesto em espaços públicos no Brasil. Segundo Gohn (2018), podemos analisar essa participação a partir de dois ângulos: a sociedade civil e o poder público. Na sociedade civil, destacam-se os movimentos, os coletivos e as organizações consideradas movimentalistas. Por outro lado, os movimentos clássicos do poder público, que contam com uma baixa participação dos jovens, pois têm concepções e estruturas organizacionais mais centralizadas, suas articulações são mais dirigidas, fechadas e

homogêneas, agregam-se em identidades fixas. Mesmo que suas bases de apoio tenham forças midiáticas, desempenham um papel mais figurativo em termos de relação e aproximação dos jovens.

Gohn (2018), afirma que há outras formas de ação coletiva com participação dos jovens que devem ser observadas, especialmente aqueles que envolvem o uso da internet e que fogem do padrão fechado dos movimentos clássicos. São os coletivos, que diferente de outros modelos mais tradicionais, constituem agrupamentos flexíveis, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Esses são elementos que contribuem para que, na atualidade, exista muitos jovens envolvidos com os coletivos, justamente por serem indiferentes às formas e aos métodos de ação dos movimentos clássicos, pois criam dinâmicas de ação mais discursiva, estratégica, de confronto de ideias e valores.

Segundo Gohn (2018), existem algumas razões para o certo desinteresse dos jovens em participar das formas tradicionais de política. Uma delas é o fato de que a máquina burocrática estatal, os gestores públicos e até mesmo os representantes institucionais não acompanham as mudanças ocorridas no campo social, especialmente as novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas redes e mídias sociais. Eles não estão sintonizados com os jovens ou não percebem que a maioria deles se manifesta nas ruas. Por esse motivo, muitos jovens não veem o Estado ou o poder público como meta de participação, pois suas referências sobre cidadania são outras, enxergam a cidadania como civil e não institucionalizada, construída a partir da experiência e não da participação em modelos organizados pautados por órgãos públicos.

Movimentos organizados de forma horizontalizada configuram um novo ciclo no campo das mobilizações da sociedade civil no Brasil. A democracia ampliou-se e criou grupos e movimentos com outros repertórios, linguagens e performances diferentes. De acordo com Gohn (2018), a revolução na forma de comunicação entre os jovens, a partir do desenvolvimento e o consumo das novas tecnologias, criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil, distantes das estruturas estatais institucionalizadas. Nesse sentido, entender e dialogar com os jovens torna-se uma variável importante, capaz de explicar os motivos de seus desinteresses em atuarem na política institucionalizada, reconhecendo que a política não se limita a uma forma tradicional ou a um único espaço dedicado a isso.



Conforme mencionado anteriormente neste texto, as discussões sobre a juventude não são novas e têm sido estudadas por diversas áreas do conhecimento, como psicologia, antropologia, geografia e sociologia. Vários autores, como Maria da Glória Gohn, Antônio C. Groppo, José Machado Pais e Claudia Mayorga, são referências importantes no estudo da juventude no Brasil, a medida que suas pesquisas vêm beneficiando as discussões sobre esse tema ao abordarem as transformações sociais e políticas, além das formas de expressão cultural e política vivenciadas pelos jovens. Diante de tantos episódios de descaso dos últimos governos em relação à garantia dos direitos sociais e educacionais, as discussões sobre juventude e participação política se mostra um tema relevante que precisa continuar a evoluir, justamente para buscar compreender as dinâmicas e desafios que permeiam a participação política dos jovens brasileiros.

No Brasil, juventude surge como categoria social específica a partir dos anos de 1950, um período marcado por intensas transformações estruturais, que levaram a uma maior atenção a respeito das particularidades juvenis e seus envolvimento políticos. Portanto, as discussões sobre o tema juventude ganharam mais visibilidade à medida que esses grupos passaram a ser reconhecidos não apenas como um período de transição entre infância e a idade adulta, mas como categoria social diversa.

### **3.4 – Trajetória Política do Movimento Estudantil**

Embora o debate sobre juventude e participação política tenha ganhado mais destaque a partir das mudanças ocorridas no início da década de 1950, a participação ativa dos diversos grupos juvenis tem raízes mais antigas. Mendes Jr. (1981), um expoente autor dos estudos sobre o envolvimento político dos jovens, principalmente no Movimento Estudantil, menciona quatro fases da participação estudantil ao longo da história nacional. A primeira fase, chamada de "atuação individual", um momento que corresponde aos fins do período colonial e os primeiros anos do Império. Nesse cenário, não existiam entidades ou organizações que agregassem os jovens estudantes, e suas organizações ocorriam de forma dispersa, não podendo ser caracterizadas como um "movimento" propriamente dito. Além disso, como afirmam Fiegenbaum, Schneider e Machado (2012), a vida política na colônia, de forma geral, era inexpressiva.

Nesse período os jovens que se envolviam em questões políticas e sociais eram muito poucos, ou seja, somente aqueles que possuíam condições financeiras para acessarem à universidade, que apenas existia fora do país, pois como mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho, o ensino superior no Brasil ocorreu tardiamente, a partir do século XIX com a vinda da família real. Portanto, os poucos jovens que dispunha do acesso ao ensino superior, individualmente se inseriam nos debates políticos vigentes, defendendo, na maioria das vezes, uma posição de vanguarda, que posteriormente se caracterizou na disseminação da ideia de “essência rebelde da juventude”.

Segundo Mendes Jr. (1981), a influência das ideias liberais e revolucionárias provenientes da efervescência europeia no século XVIII foi um momento de ruptura decisiva na vida política brasileira de modo geral, e, em particular, entre os estudantes. No entanto, as posições revolucionárias dos estudantes nesse período estavam mais associadas à luta pela independência do Brasil do que a demandas específicas de seus interesses. Porém, a participação da juventude universitária esteve presente em quase todas as questões levantadas durante o período colonial. Essa participação no plano ideológico dos movimentos revolucionários brasileiros anteriores à independência era muito evidente justamente porque, por estudarem fora, traziam da Europa novos pensamentos que por lá circulavam, de modo que cabiam a eles propagá-las, mesmo que em reuniões em clubes secretos, já que não poderiam fazê-la publicamente sem sofrer penalidades.

Fiegenbaum; Scheneider e; Machado (2012), afirmam que a partir da Revolução Pernambucana de 1817, há registros da participação de estudantes vindos tanto de universidades brasileiras quanto europeias em todos os movimentos políticos das três primeiras décadas do século XIX. De acordo com esses autores, também há indícios de participação estudantil durante o período que se seguiu à independência em 1822, na fase regencial (1831-1840), na Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845) e na Sabinada (Bahia, 1837-1838).

A segunda fase do movimento estudantil, conforme Mendes Jr. (1981), foi caracterizado por um maior engajamento dos estudantes universitários em diversas frentes, por uma estrutura de atuação mais ampla, o que pode ter ocasionado grandes mudanças políticas e sociais. O autor denomina essa fase de "atuação coletiva" e pode ser inserida no transcorrer do Segundo Império e Primeira República, prolongando-se até o início do Estado Novo (1937). Nesse período surgiram as

Sociedades Acadêmicas, a maior parte voltada a atividades culturais e intelectuais, mas que teve papel importante em momentos políticos decisivos.

Apesar de a participação política dos jovens universitários ter sido identificada há algum tempo, foi a partir de 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que se registrou um aumento significativo e um direcionamento mais incisivo do envolvimento desses sujeitos no cenário político. É exatamente após a criação da UNE que Mendes Jr. (1981) vai identificar a terceira fase do movimento de jovens universitários, nomeada pelo autor de “atuação organizada”. Uma fase de grande relevância, pois é nesse momento que se iniciou a articulação de uma entidade nacional com objetivos definidos, potencializando a inserção dos estudantes na vida política.

De acordo com Fiegenbaum; Scheneider e; Machado (2012), até 1937 as entidades estudantis sofriam ou por possuírem um aspecto regional, lhes faltando expressividade nacional, ou por seu alcance limitado. A partir desse período, da criação da UNE, a participação política dos jovens universitários passou a ser mais direcionada. Além do mais, o debate sobre juventude ganhou ainda mais destaque devido aos movimentos organizados pela reforma universitária e a luta pelo alcance e garantia de direitos à educação, o que contribuiu para que esses sujeitos ganhassem mais notoriedade. Suas lutas contra a ditadura militar se tornaram um marco na história da participação política de jovens universitários.

As inquietações surgidas na década de 1960 demonstrou jovens ativos, mobilizados e engajados politicamente, principalmente por meio do Movimento Estudantil, que ganhou muito destaque, constituindo-se como um dos primeiros movimentos grandes envolvendo uma maciça participação da juventude. Organizados, se mobilizaram e enfrentaram o sistema, mesmo correndo sérios riscos de prisões, exílios e até a morte em defesa da democracia, dos direitos civis e contra a censura que o Brasil estava imerso. Nesse contexto, a UNE desempenhou um papel fundamental, mobilizando os jovens em manifestações, greves e ocupações de universidades.

Na década de 1970, houve um endurecimento da ditadura, intensificando-se a repressão sobre os movimentos sociais e estudantis. Apesar disso, a luta pela redemocratização do país continuou, e a juventude desempenhou um papel significativo na construção desse processo. Nesse período, ampliaram-se os debates

em torno da juventude, impulsionados pela crescente mobilização desses sujeitos, que passaram a se envolver em diversos movimentos.

Fiegenbaum; Scheneider e; Machado (2012) destacam que a participação política dos jovens universitários teve um papel fundamental na luta contra a ditadura militar, organizando manifestações, ocupações de universidades e promovendo ações de resistência. Os estudantes foram responsáveis por mobilizar uma parte expressiva da sociedade civil contra o regime autoritário, reivindicando democracia e liberdade de expressão. Além do movimento estudantil, outros grupos políticos também buscaram envolver os jovens, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que investiram na formação e apoio da juventude, visando sua participação ativa nas lutas sociais.

Os jovens universitários demonstraram interesse em se posicionar frente aos rumores que o Brasil estava seguindo e, mesmo correndo riscos, decidiram se envolver munidos de conhecimento para provocar ações que poderiam gerar um efeito diferente da ordem vigente. Sua participação foi objetiva, não foi simples, pois foi permeada de violência das forças policiais, que inclusive levou a prisões e mortes injustas de muitos estudantes. Isso nos leva a refletir que, ao longo da história das manifestações públicas e políticas em nosso país, a ação do Estado e das forças policiais não foi pautada pelo diálogo, mas sim pela repressão.

Após a redemocratização, no período pós-ditadura militar, a discussão sobre a juventude se ampliou, abrangendo não apenas as questões políticas, mas também as sociais, culturais e as frustrações que os jovens vivenciavam. Estudos foram empreendidos para compreender as características, desafios e peculiaridades dos grupos juvenis. Como resposta a essa realidade, foram criados conselhos e secretarias voltadas para atender às demandas da juventude, como o Conselho Nacional de Juventude, criado em 1999.

Nesse sentido, a participação política da juventude ganhou novas formas e expressões. Diversos movimentos e organizações juvenis surgiram, atuando em temas como direitos humanos, meio ambiente, gênero, raça e sexualidade. No entanto, a mobilização dos jovens universitários continuou ampla na busca de transformações sociais e criação de políticas públicas voltadas para as particularidades da juventude.

É fato que o avanço do neoliberalismo trouxe consigo uma série de desafios para as juventudes. Mark Fisher e Franco Berardi, ao lançar luz sobre essas questões,

destacam a transformação da ideia de futuro e como isso afeta os jovens sinalizando que enfrentam o “cancelamento dos sonhos” e uma sensação de insegurança em relação ao que está por vir.

Para Fisher (2009), vivemos um momento em que impera um sentimento de que o capitalismo é colocado como o único sistema político-econômico viável, lançando, no plano simbólico, uma descrença quanto à possibilidade de imaginar uma alternativa coerente a ele. Nesse sentido, os efeitos do neoliberalismo imprimem uma sensação generalizada de estagnação sobre o futuro, que costumava ser encarado como um horizonte de promessa e oportunidade. A pressão do mercado de trabalho, as questões recorrentes que envolvem a vida estudantil, as incertezas econômicas entre tantos outros problemas, levam a uma sensação de impotência e desesperança.

A partir do século XX, a velocidade das mudanças tecnológicas e econômicas criou um sentimento de ansiedade em relação ao futuro. As juventudes passaram a enfrentar uma realidade onde a estabilidade no emprego é rara, a segurança financeira é incerta e as pressões sociais são esmagadoras. Essa ansiedade cotidianamente resulta no “cancelamento dos sonhos” desses sujeitos ao ponto que Berardi afirma que o futuro não é mais entendido como uma promessa, mas como uma ameaça (BERARDI, p. 82).

Levando em consideração os aspectos apresentados, nos questionamos: os jovens universitários hoje possuem espírito político diante das mazelas que nosso país tem experienciado, principalmente nos setores da educação? Esse questionamento não deve ser respondido de forma genérica, pois o “espírito político” das juventudes hoje não é e nem deve ser como aqueles que ocorreram no século XX, tendo em vista que o mundo é outro.

Eis uma questão chave; apenas por meio da organização coletiva e política que os jovens podem minar o realismo capitalista e o cancelamento de sonhos. Mesmo que o envolvimento político dos jovens se expresse resumido no cenário tradicional e partidário da política, muitas vezes por falta de espaço, não se pode negar que a mobilização juvenil tem sido ativa em outros campos. Um grande exemplo disso é o movimento estudantil nas universidades.

Nesse sentido, buscamos compreender a respeito dos motivos que levam esses sujeitos a se envolverem em movimentos como este. Destacamos que nesse processo, são variadas as causas que os levam a participar coletivamente de ações políticas, isso porque o engajamento e a participação são um processo contínuo, não

linear e em constante construção, no qual os sujeitos históricos se constroem e reconstroem a cada instante.

Embora a política seja inerente à vida, à existência, à condição humana em sociedade, existem razões que desencadeiam uma maior ou menor participação das pessoas em movimentos políticos e sociais que envolvem ações concretas. A política constitui o ser humano, mas o ato de decidir estar na linha de frente por uma determinada causa em benefício da coletividade depende muito dos fatores que influenciam os sujeitos a se colocarem nessa posição. De acordo com Mesquita et al. (2016), entre as diversas motivações que podem despertar o desejo de envolvimento em movimentos sociais, estão o desconforto em relação a algum sentimento de injustiça e o desejo de participar da construção da vida em sociedade. A transformação desse desconforto individual em uma ação coletiva diz muito sobre o sentimento de pertencimento, ou seja, pertencer a um coletivo, por vezes consiste em um processo de construção contínua de uma comunidade, cujos objetivos e definições vão ser continuamente construídos, com uma periodicidade variada e vínculos heterogêneos.

Nesse processo contínuo, a formação de perspectivas críticas em relação ao mundo e à sociedade é algo constante, porém requer certos elementos essenciais para a reflexão e ação crítica. Esses elementos incluem a desnaturalização das relações sociais e a contextualização histórica, uma análise das dinâmicas de dominação como formas de opressão e o reconhecimento da própria consciência como um agente social. Compartilhar desconfortos, sonhos, conhecimentos, ideias e saberes é algo que pode marcar o encontro entre jovens que, ao se reunirem para atuar em redes de informação, por exemplo, podem ser extremamente inventivos e criativos.

Refletir sobre a participação política envolve muitos fatores que são determinantes para a construção desse envolvimento. No âmbito da política partidária e institucionalizada a referência a algo ou alguém pode ser considerada um desses fatores. No entanto, nos últimos anos, vivemos tempos difíceis em relação ao aspecto político em nosso país, com poucas referências democráticas em âmbito nacional. Nesse sentido, a participação política é entendida para além das vias institucionais, justamente porque acontece de forma mais horizontalizada e abrangente. Além disso, entendemos que a política acontece em todos os aspectos da nossa vida, ou seja, não se limita apenas as vias institucionalizadas.

Junto a essa realidade, estão as ameaças à garantia dos direitos sociais com a tentativa de implantação de um Estado Mínimo, que não investe em políticas básicas para a população promovendo um cenário de retrocesso frente às conquistas que nos conduziam a uma condição de maior igualdade e justiça social. O modelo político neoliberal promove reduções drásticas de investimentos no âmbito social, afetando a todos de forma bilateral. No caso dos grupos juvenis que estão construindo suas jornadas, os efeitos são sentidos com muito mais intensidade, e levando em consideração os marcadores sociais que compõe esses grupos, aqueles pertencentes às classes populares sentem os efeitos do desmantelamento do Estado com os direitos sociais de forma muito mais acentuada.

Todos esses problemas, podem servir como um adendo para um envolvimento político juvenil, mas também pode gerar certo desânimo à medida que veem suas lutas cotidianamente sendo reduzidas no cenário político institucionalizado. A carência de representatividade, isto é, a falta de pessoas que de fato os represente e fomente o desejo pela participação política, pode facilmente criar um cenário de jovens alheios às questões sociais e públicas. Pois, quando temos referências, principalmente de pessoas que são comprometidas com o bem-estar social e luta pela garantia de direitos, há uma influência direta ou indiretamente de outras a trilharem caminhos semelhantes.

No entanto, é importante salientar que atualmente os envolvimento da juventude com a política não se restringem às vias institucionalizadas, se manifestam por meio de diferentes formas de participação, como o engajamento em movimentos sociais, a atuação em coletivos, organizações e expressão política nas redes sociais. Entretanto, se analisarmos amplamente, poderemos ressaltar várias mobilizações que levaram os jovens às ruas, semelhantes as já vivenciadas em outros períodos.

Nas últimas décadas, necessariamente nos últimos dez anos, tivemos grandes expressões da juventude em protestos pelo país, principalmente contra o desmonte da educação pública, corte de verbas essenciais para o funcionamento das universidades e institutos públicos entre outras situações de ameaça aos direitos básicos à educação.

Em 2013, o movimento de jovens em torno de demandas por mobilidade urbana e contra o aumento das tarifas de transporte público foi massivo e muito expressivo. Embora tenha se iniciado como um movimento progressista, conforme apontado por Groppo, Taquetti, Silva e Moraes (2021), no final a mobilização ganhou contornos

conservadores de extrema-direita por parte de grupos que passaram a ir às ruas no momento em que ampliaram-se as pautas e quando a mídia passou a apoiar a mobilização, tentando dotá-la de uma configuração antipartidária, moralista e nacionalista. Mesmo em meio as duas vertentes de mobilização que se criou nesse período, é fato que os jovens se envolveram politicamente protestando a favor de demandas importantes como a defesa da universidade pública. No entanto, não obtiveram resposta do governo na época.

Em 2014, estudantes da Universidade Gama Filho (UGF) e Centro Universitário da Cidade (UniverCidade)<sup>14</sup>, administrados pelo Grupo Galileo se organizaram contra o descredenciamento das duas instituições de ensino, o que afetou diretamente mais de nove mil estudantes. Mesmo que as manifestações não tenham gerado o resultado que se esperava por parte dos estudantes, já que de fato foram descontinuadas e os prédios seguem em abandono até hoje, não podemos deixar de notar sua preocupação e para tentar manter as universidades em funcionamento.

Em 2016, o Brasil vivenciou mais uma grande mobilização da juventude estudantil em diversos estados do país<sup>15</sup>. O movimento englobou uma sequência de protestos e ocupações escolas de nível médio e universidades públicas. As manifestações visaram barrar projetos e medidas de alguns governos estaduais, como do Estado de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, e também contra medidas do governo do então presidente Michel Temer.

Os estudantes protestaram contra os projetos de lei da PEC 241, medidas de contingenciamento, teto de gastos e congelamento por 20 anos dos recursos da educação contra o projeto Escola sem Partido, que visava limitar a atuação dos professores em sala de aula, e buscando não despertarem nos estudantes o desejo pela participação em protestos populares. Contra o PL 44, programa de terceirização que buscava autorizar entidades privadas sem fins lucrativos como organizações sociais para firmar parceria com o poder público e exercer atividades em diversos setores como educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, saúde, meio ambiente etc. e contra a Medida Provisória do Novo Ensino Médio (MP) 746/2016, também conhecida como “Reforma do Ensino médio”.

---

<sup>14</sup> Fonte Jornalística: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/01/entenda-o-caso-das-universidades-gama-filho-e-univercidade.html>

<sup>15</sup> Fonte Jornalística: <https://www.esquerdadidiario.com.br/Retrospectiva-2016-As-ocupacoes-estudantis-que-sacudiram-o-Brasil>



Organizaram-se através das redes sociais nos grupos de ocupação, expuseram cartazes, faixas e se manifestaram em frente às escolas e prédios públicos criticando as medidas e reformas educacionais propostas pelos governos estaduais e federal. As ocupações realizadas pelos estudantes receberam apoio de professores e de movimentos estudantis, como a UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que ajudaram na organização das ocupações e manifestações, e na articulação entre as escolas.

Em todo o país, centenas de escolas e universidades ocupadas pelos estudantes foram sendo desocupadas através de acordos com os governos estaduais de forma pacífica. No entanto, em algumas desocupações, houve certa persistência por parte de alguns estudantes em permanecer, e mais uma vez a polícia militar, junto com o Batalhão de Choque, interveio, o que suscitou na detenção de alguns, confirmando o que dissemos anteriormente, sobre o histórico de repressão contra movimentos que protestam a favor de seus direitos.

Além da repressão policial e abuso de autoridade, outra questão levantada foi a tentativa de descrédito do movimento, pois começou a circular na mídia, de forma grosseira, alegação de que unanimemente os estudantes estavam fazendo uso de drogas, bebidas alcólicas, atos ilícitos e provocando desordem e vandalismo nas escolas. No fluxo desses acontecimentos, em Curitiba, dois estudantes foram mortos: Lucas Eduardo Araújo Mota, assassinado por outro estudante da escola, e Guilherme Irish, pelo próprio pai, em razão de suas declarações como anarquista e simpatizante do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>16</sup>. Apesar dos conflitos, os protestos e ocupações de 2016 encontraram uma juventude bastante ativa em relação ao compromisso político que a mídia tentou deslegitimar.

Souza (2018) em sua dissertação intitulada *“Ocupa e resiste”: discursos da Folha de São Paulo sobre as ocupações das escolas nos anos de 2015 e 2016* destaca que “permanece na cultura midiática a ideia das juventudes enquanto rebelde e problemática, e não como cidadã ou preocupada com a educação” (p. 40). Ou seja, conforme a autora descreve, a representação midiática das ocupações naquele período reproduziu uma visão estereotipada e negativa dos jovens, o que contribuiu para a construção de uma percepção distorcida de sua participação em questões políticas ou sociais.

---

<sup>16</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/politica/1477412784\\_340839.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/politica/1477412784_340839.html)

No mesmo sentido, Mayorga (2017) sinaliza que as vozes dos jovens geralmente são silenciadas ou criminalizadas. Ao emergirem como protagonistas políticos na sociedade, isto é, quando se posicionam questionando as relações sociais e as instituições, eles passam a ser vistos como um problema.

É válido sinalizar que quando o Estado apoia a forma pejorativa como a grande mídia, em diversos momentos, conduz as notícias acerca dos movimentos políticos das juventudes, ou ainda quando incentiva ou não intervém na ação policial de prisão, ameaça ou agressão dos sujeitos que vão às ruas denunciar ou reivindicar questões importantes, se mostra cúmplice da violência.

Considerando o esforço que a mídia faz para desqualificar as mobilizações juvenis, isso nos leva a pensar e confirmar o poder e a potência que a juventude representa. Pois, historicamente os sujeitos jovens têm demonstrado sua força quando coletivamente defendem ou conquistam seus direitos enquanto sujeitos sociais e políticos através de suas mobilizações.

### **3.5 – Estudantes em defesa do Restaurante Universitário em Rondonópolis**

Já durante o ano de 2018 eclodiu outra expressiva mobilização de estudantes universitários em todo o país, dessa vez contra os absurdos cortes de verbas das universidades públicas e, principalmente, contra o aumento do Restaurante Universitário (RU) e contra a candidatura presidencial de extrema-direita, com a *hashtag* #elenão. Na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o movimento foi organizado em todos os campi, incluindo Rondonópolis, que atualmente é emancipada como Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

O RU nasce durante as décadas de 1950 e 1960, quando a Universidade do Brasil iniciou a criação do primeiro restaurante universitário no Rio de Janeiro<sup>17</sup>. Ele surgiu com o objetivo de atender aos estudantes que vinham estudar na capital, representando uma possibilidade desses alunos frequentarem o ensino superior.

Se analisarmos abrangentemente a luta pela alimentação dentro da universidade é antiga e central no histórico das mobilizações estudantis, pois é efetivamente essa política de permanência ampliada que consegue garantir o direito

---

<sup>17</sup> Fonte jornalística: <https://ufscasquerda.com/opiniao-sem-ru-nao-ha-ciencia/>

de ter uma alimentação saudável por um preço acessível, permitindo que mais pessoas tenham acesso e condições de se envolver na vida universitária.

Atualmente os RU's fazem parte das políticas de assistência estudantil, que garante alimentação a um custo acessível para que todos os estudantes consigam se alimentar de forma adequada durante o curso. No entanto, durante uma forte onda de cortes na educação em 2018, esse direito foi altamente ameaçado, questão que afetaria diretamente grande parte dos alunos que dependiam desse recurso, com um aumento que representaria de 500%. Na UFMT/ Rondonópolis, o café da manhã que no momento era de R\$ 0,25 subiria para 2,50, e o almoço/ janta, de R\$ 1,00, passaria a ser R\$ 5,00 reais, representando um aumento nos gastos com alimentação dos estudantes de R\$ 2,25 para R\$ 12,50 por dia.

A reitoria da UFMT na época alegou que o aumento foi necessário porque o orçamento para custeio e investimento da instituição sofreu sérias reduções. De acordo com o relatório de gestão 2016-2018 da UFMT<sup>18</sup>, comparado com o ano de 2017, houve quedas em diversos recursos destinados à instituição em 2018. Preocupada com as contas, a administração da instituição adaptou a sua contabilidade para manter o equilíbrio financeiro da Universidade e garantir seu funcionamento. Vale lembrar que esses cortes foram motivados pelas práticas políticas de lógica neoliberal adotadas nos governos deste período. É isso que esse modelo promove, adaptações que prejudicam, em última instância, os estudantes e docentes, bem como o funcionamento adequado da instituição.

Considerando o aumento exorbitante nos novos valores que seriam atualizados para o RU, os discentes empreenderam esforços com vistas a buscar soluções pertinentes à ameaça iminente de comprometer a garantia do direito fundamental à nutrição. Em Rondonópolis o Diretório Central dos Estudantes (DCE) tomou frente das manifestações e no dia 24 de abril de 2018, 15 dos 19 cursos votaram em Assembleia a favor da paralisação das aulas. Sendo assim, os estudantes ocuparam as guaritas, os protestos foram aumentando gradativamente até que começaram a ocupar os prédios dos seus cursos e armaram barracas pelo campus. As ocupações e manifestações ocorreram não apenas em Rondonópolis, pois foi um movimento unificado dos estudantes dos campi da UFMT, como Cuiabá, Sinop, Barra do Garças e Pontal do Araguaia.

---

<sup>18</sup> <https://cms.ufmt.br/files/galleries/4/2018.pdf>

Durante esse período, que durou cerca de três meses, em que as aulas foram suspensas e o campus foi ocupado, os estudantes organizaram rodas de conversa com debates acerca do que estava acontecendo enfatizando a importância do movimento que estava posto, mas também para se expressar através da arte e da música. Estudantes e alguns professores que estiveram presentes em apoio ao movimento, fizeram falas importantíssimas a respeito do RU. Ainda nesse período, foi criado um grupo no *facebook* chamado de *Movimento para além do RU*<sup>19</sup> na qual foi-se fazendo registros desses momentos. Além disso, foram organizadas reuniões na qual compareceram professores, estudantes e os representantes do DCE de todos os campi, incluindo Rondonópolis com a reitoria da UFMT no período, Myrian Thereza de Moura Serra e vice-reitor Evandro Aparecido Soares da Silva, a fim de estabelecer os caminhos para um possível acordo quanto a essa problemática.

Este período foi marcado por um movimento de greve amplo e legítimo que buscou conter aumentos exorbitantes nos valores da alimentação na Universidade e para, além disso, debater e denunciar as propostas de desmonte da educação pública. As imagens 1 a 6 são registros dessas mobilizações no campus de Rondonópolis.

Num cenário político marcado por ameaças de privatização e cortes de gastos na educação, os estudantes da UFMT-ROO se posicionaram firmemente votando a favor da greve contra o aumento do Restaurante Universitário (imagem 1). Essa decisão refletiu uma resposta contundente à crescente pressão sobre os cortes destinados alimentação e aos auxílios estudantis. Ao levantar a bandeira da greve, os estudantes estiveram levantando a voz contra um contexto mais amplo de desafios enfrentados na educação. Os temores de privatização pairam como uma sombra sobre as instituições de ensino, ameaçando a essência pública e acessível do ensino superior. Nesse contexto, cortes orçamentários se tornam não apenas números abstratos, mas impactos tangíveis na vida dos estudantes, afetando diretamente suas condições de estudo, a manutenção das bolsas e auxílios, e até mesmo o acesso a uma refeição digna no RU.

A decisão pró-greve, portanto, foi um ato de resistência em meio a um panorama que exigiu ação coletiva. Os estudantes se mostraram conscientes de que a luta era para além do preço do RU; mas sim uma batalha pela preservação dos direitos estudantis, pela defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

---

<sup>19</sup> Link de acesso ao grupo:

<https://www.facebook.com/search/top/?q=movimento%20para%20al%C3%A9m%20do%20RU>

Este momento, marcado pelo simbólico ato de votar pela greve, foi de extrema importância demonstrando alinhamento entre os estudantes pela luta contra as ameaças que pairavam sobre a educação, e um apelo por equidade no acesso e permanência à educação superior.

**IMAGEM 1** – Estudantes UFMT-ROO votam a favor da greve contra aumento do RU



Fonte: Registro fotográfico feito por representantes do DCE da UFMT. (2019)

Durante o período de greve os estudantes ocuparam o campus da universidade. Durante alguns períodos desses dias organizavam várias formas de reuniões e debates, dentre elas a roda de conversa (imagem 2) na qual se discutia sobre as propostas de cortes e como tudo isso afetaria o futuro de cada um na instituição, tendo em vista que a grande maioria dos presentes dependiam diretamente das bolsas, auxílios e principalmente do RU para permanecerem na universidade e concluírem seus cursos. Esses grupos de debates eram compostos por estudantes de variados cursos com objetivo em comum. Não havia uma convocação específica, então a medida em que iniciavam a conversa outros se aproximavam e participavam, pois, o grupo era aberto e coletivo. Essa forma de discussão gerou muitas decisões importantes em relação aos rumos que a ocupação tomaria e quais medidas seriam adotadas para continuarem organizados em busca de respostas para a situação dos cortes.

**IMAGEM 2** – Roda de conversa na UFMT-ROO durante manifestação contra aumento do RU



Fonte: Fotografia retirada do acervo do grupo *Movimento para além do RU* no facebook. (2018)

Para além das instigantes rodas de conversa, houve manifestações artísticas que ecoavam em forma de música (imagem 3). Nesse cenário, as notas musicais não eram meras melodias, mas sim um poderoso canal de descontentamento frente às políticas do governo daquele momento, as quais ameaçavam o futuro da educação pública no Brasil. Com vozes cheias de determinação, acordes de violões ressoando e uma coragem que ecoava mais alto que as próprias canções, os participantes encontraram na música uma poderosa ferramenta para serem ouvidos. As canções eram um grito de alerta, um apelo ardente à solidariedade e à luta. As letras entoadas estavam além de palavras soltas, se tornaram narrativas ferventes, intrinsecamente entrelaçadas com as complexidades políticas do momento.

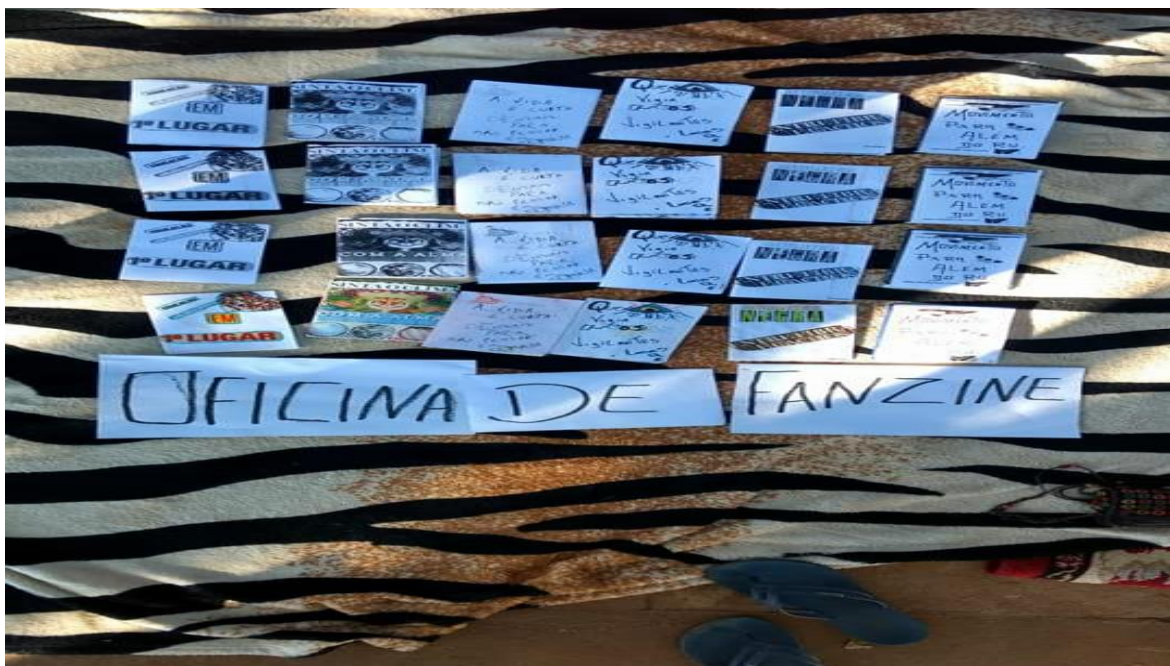
Cada nota musical se transformou em um ato de resistência, cada acorde um símbolo de perseverança. Nas entrelinhas das músicas, desenhava-se um protesto sonoro. Assim, as manifestações musicais se tornaram um testemunho vivo da capacidade da arte de transcender o superficial, tornando-se uma força vital na convocação à solidariedade e à luta por uma educação pública de qualidade e não excludente.

**IMAGEM 3** – Protesto em forma de música UFMT-ROO

Fonte: Fotografia retirada do acervo do grupo *Movimento para além do RU* no facebook. (2018)

Dentro do contexto das manifestações artísticas, os estudantes não apenas participaram de expressões culturais, mas também se envolveram em oficinas, incluindo aquelas voltadas para a criação de fanzines (imagem 4). Além de criar murais repletos de textos e mensagens, entenderam que, em um movimento de ocupação repleto de incertezas sobre seu desfecho, seja ele breve ou prolongado, a melhor estratégia é manter viva a consciência dos motivos genuínos que os impulsionam a estar engajados nesse movimento.

Assim, as frases e imagens que permeavam os fanzines não eram meras expressões artísticas, mas sim manifestações de resistência. Diante da ameaça iminente da privatização, destacavam a importância de se manterem na luta pelos valores que sustentam a educação pública e acessível a todos

**IMAGEM 4** – Oficina de fanzine durante paralisação das aulas UFMT-ROO

Fonte: Fotografia retirada do acervo do grupo *Movimento para além do RU* no facebook. (2018)

Além disso, é digno de destaque que as crianças, filhas e filhos dos estudantes engajados nessa mobilização, não apenas estiveram presentes, mas também desempenharam um papel ativo na criação das fanzines (imagem 5). Esse momento foi verdadeiramente inspirador, revelando a transmissão de valores de resistência de geração para geração. A participação das crianças não foi apenas um gesto simbólico, mas uma afirmação audaciosa de que a luta por uma educação pública e acessível está profundamente enraizada nos estudantes e seus familiares.

Essa participação para além de muito bonita; foi um testemunho pulsante da resiliência e da determinação compartilhada. As páginas das fanzines, preenchidas com a expressão artística dessas pequenas crianças, se tornaram um manifesto visual da continuidade da resistência. O envolvimento das crianças gerou uma reflexão importante de que é preciso incentivá-los para que as próximas gerações continuem a trilhar o caminho da resistência contra qualquer ameaça à privatização e ataques contra a educação e a universidade pública.



**IMAGEM 5** – Oficina com as crianças filhos e filhas de estudantes envolvidos na mobilização



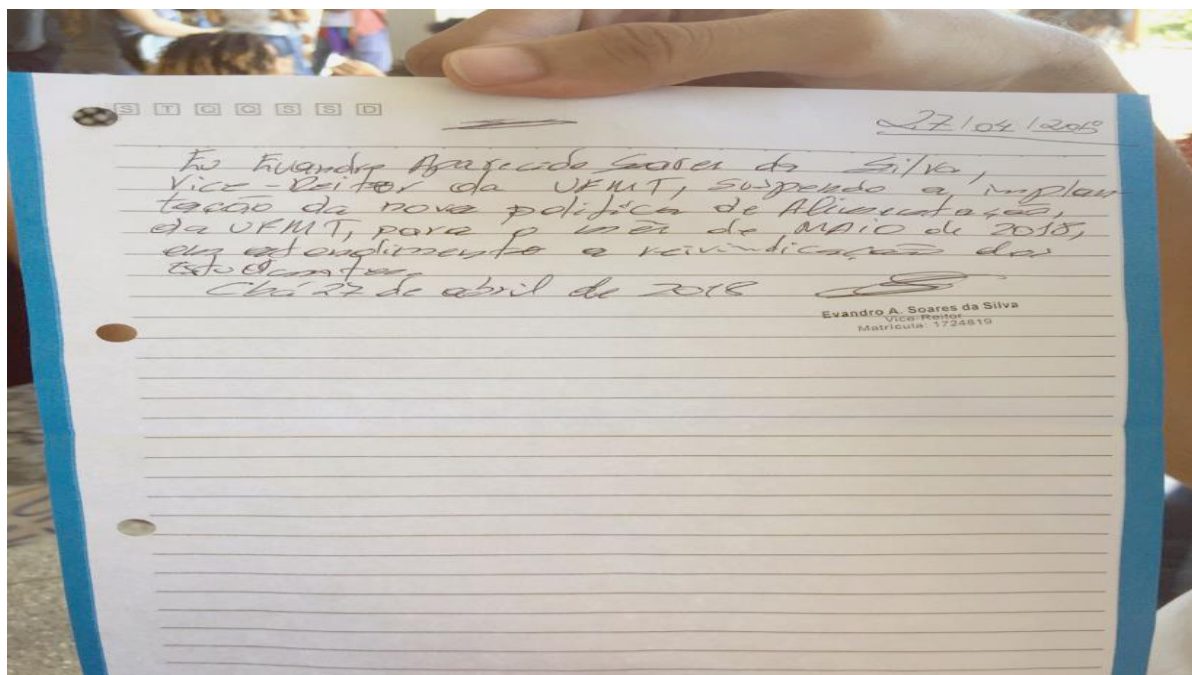
Fonte: Fotografia retirada do acervo do grupo *Movimento para além do RU* no facebook. (2018)

Após a ocupação que durou cerca de três meses com paralisação das aulas em vários campi da UFMT, o então vice-reitor, Evandro Aparecido Soares da Silva, revogou temporariamente a nova cobrança no dia 27 de abril em documento escrito à mão para legitimar o que tinha sido acordado entre a administração e os estudantes (imagem 6).

A mobilização estudantil, marcada por intensas discussões e engajamento, levou a uma pausa significativa nas aulas em busca de soluções. Diante desse contexto, o vice-reitor, reconhecendo a importância da pauta que os estudantes levantaram, suspendeu temporariamente a implementação da nova cobrança que teria um aumento exorbitante.

Esse gesto simbolizou não apenas a resposta às demandas imediatas dos estudantes, mas também destaca a relevância do envolvimento ativo da comunidade acadêmica na defesa de seus direitos e interesses. A revogação temporária, registrada de maneira íntegra na imagem abaixo serviu como demonstração do poder do diálogo construtivo entre as partes envolvidas. Esse capítulo na história da instituição ressaltou ainda importância da articulação e envolvimento dos estudantes na defesa de interesses em comum.

## IMAGEM 6 – Documento de revogação do aumento do RU - UFMT



Fonte: Matéria jornalística <https://jornalistaslivres.org/alunos-da-ufmt-conquistam-primeiras-vitorias-na-luta-contr-aumento-no-restaurante-universitario/> (2018).

Um ano após os protestos contra o aumento do RU, em 2019 o Movimento Estudantil se organizou novamente, dessa vez contra a arbitrariedade da política de contingenciamento orquestrada pelo governo de Jair Bolsonaro e o famigerado projeto “Future-se”, promovido pelo então ministro da educação Abraham Weintraub, que pretendia terceirizar o financiamento da educação superior pública. Foi um movimento amplo em todo país e contou com a participação de mais de um milhão de estudantes em mais de trezentas cidades.

Em Rondonópolis, estiveram presentes representantes da UNE, ANDES-SN, DCE da UMFT-ROO, além de outros integrantes da Comissão de Mobilização para o protesto. A manifestação de cunho pacífico se concentrou na Praça Brasil (ver imagens 7 a 9) e em conjunto foram ecoados gritos contra o bloqueio de verbas do orçamento 2019 na área da Educação e contra a Reforma da Previdência proposta pelo Governo<sup>20</sup>. Após a concentração, seguiram em caminhada, tomando as ruas do centro da cidade, com ação em defesa de garantias constitucionais, expondo faixas e cartazes defendendo a educação e a necessidade de investimento nas universidades, além de outras pautas referentes à Reforma da Previdência. Foi um movimento que causou

<sup>20</sup> <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/05/estudantes-docentes-ufmt-roo-protesto-previdencia-educacao.html>

grande impacto sendo arrepiante ver uma multidão de estudantes e professores se organizando e indo às ruas para defender a educação pública.

Conforme aponta Tavares (2019) os manifestantes defenderam a inconstitucionalidade das condições que levariam ao inevitável sucateamento da universidade, num tempo em que o Art. 23 (CF.88) afirma ser de “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”. Tal contingenciamento orçamentário suspende as possibilidades de provimento adequado desses meios.

Entre as diversas frases que denunciava as práticas de contingenciamento orçamentário, pode-se ver também uma preocupação com o direito a aposentadoria garantido pela Constituição Federal (Art. 7º, CF. 88). Conforme aponta Tavares (2019), havia um pensamento comum nos subtextos dos cartazes expostos pelos manifestantes, a falaciosa ideia de que o incentivo à previdência privada seria em benefício do povo e para equilíbrio das contas do Estado.

Essa mobilização obteve uma enorme visibilidade e contou com a participação de estudantes de todas as regiões do país<sup>21</sup>. O movimento gerou impactos positivos, já que foi possível barrar o avanço do “Future-se” sobre as universidades, de forma que o “15 de maio” ficou marcado pela proporção de estudantes que foram as ruas se manifestar contra os cortes nas universidades.

A Praça Brasil, localizada no centro da cidade de Rondonópolis, foi palco de um movimento vigoroso no campus local, onde estudantes e docentes se uniram para protestar no emblemático dia “15 de maio” de 2019. Movidos de cartazes e com seus próprios corpos estiveram envolvidos num número expressivo de membros da comunidade acadêmica. Estudantes e professores de variadas áreas e cursos demonstraram de maneira uníssona as suas insatisfações, rejeitando veementemente o projeto de privatização que pairava sobre a universidade pública. Este episódio não apenas testemunhou uma mobilização intensa, mas também refletiu a determinação coletiva em preservar os valores da educação pública e resistir às ameaças de privatização e aos recorrentes cortes efetuados na educação pública.

---

<sup>21</sup><https://www.brasildefato.com.br/2019/05/15/em-todos-os-estados-brasileiros-vao-as-ruas-em-defesa-da-educacao-e-contra-bolsonaro/>

**IMAGEM 7** – Estudantes da UFMT-ROO em protesto na praça Brasil de Rondonópolis

Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora (2019).

Na imagem a seguir (imagem 8), destacam-se duas estudantes segurando um cartaz com a mensagem "Residência Pedagógica Resiste". Joádila e Valdirene, ambas alunas do curso de História e bolsistas do programa Residência Pedagógica, uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao MEC. Esse programa é especialmente direcionado a estudantes de licenciatura, visando aprimorar a formação prática durante o curso, proporcionando uma imersão na educação básica a partir da segunda metade da graduação.

No contexto dos cortes na educação, os auxílios estudantis e as bolsas concedidas pela Capes, incluindo aquelas relacionadas ao Residência Pedagógica, enfrentavam ameaças de precarização. Nesse cenário, os estudantes envolvidos no programa não apenas expressaram sua preocupação com os cortes, mas também se engajaram ativamente na manifestação, evidenciando seu posicionamento contra as medidas que impactariam diretamente a qualidade e continuidade de programas essenciais para o aprimoramento da formação acadêmica.

**IMAGEM 8** – Estudantes da UFMT-ROO em protesto contra os cortes na educação

Fonte: Registro fotográfico feito por representantes do DCE da UFMT (2019).

A concentração das manifestações ocorridas no dia 15 de maio teve início em resposta ao decreto do Governo Federal que bloqueou 5,8 bilhões de reais na área da educação, resultando no contingenciamento de 30% dos recursos destinados ao ensino superior. Nesse contexto, universidades de 12 estados brasileiros aderiram ao estado de greve, configurando-se como a maior paralisação no ensino superior federal desde 2012.

A paralisação perdurou por 11 dias, sendo que, dada a magnitude do movimento, as instituições alcançaram um acordo com o governo federal. Contudo, a suspensão dos recursos financeiros destinados às Universidades Públicas Federais gerou grandes impactos, desestabilizando diversos serviços básicos nas instituições nos meses seguintes. Na UFMT, por exemplo, o fornecimento de energia elétrica foi suspenso por um dia inteiro em 16 de julho de 2019. Essa situação já havia sido previamente alertada pela reitora Miriam Serra em maio do mesmo ano, quando mencionou que o bloqueio orçamentário poderia ocasionar a paralisação de atividades essenciais. Dois meses após, a falta de verbas resultou no corte de energia nos campi de Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Sinop.

Após pressões, juntamente com um movimento virtual nas redes sociais, a Universidade obteve um repasse do Ministério da Educação (MEC) para quitar as despesas com energia. Nessa conjuntura, os estudantes se reuniram (imagem 9) para

discutir o ocorrido e os pronunciamentos do então ministro, Abraham Weintraub, que ameaçou medidas administrativas e judiciais para responsabilizar os envolvidos pela suposta "má gestão na UFMT". Este episódio evidenciou a incapacidade do governo em reconhecer que a crise resultava dos cortes drásticos emitidos na educação superior.

**IMAGEM 9** – Ocupação noturna para discutir o corte de energia na UFMT



Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora (2019).

Já em 2020, jovens universitários também movimentaram as redes sociais e ocuparam as ruas de diversas capitais contra o fascismo, racismo e contra ações de descaso do governo Bolsonaro, principalmente em relação às arbitrariedades e falas desrespeitosas frente à pandemia de Covid-19. Nesses eventos, embora de cunho pacífico e sem nenhum tipo de depredação, a polícia também esteve presente, e na ocasião muitos foram detidos em diferentes estados em que as manifestações ocorreram.

Em 2021, mais de duzentas cidades do Brasil tiveram manifestantes da sociedade civil nas ruas para expressarem sua indignação com a gestão do governo na época. Entre o grande número de pessoas envolvidas, houve uma expressiva presença de docentes e discentes universitários. As principais pautas estavam relacionadas à falta de vacinação contra a COVID-19, negacionismo da ciência, ameaça de fechamento de algumas universidades, redução de verbas para educação e intenção

de privatização de empresas públicas. Em julho do mesmo ano, estudantes universitários, juntamente com outros grupos, organizaram manifestações pelo impeachment de Bolsonaro, principalmente pela condução desajustada e prepotente de gestão na pandemia, que ocasionou mais de 500 mil mortes.

Mais recentemente, em 2022, vimos uma nova ameaça, a PEC 206/19 de autoria do General Peternelli (União Brasil-SP) e deputado Kim Katagiri (União Brasil-SP), que propunha a cobrança de mensalidade em universidades públicas para estudantes. Novamente, o Movimento Estudantil se organizou, convocando jovens universitários a se posicionarem, denunciarem a proposta e exigir do governo a refutação da proposição.

Conforme divulgado pelo site do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes)<sup>22</sup> novamente a mobilização gerou resultado positivo, já que a PEC que propunha o fim da gratuidade das universidades públicas saiu da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na Câmara. No entanto, como bem sabemos, o Brasil vivencia uma grande tensão política, onde de um lado há um setor mais progressista com ideia de proteção dos direitos civis garantidos pelo Estado, e de outro um com ideias de cunho neoliberal e minimização das ações estatais. Sendo assim, é preciso estar sempre atento a projetos como este que sorrateiramente são propostos. O Movimento Estudantil, permanece ativo quanto a isso, tanto nas redes sociais, quanto nas ruas, no senado, na Câmara dos Deputados, continua elevando as lutas diárias em defesa da Universidade Pública e a permanência de direitos básicos e fundamentais dos estudantes.

Sem pormenorizar, o Movimento Estudantil foi e ainda tem sido fundamental no atual contexto em que os movimentos sociais estão sob ameaças constantes de viés conservador, é um caminho onde a juventude pode resistir contra os ataques às universidades públicas e contra a redução de seus direitos, pois se organiza politicamente e exige respostas do Estado para tal.

Além disso, é um exemplo de organização política da juventude e tem se mostrado efetivo em diversos momentos na história dos jovens no Brasil. É um ponto de inflexão para pensarmos as práticas políticas da juventude sob diferentes ângulos e serve de aparato para desconstruir a ideia de que juventude e política são ou estão em eixos distantes. Considerando o pensamento de Pais (1990) de que não há uma

---

<sup>22</sup><https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/vitoria-votacao-da-pec-que-permite-cobranca-de-mensalidade-em-universidades-publicas-e-adiada1>

“natureza” ou uma “essência” em ser jovem, mas sim uma construção histórica e social, podemos pensar o Movimento Estudantil não como um movimento “de rebeldia pela rebeldia”, como é divulgado por canais de comunicação de viés conservador, mas sim como um espaço de participação ativa das juventudes por meio de manifestações consistentes e política.

Concordamos com Vieira e Mayorga (2019) quando conceituam a atuação juvenil como um processo de conquista dos espaços e políticas públicas, na qual os jovens promovem ativamente sua condição de cidadãos com direitos, lutando pela sua preservação. Por isso, a importância em se compreender o que é sinalizado por Mayorga (2013) de que a experiência da juventude é heterogênea, não é universal e nem unitária, as trajetórias são fluidas e não são padronizadas. Portanto, é fundamental considerar os marcadores de diferenças nas trajetórias juvenis, ou seja, considerar os delineamentos sociais como classe, etnicidade e gênero, pois as experiências culturais e sociais da juventude devem ser potencializadas de forma que seus marcadores contribuam diretamente para a construção de políticas que se atente para as exclusões sociais.

Dado os apontamentos citados, é necessário considerar que, embora haja uma percepção de que os jovens estejam alienados em relação às questões políticas, no âmbito universitário essas relações são mais próximas. Isso pode ser observado facilmente por meio dos diversos movimentos organizados com o objetivo de pressionar o governo quanto ao sucateamento enfrentado pelas universidades. Entre os anos de 2018 e 2022, as universidades brasileiras vivenciaram uma enxurrada de cortes que afetaram todos os setores do ensino, desde as viagens acadêmicas até a oferta de bolsas. Esse processo de desestruturação da universidade e incentivo à privatização despertou um sentimento mútuo de injustiça entre os estudantes, levando a uma manifestação expressiva.

O movimento estudantil se organizou de maneira única e promoveu greve que obteve resultados em diversos setores, garantindo a manutenção de questões essenciais da universidade pública. Essa mobilização não se restringiu a um ou dois campi, mas foi generalizada em todas as universidades públicas do país, um movimento grande que foi visto e ouvido por muitos. Esse sentimento de coletividade foi evidente na forma como se organizaram, despertando um senso de pertencimento a algo maior e conscientizando sobre as questões que precisavam de atenção, pois afetavam a todos, de forma mais ou menos direta.



Mas, como sinalizado anteriormente, as juventudes vivenciam momentos e situações de forma heterogêneas. Mesmo diante de um movimento que atingia a todos, pôde ser observado que alguns jovens não estavam dispostos a se juntar ao grupo, pois não sentiam que os ataques à universidade representavam uma ameaça real para eles, uma vez que possuíam condições suficientes para continuar os estudos mesmo em outras circunstâncias.

Nesse ponto, podemos novamente reafirmar uma das diferenças entre os sujeitos jovens: o marcador da classe social. Na mesma medida em que observamos o marcador classista, observamos os reflexos do incentivo neoliberal de individualismo, o que levou alguns jovens a não se unirem ao grupo que lutava por uma causa que beneficiaria a todos, não apenas os estudantes, mas a sociedade brasileira como um todo, pois conforme apontamos na segunda seção deste trabalho, as universidades públicas são as que mais investem em pesquisas no país que abrangem diferentes áreas de conhecimento.

É fato que houve uma maior visibilidade das ações juvenis, as quais, partiram de demandas localizadas como o movimento contra as reformas na educação e corte de verbas entre 2018 e 2022. Nesses movimentos, os jovens souberam sensibilizar e mobilizar outros jovens e saíram às ruas ou ocuparam as universidades para defender seus interesses. Rapidamente, as manifestações ampliaram o repertório de reivindicações para outras áreas, levantando questionamentos sobre políticas públicas, modos de gestão e políticas vigentes.

Dessa forma, nosso interesse em analisar a percepção de jovens universitários sobre a política se dá pelo fato de compreender que a participação política da juventude na universidade é uma questão fundamental para a construção de uma sociedade democrática e justa, tendo em vista que a universidade é um ambiente propício para o desenvolvimento de debates e reflexões acerca dos temas políticos que envolve a sociedade como um todo. A partir do momento em que os jovens decidem se engajar em discussões políticas, podem desenvolver uma consciência crítica sobre o mundo ao seu redor e se tornar agentes transformadores.

A universidade pode ser um espaço para a realização de manifestações e protestos que expressam as opiniões dos estudantes sobre questões políticas. Nesse sentido, os jovens universitários têm se manifestado politicamente por diferentes meios. Uma delas é através do engajamento no Movimento Estudantil, centros e diretórios acadêmicos e em outras organizações que representam os interesses dos

estudantes dentro e fora da universidade. Esses grupos são importantes porque permitem que se organizem e discutam questões que estão diretamente ligadas a vida acadêmica, além de promoverem atividades que incentivem a participação política. Em resumo, muitos jovens estão se organizando politicamente de maneira cada vez mais diversa, utilizando as redes sociais e outras plataformas digitais para promover suas causas e mobilizações.

### **3.6 – Movimento Estudantil em Rondonópolis**

O Movimento Estudantil (ME) em Rondonópolis possui uma trajetória dinâmica, marcada por diferentes fases e ciclos que ecoam ao longo dos anos. Estes momentos de altos e baixos refletem a resiliência do movimento, bem como suas vitórias e desafios. Em um desses períodos que marcam sua ciclicidade, a jovem estudante Luana Karoline Kawamura Lopes emergiu como uma das líderes discentes na Universidade Federal de Mato Grosso, no campus de Rondonópolis (na ocasião, o campus ainda não havia sido emancipado). Tendo em vista seu envolvimento, a convidamos para contribuir com essa pesquisa, pois sua trajetória é marcada pelo compromisso na representação de questões importantes do movimento estudantil e na comunidade acadêmica em Rondonópolis.

O convite foi enviado a Luana de maneira virtual por e-mail no mês de setembro de 2023. Mediante o aceite da participante, foi organizado uma entrevista via Google Meet. O diálogo foi mediado por onze questões, a fim de permitir que ela discorresse sobre a organização do movimento estudantil em Rondonópolis. Esse encontro mesmo ocorrendo de modo *online* nos proporcionou a oportunidade de conhecer sua experiência e visão sobre o cenário estudantil na universidade, pelo menos até o período em que esteve matriculada (2022), contribuindo para ampliar o nosso entendimento das complexidades e desafios enfrentados pelo Movimento Estudantil em Rondonópolis.

Luana atualmente tem 30 anos de idade e possui formação em Zootecnia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2015-2022). Ao longo de três gestões no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMT-ROO, ela ocupou diversas posições de liderança, incluindo a de diretora do Centro Acadêmico de Zootecnia. Foi secretária geral, presidente e vice-presidente do DCE, demonstrando engajamento e desejo de promover os interesses dos estudantes.

Durante sua graduação, esteve ligada ao movimento estudantil na universidade e também foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBITI). Suas pesquisas e produções acadêmicas resultaram em 20 resumos e 2 capítulos de livros publicados. Foi monitora de disciplinas e professora do cursinho pré-vestibular da UFMT. Participou ativamente nas esferas decisórias da universidade sendo conselheira do Conselho Administrativo e Acadêmico de Rondonópolis (CAAR/UFMT/2017), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP/2018), do Conselho Universitário da UFMT (CONSUNI/2018-2019) e integrou o Comitê de Criação da Universidade Federal de Rondonópolis (criada em 2018 e implantada em dezembro/2019). Sua atuação em conselhos acadêmicos demonstra o compromisso e influência nas políticas e decisões institucionais que beneficiou os estudantes em diversos momentos.

Iniciamos a conversa com uma pergunta que nos permitisse compreender melhor como o Movimento Estudantil se organiza em Rondonópolis. Luana fez um paralelo geral para demonstrar que sua organização local é cíclica. Por exemplo, em 2014 ela destaca a importante vitória da criação do centro de vivências no campus de Rondonópolis, que proporcionou um espaço fundamental para a comunidade acadêmica se reunir, discutir e promover atividades culturais e sociais.

Em contrapartida, 2015 foi um ano em que o movimento estudantil no campus enfrentou desafios, pois não havia uma Diretoria Central de Estudantes (DCE) ativa. Esse período de inatividade levou à mobilização da comunidade estudantil até a busca de uma nova gestão, com fim de revitalizar o movimento que havia se estagnado. Após o hiato de 2015, nos anos seguintes posterior a eleição de uma nova gestão para o DCE, novamente o movimento se reorganiza com maior fôlego, inclusive nesse período houve um esforço significativo para ampliação da biblioteca universitária.

Observamos na fala de Luana, que o movimento estudantil que se organiza no campus de Rondonópolis é composto por momentos de conquistas e impasses. Porém, mesmo apresentando variações, há uma presença contínua que influencia a construção de um ambiente acadêmico mais dinâmico e participativo, principalmente quando direitos básicos que beneficiam a Universidade e a comunidade acadêmica estão sob ameaças de contingenciamentos orçamentários.

Ao comentar sobre a identidade do movimento, Luana pontua que sua essência surge das necessidades e demandas do momento em que os estudantes se encontram. Em sua argumentação:

A organização é uma resposta às situações e aos problemas que os jovens enfrentam na sua jornada educacional e de certo modo das questões que os cercam na sociedade em geral. Nesse sentido, o movimento estudantil está sempre presente, pois sempre há estudantes engajados, seja em conselhos ou grupos, fazendo parte do movimento de alguma forma. Mas, é importante notar que há momentos de maior e menor mobilização, dependendo das questões e desafios do momento. (LOPES, 2023).

Percebemos em sua visão que o movimento estudantil é ativo, mas em alguns momentos cruciais há uma maior articulação dos estudantes, principalmente quando há questões de grande interesse em cheque.

Além do movimento especificamente estudantil que se organiza em torno das demandas dos estudantes, Luana menciona que há também em Rondonópolis grupos e associações específicas que representam diferentes segmentos da juventude e que não necessariamente estão ligadas ao movimento estudantil. Estes grupos têm suas próprias linhas, políticas e identidades, e geralmente atuam em áreas onde possuem maior base de apoio. Luana cita como exemplo as juventudes organizadas, como a União da Juventude Socialista (UJS-PCB), União da Juventude Comunista (UJC-PCdoB) o Levante Popular da Juventude (LPJ-sem partido), cada uma com as suas agendas e orientações políticas específicas, demonstrando que há uma diversidade de grupos e organizações voltadas para jovens e que vão além das questões de cunho estudantil.

Esses grupos são organizações que têm suas próprias agendas e orientações políticas e podem estar alinhados com diferentes partidos políticos, como o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) entre outros que também possui diversas juventudes organizadas politicamente, refletindo uma pluralidade de abordagens. Embora possam compartilhar algumas preocupações e objetivos comuns relacionados à juventude e à justiça social, eles não fazem parte do movimento estudantil como uma única entidade unificada. Ou seja, podem ter interesses semelhantes, mas operam como organizações separadas com suas próprias agendas e objetivos políticos.

É importante esclarecer que o Movimento Estudantil é amplo e engloba uma variedade de grupos, organizações e sujeitos que estão envolvidos em atividades relacionadas à educação, defesa dos direitos dos estudantes e questões sociais que

afetam os jovens. Sua composição é permeada por pessoas com diferentes perspectivas políticas. As organizações citadas, não são exclusivamente dedicadas apenas ao movimento estudantil, por isso podem ou não colaborar em diferentes momentos e situações, dependendo dos objetivos específicos e das situações. Ambas possuem suas próprias agendas políticas e sociais, até podem se envolver em atividades dentro do contexto do movimento estudantil, mas também têm interesses e objetivos que vão além. Em sua maioria, estão associadas às correntes políticas de esquerda e podem se envolver em atividades de mobilização e protesto em diversas áreas, incluindo a educação.

Portanto, embora essas organizações possam interagir e colaborar com o movimento estudantil em determinados contextos, elas não são equivalentes ao movimento estudantil como um todo e têm suas próprias identidades e objetivos políticos. Diferente de ser um movimento homogêneo e harmonioso, o Movimento Estudantil possui uma realidade diversa e plural, caracterizado por uma ampla gama de ideias, perspectivas e abordagens, o que o torna muito heterogêneo com políticas de trabalho que refletem as diferentes visões dos estudantes envolvidos.

Na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), por exemplo, Luana menciona que até o período em que ela atuou (2022), havia estudantes associados a diversos partidos e correntes internas. Ela cita que a antiga chapa do Diretório Central dos Estudantes (DCE) era representada por jovens que estavam ligados ao Levante Popular e a União da Juventude Socialista, o que demonstra perspectivas políticas diferentes. Cada um desses grupos tem sua própria abordagem e agenda, o que pode resultar em divergências de opinião mesmo entre aqueles que abordam inclinações políticas à esquerda.

Um exemplo dessa diversidade é o debate sobre a participação dos estudantes nos conselhos universitários. Enquanto alguns, como os membros da UJS, defendiam a participação estudantil nos espaços institucionais, outros argumentaram que isso poderia ser visto como uma conivência com o sistema. Luana, por sua vez, se posiciona a favor da participação estudantil nos conselhos dizendo que “se não houver ocupação desses espaços institucionais que foi tão difícil da gente conseguir aí nossa negligência é maior, porque não conseguimos entrar no debate”.

Em relação à estrutura e organização interna do movimento estudantil, a participante identifica que há variações de uma instituição para outra. Alguns grupos se organizam em coletivos que operam de forma descentralizada, sem uma estrutura

partidária ou hierárquica definida. Outros, como o DCE da UFMT de Cuiabá, adotam uma abordagem mais centralizada, com várias coordenações específicas.

Conforme aponta Luana, na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) a estrutura do movimento estudantil, centrada no Diretório Central dos Estudantes (DCE) e há a figura do presidente e vice-presidente assim como de outros membros. Mas, como pontuamos, nem todas universidades possuem estruturas semelhantes, essa diversidade é uma manifestação da riqueza do movimento estudantil, que busca se adaptar às necessidades e realidades locais.

De modo geral, Luana nos ajuda a compreender que o movimento estudantil é um espaço de debate, mobilização e engajamento político, onde os estudantes têm a oportunidade de externar suas concepções, defender suas causas e moldar de modo substantivo as suas instituições educacionais. Essa diversidade e pluralidade de perspectivas são essenciais para a vitalidade e força do movimento, justamente para melhor direcionamento quanto às suas demandas.

A respeito das principais ações desenvolvidas pelo movimento estudantil em Rondonópolis, Luana destacou que sua atuação tem ênfase nos direitos de ingresso e permanência, tendo em vista que essas atividades desempenham um papel vital na para que os estudantes alcancem e concluam seus cursos.

Sobre as atividades mais notáveis do movimento estudantil na Universidade Federal de Rondonópolis a participante mencionou a organização de protestos e greves em defesa da educação pública, visando chamar a atenção das autoridades e da comunidade em geral para questões urgentes, como o financiamento insuficiente das instituições de ensino e precarização das condições de estudo. Dessa maneira o movimento estudantil vai na contramão das políticas neoliberais, atuando de forma a beneficiar não apenas aqueles que já são parte da universidade, mas também para aqueles que ainda virão a ser integrantes desse espaço.

O movimento estudantil trabalha ativamente na promoção de campanhas que informe sobre os direitos dos estudantes e outras questões educacionais. Isso inclui a divulgação de informações sobre programas de assistência estudantil, bolsas de estudo e outras formas de apoio financeiro, a fim de garantir que os estudantes tenham acesso às políticas estudantis que visam sua mais ampla participação da vida acadêmica em todas as suas formas.

De acordo com Luana, na UFR o Movimento Estudantil atua diretamente promovendo os direitos de permanência como questões centrais. Mas, além disso, há

reivindicação de moradia estudantil acessível, alimentação de qualidade no campus, transporte público adequado, programas de mobilidade, apoio, inclusão, projeto de extensão entre outros atendimentos que garantam aos estudantes se manter na instituição de ensino de maneira digna. Além disso, há uma organização frequente de eventos culturais, palestras e seminários para enriquecer a vida acadêmica e promover a troca de conhecimentos entre os estudantes.

Ao questionarmos sobre como se dá a participação dos jovens estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) Luana sinaliza que, de modo geral, há um bom número de estudantes que participam, principalmente nos eventos mais pontuais que anualmente vem ocorrendo. Ela pontua uma recorrente presença de jovens participando significativamente em variadas instâncias da universidade. Os centros acadêmicos, que representam diferentes cursos e áreas de estudo, desempenharam um papel essencial nesse contexto. Embora em alguns momentos ocorram embates e desacordos, é possível estabelecer diálogos construtivos. Esse alinhamento e colaboração entre diferentes pessoas que formam o movimento, demonstra a maturidade política dos estudantes e seu compromisso com as necessidades emergentes.

É fato que existe uma tentativa constante de manter a unidade, mas Luana informa que nem todos os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) definem diálogos práticos. Essas diferenças podem ser atribuídas a uma série de fatores, incluindo diferenças políticas e até o mesmo os desafios de comunicação. A diversidade de perspectivas e opiniões dentro do movimento estudantil pode, por vezes, criar complexidades que levam tempo para serem resolvidas.

Sobre sua experiência no movimento estudantil Luana salientou que é profundamente impactante e transformador. Ela argumenta:

Muitas vezes, as pessoas podem ver os líderes estudantis como referências ou modelos a seguir, mas, para quem está nessa posição, a perspectiva pode ser diferente. No meu caso, nunca me vi como uma referência, mas sim como alguém que tinha a coragem de defender ou que acreditava ser justo e necessário. A coragem sempre foi uma característica marcante em minha trajetória no movimento estudantil. Fui movida pela verdade de que alguém queria dar voz às questões que, talvez, muitos hesitaram em abordar. Assumi essa responsabilidade e fui à frente para expressar as preocupações e demandas dos estudantes. Essa coragem moldou minha abordagem ao lidar com divergências e opiniões divergentes, tornou-me resiliente. (LOPES, 2023).

De modo abrangente percebemos na fala de Luana que o significado de liderança no movimento estudantil vai além de ser um reconhecimento pessoal ou

uma figura de referência; trata-se de ter a coragem e representar as vozes muitas vezes silenciadas, de defender o que é urgente e importante, reforçando a ideia de que ser parte da liderança estudantil é buscar continuamente por melhores condições de funcionamento da universidade.

Para a jovem Luana, ser parte do movimento estudantil foi uma experiência marcada por momentos de solidariedade, unidade e impacto real nas políticas estudantis e na realidade da universidade. Seu objetivo não era ser reconhecida, mas atuar e promover algum efeito na situação que colocava em cheque a garantia da educação superior pública de qualidade. Um exemplo concreto disso foi a luta pelo preço acessível do Restaurante Universitário (RU) que ocorreu em 2018. Até hoje o RU na universidade Federal de Rondonópolis oferece refeições a preços acessíveis, e isso tem efeito direto das mobilizações daqueles que se dispuseram a lutar pela causa com responsabilidade política, mesmo que não tenha sido uma jornada isenta de desafios, já que Luana e os demais líderes do movimento naquele período (2018) enfrentou críticas, ameaças, processos administrativos intimidadores, confrontos verbais com discussões acaloradas e tentativas de prejudicar o desenvolvimento acadêmico dos envolvidos.

Direcionamos uma questão específica sobre os desafios de ser integrante do movimento estudantil e ao mesmo tempo estar cursando a graduação. Um dos maiores dilemas mencionados pela participante foi a conciliação da participação ativa no movimento com a continuidade das atividades acadêmicas regulares. Essa realidade, de acordo com Luana reverberou na vida de outros estudantes que também relataram não conseguir conciliar todas as demandas.

A necessidade de representar os interesses dos estudantes muitas vezes colidiu com o calendário acadêmico, por exemplo. Esta questão ficou especialmente evidente durante as greves, quando os estudantes se depararam com a decisão de como participar ativamente do movimento sem afetar seu desenvolvimento acadêmico. Ela relata que uma das estratégias adotadas para lidar com essa questão foi a tentativa de suspender os calendários acadêmicos durante os períodos de greve. Isso permitiria aos estudantes concentrar seus esforços na mobilização sem se preocupar com a perda de aulas e avaliações. Essa foi uma medida importante para permitir que os estudantes pudessem participar plenamente das ações do movimento.

No entanto, o medo de serem prejudicados de alguma maneira representou outro grande problema. A universidade, por abranger diferentes perspectivas políticas,



em diversos momentos encontra-se entre divergências, essas podem acontecer entre pares ou numa relação professor e estudante. Muitos estudantes hesitaram em diversos momentos, pois temiam consequências negativas em relação às notas, oportunidades acadêmicas e até mesmo na sua relação com a instituição.

Outro desafio substancial estava relacionado à disponibilidade de tempo dos estudantes para participarem ativamente da vida política no campus. A necessidade de conciliar a exigência das aulas, estudos e atividades políticas pode ser extremamente complexa. Alguns estudantes, assim como Luana, buscaram maneiras de estarem presentes se ocupando politicamente organizando sua participação em torno do limite dos 25% de faltas que são permitidas. Isso reflete a determinação dos estudantes em contribuir com o movimento, mesmo diante das restrições de tempo.

Em resumo, é nítido que os maiores desafios enfrentados pelo movimento estudantil incluem a conciliação com as atividades e exigências acadêmicas, o medo de serem prejudicados e a dificuldade de tempo para se dedicar as diversas ações que o movimento estudantil promove. Apesar desse cenário, Luana menciona que sempre houve um grande contingente de estudantes participando.

Em nossa indagação sobre a contribuição do movimento estudantil para a melhoria das condições de permanência dos estudantes na universidade, a resposta fornecida por Luana enfatizou sua relevância substancial. Ela destacou que o movimento estudantil desempenha um papel significativo nesse ponto específico, especialmente quando confrontado com ameaças como projetos de privatização e cortes orçamentários. Nessas situações, o movimento se mobiliza para enfrentar e resistir às agendas e políticas neoliberais que afetam a educação pública.

Além disso, outras demandas relacionadas à permanência dos estudantes têm origem nas articulações do movimento estudantil. Isso inclui a busca por gratuidade do RU, bem como iniciativas relacionadas a bolsas de estudo, cotas e outros programas de democratização do ensino superior na qual o movimento desempenha um papel de defesa dessas políticas. Outra necessidade mais recente, como o passe livre, também exemplifica o compromisso contínuo do movimento estudantil em melhorar as condições de permanência dos estudantes no âmbito da universidade. O passe livre é uma iniciativa que tem como fim último facilitar o acesso dos estudantes ao transporte público, reduzindo os custos associados ao deslocamento para seu local de estudo, uma tentativa de eliminar barreiras financeiras que podem impedir os estudantes de frequentarem as aulas e participarem da vida universitária.

Luana conclui essa parte de sua fala explicando que o movimento estudantil em Rondonópolis conquistou uma série de vitórias significativas ao longo de sua história, entre elas a implantação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o Passe Livre que ajudou a reduzir os custos de transporte público, a manutenção do preço acessível do Restaurante Universitário, a garantia do acesso a bolsas e auxílios estudantis e a até a criação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) na qual o movimento também apoiou.

Por mencionar as atividades operacionalizadas pelo movimento estudantil na Universidade Federal de Rondonópolis, questionamos se há diferenças nas frentes de atuações do movimento estudantil universitário e secundarista. Luana destaca que, embora em alguns momentos haja diferenças entre as demandas dos dois grupos, até mesmo em razão das entidades que os representa sendo o movimento estudantil secundarista representado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e o movimento estudantil universitário representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), as lutas e reivindicações de ambos frequentemente se entrelaçam.

O movimento estudantil abrange duas esferas, uma vez que as questões que afetam os estudantes secundários, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), as cotas e as mudanças no ensino médio, têm impacto direto na trajetória dos estudantes universitários. Portanto, embora as necessidades possam ser diferentes em alguns aspectos, as duas esferas do movimento estudantil muitas vezes atuam de mãos dadas, unidas pelo objetivo comum de melhorar a educação e as condições de ensino em todas as etapas.

A respeito de como se dá a participação dos estudantes no movimento estudantil em Rondonópolis Luana discorre que sempre foi um processo dinâmico. Como representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e envolvida na liderança do movimento, ela destaca que, muitas vezes, foi necessário um esforço para incentivar a participação dos estudantes, principalmente pelas questões já mencionadas como o medo de serem prejudicados no desenvolvimento acadêmico ou escassez de tempo. Ela argumenta que sempre foi comum observar uma maior participação estudantil durante os momentos de desafios mais imediatos. Quando surgiam ameaças quanto à qualidade do ensino ou questões que afetavam diretamente a vida dos estudantes, como os cortes orçamentários que sucateavam até os serviços mais essenciais, os jovens de diversos cursos demonstravam maior interesse em se mobilizar juntando-se aos protestos e ocupações.

No que diz respeito às rivalidades no movimento estudantil, Luana apresenta que elas são uma realidade presente em muitos contextos, incluindo o contexto local, ou seja, não há uma unidade para diversas questões que são discutidas. As divergências que ocorrem localmente fazem parte do todo, pois no âmbito geral da União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, durante as eleições, diferentes chapas representando juventudes de orientações políticas diversas concorrem com programas políticos e correntes ideológicas distintas. As eleições da UNE são marcadas por essa pluralidade de visões e abordagens, o que pode levar a competições acirradas e debates enérgicos.

É interessante notar que muitos jovens de diversas correntes ocupam cargos na UNE, incluindo representantes da União da Juventude Comunista (UJC), União da Juventude Socialista (UJS), Levante Popular da Juventude (LPJ) e outras organizações. Essa diversidade dentro da UNE reflete a pluralidade do próprio Movimento Estudantil nas universidades e demonstra que diferentes correntes podem coexistir e contribuir para a construção de uma representação estudantil abrangente. Essas divergências, embora desafiadoras, fazem parte da natureza democrática do movimento estudantil, onde a discussão de ideias e a busca por consenso são processos fundamentais para tomar decisões que representem verdadeiramente os interesses dos estudantes.

De forma ampla, entendemos por meio do diálogo com Luana que o Movimento Estudantil cumpre uma função muito importante na universidade, pois recorrentemente os estudantes envolvidos se apropriam de espaços de poder e promovem enfrentamentos que comprometam o funcionamento da universidade pública. O Movimento Estudantil incentiva a participação política dos jovens universitários pela defesa de questões que lhe interessam, principalmente o que diz respeito a garantia de direitos básicos de acesso e permanência.

Embora seja marcado por momentos de maiores e menores atuações e por divergências de opiniões, seu propósito fundamental é defender e promover os interesses e direitos dos estudantes, abrangendo o acesso a um ensino de qualidade e de caráter inclusivo. Este engajamento se manifesta na oposição a medidas de contingenciamento de recursos e processos de privatização da educação, na defesa da liberdade de ensino e na promoção da igualdade de gênero, bem como na luta contra o racismo sistêmico e tendências de caráter neoliberal.

### **3.7 – Contexto de constituição da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)**

De acordo com Benfica (2018), no início do século XIX e na primeira metade do século XX, houve tentativas isoladas e sem sucesso de estabelecer instituições de ensino superior em Mato Grosso. Somente obteve-se êxito após o aumento significativo da população em decorrência à política massiva de colonização no estado, que lançou apelos de diferentes setores da sociedade para a criação de cursos superiores, culminando na posterior fundação de duas universidades públicas (UFMT e UEMT) no estado que ainda não havia sido dividido.

Benfica (2018), sinaliza que desde o início do século XX, a implantação do ensino superior no Estado foi uma luta da sociedade mato-grossense, luta que envolveu estudantes, empresários e até membros do poder judiciário. No entanto, os discursos de poder adotados por membros influentes da sociedade, como empresários e membros do poder judiciário, sobre a defesa de que a Universidade Federal deveria ser implantada na capital do Estado, configuravam-se como um tabuleiro político. De acordo com o autor, o discurso daqueles que detinham o poder em Mato Grosso sobre a construção dos prédios da UFMT e da UEMT refletiram as estratégias de modernização do Estado. As universidades eram consideradas parte dos esforços para modernizar a região, de acordo com o projeto de desenvolvimento do regime militar. Portanto, o período de construção das cidades universitárias em Mato Grosso desempenhou um papel significativo ao conferir legitimidade política ao regime a nível local e ao alinhar o estado com o contexto do 'milagre econômico'.

Nesse sentido, Benfica (2018) sinaliza que o ensino superior em Mato Grosso foi inicialmente concebido com um foco específico para a formação de mão de obra, destacando a especialização nas competências técnicas em diversas áreas do conhecimento e na divulgação do conhecimento científico, em vez de abordar a responsabilidade de promover uma análise crítica da sociedade e da cultura local.

De forma progressiva, a sociedade mato-grossense foi construindo as bases do ensino superior no estado. Os anos de 1970 representaram um momento crucial para o ensino universitário em Mato Grosso, pois foi quando a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi instituída por meio da Lei nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970. A expansão da UFMT ocorreu de forma gradual. Nos primeiros anos, houve uma melhoria e desenvolvimento em sua infraestrutura, bem como a criação de centros. Durante as décadas de 1980 e 1990, foram fundados os Campi Universitários

do Médio Araguaia, Sinop e Rondonópolis (hoje Universidade Federal de Rondonópolis - UFR).

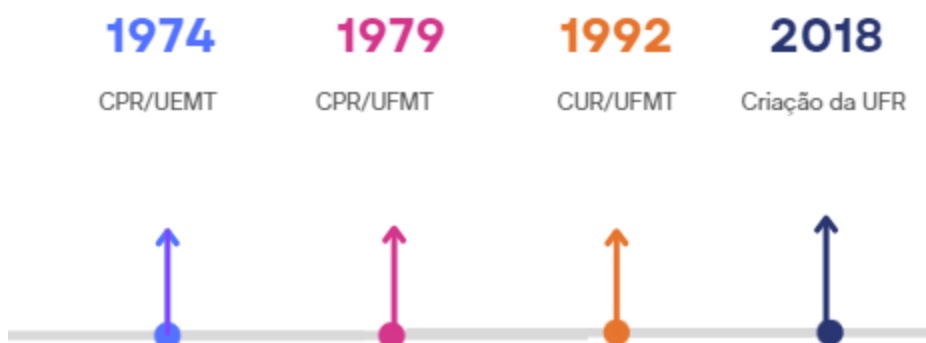
Os anos se passaram e em 2018 as regiões Sul e Sudeste de Mato Grosso testemunharam um acontecimento histórico: a fundação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), que foi estabelecida por meio da Lei nº 13.637 de 20 de março de 2018. O projeto para a criação da UFR foi desenvolvido ao longo de aproximadamente uma década, tendo sido apresentado à Câmara dos Deputados em setembro de 2005. Esse processo marcou o início da transformação do Centro Universitário de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso (CUR-UFMT) em uma instituição independente a Universidade Federal de Rondonópolis.

No entanto, a instituição efetiva da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) ocorreu quando sua reitoria foi nomeada e a instituição foi registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A Profa Dra. Analy Castilho Polizel de Souza assumiu o cargo de Reitora Pro-Tempore da UFR em 10 de dezembro de 2019, conforme a Portaria MEC nº 2.122, que foi assinada pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O Projeto de Criação e Implementação da Universidade Federal de Rondonópolis<sup>23</sup> apresenta que a história da UFR tem início na década de 1970, quando foi pleiteado junto às autoridades a criação de cursos de educação superior na cidade. Nesse sentido, foi decretada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador do Estado do Estado de Mato Grosso a Lei nº 3.575 de 02 de dezembro de 1974, que criou o Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR) vinculado à antiga Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em decorrência da divisão do Estado de Mato Grosso, o CPR foi federalizado e incorporado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 1979. Em 1992, após uma reestruturação organizacional, o CPR foi transformado em Campus Universitário de Rondonópolis (CUR) da UFMT. Assim, o Campus Universitário de Rondonópolis (CUR) foi criado e homologado em 31 de março de 1976, mediante a Resolução nº. 01/76 do Conselho Universitário da então Universidade Estadual de Mato Grosso.

---

<sup>23</sup> <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/01/Projeto-UFR.pdf>

**FIGURA 1** - Marcos da Universidade Federal de Rondonópolis

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

A Universidade Federal de Rondonópolis é a segunda universidade pública federal do Estado de Mato Grosso e sua trajetória, conforme mencionamos, possui mais de 40 anos e sua história é marcada por lutas, engajamento social e político. Atualmente possui 19 cursos de graduação e 13 de pós-graduação distribuídos em quatro institutos/faculdades sendo seis mestrados, cinco especializações e duas residências. Possui aproximadamente 4300 estudantes entre os matriculados na graduação e pós-graduação, 290 docentes efetivos e 81 técnicos-administrativos em seu quadro de servidores. (CPA/UFR 2021-2023)<sup>24</sup>.

O Centro Pedagógico de Rondonópolis desde sua criação esteve provisoriamente localizado em escolas estaduais. Ficava evidente a necessidade de um lugar adequado para construção de um prédio próprio. De acordo com Moreira (2017), no início da década de 1980, o diretor do CPR (Centro Pedagógico de Rondonópolis) iniciou uma busca por proprietários de terras que pudessem doar terras para estabelecer uma unidade de ensino. A primeira área de terra oferecida para a criação do Centro Universitário foi uma doação de José Salmen Ranze. Essa área estava localizada no oeste do município, próxima à entrada da cidade que dá acesso à BR-364, no entanto, essa iniciativa não se concretizou. Posteriormente, foi cogitada a ideia de levar o Centro Universitário para a fazenda velha do Marechal Cândido Rondon no Lourencinho, o que também foi descartada, em razão do trânsito na região que seria intenso.

De acordo com Moreira (2017), os professores Etewaldo e Antônio Gonçalves Vicente (Tati) buscaram os Srs. Áureo Candido da Costa e Willian de Moraes, que

<sup>24</sup> <https://ufr.edu.br/cpa/wp-content/uploads/2022/03/Projeto-UFR-2021-2023.pdf>

eram associados e detinham a propriedade da Fazenda Poroxo<sup>25</sup>. Eles efetuaram uma doação de terrenos para a criação do Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR), localizado às margens da rodovia que liga Rondonópolis a Guiratinga (imagem 10). Inicialmente, o centro universitário passou por dificuldades de crescimento em razão da falta de investimento do governo federal, além de outros problemas decorrentes da carência de infraestrutura e serviços.

**IMAGEM 10** – Área doada para o Centro Universitário de Rondonópolis – novembro de 1980



Fonte: Núcleo de Documentação histórica Otávio Canavarros (NDHOC - Org. MOREIRA, R.R (2017)

Moreira (2017) destaca que a área do campus quando foi doada era uma gleba de terra bruta, mas foi sendo desenvolvida. Atualmente, é responsável por grande parte do crescimento de Rondonópolis (imagem 11). A autora explica que seu desenvolvimento se deu a passos lentos, programas governamentais como BID MEC I, BID MEC II e BID MEC III (Banco Internacional de Desenvolvimento) auxiliaram em sua edificação. Aos poucos, o centro pedagógico foi evoluindo, construindo novos espaços, implantando novos cursos, até que em 1992 CPR foi transformado em

---

<sup>25</sup> Moreira (2017): Essa fazenda se chamava Poroxo (nome indígena) que tinha o nome do córrego, hoje a fazenda se chama Pé de Jaca. Essa área toda pertencia a uma firma chamada Pirizilopes com sede em Guiratinga, eles ficaram devendo impostos e a área foi a leilão e foi arrematada e depois a Imobiliária Aurora que adquiriu essa área em 1950.

Centro Universitário de Rondonópolis (CUR) devido à política de reorganização administrativa da UFMT.

**IMAGEM 11** – Centro universitário de Rondonópolis em 2004



Fonte: Google Earth (2017)/ Org. MOREIRA, M. R. R

Moreira (2017) ao pontuar a evolução do Centro Universitário de Rondonópolis, sinaliza que:

Nos anos de 1970, foram implantados 02 cursos, em 1980, outros 6 cursos. Na década de 1990, foi implantado apenas um curso. A partir dos anos 2000, houve um reforço substancial na criação de novos cursos, quando foram acrescentados mais 10 cursos, sendo um de mestrado. É dessa década a implantação de cursos da área tecnológica, da área de saúde, e outros bacharelados. (MOREIRA, 2017, p. 67)

Conforme a autora, a evolução do campus foi gradativa, e a implantação de novos cursos seguiu o mesmo fluxo, tendo um salto maior nos anos 2000 quando o governo destinou maiores recursos na educação. Com isso, o campus da UFMT em Rondonópolis passou a atender estudantes de outras regiões, além dos locais, a demanda aumentou a partir de 2010, com a implantação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) na qual outros seis cursos foram implantados, incluindo o mestrado em Geografia. Hoje, como universidade emancipada a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) possui um campo mais estruturado (imagem 12) e possui na sua grade 19 cursos regulares de graduação e 13 cursos de pós-graduação.



**IMAGEM 12** – Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) em 2023



Fonte: Organizado pela autora da pesquisa por meio do Google Earth (2023)

**FIGURA 2** – Mapa do campus da UFR



#### Mapa do Câmpus

- 1 Guarita
- 2 Bloco Administrativo - Registro Escolar; Reitoria e Vice-Reitoria
- 3 Restaurante Universitário - RU
- 4 Biblioteca
- 5 Quadra de Esportes
- 6 Bloco A - Coordenações de: Biblioteconomia, Letras Inglês, Letras Português, Geografia, História, Matemática, Biologia, Pedagogia, Sistemas de Informação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração; PROPPIT
- 7 Bloco B - Coordenação de Psicologia, CEPRAPSI
- 8 Bloco C - Coordenações de: Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Mecânica e Zootecnia
- 9 Bloco D - Coordenações de: Enfermagem e Medicina; PROEG
- 10 Bloco E
- 11 Centro de Vivência
- 12 Anfiteatro
- 13 Assistência Estudantil, PROECE.
- 14 CELIG

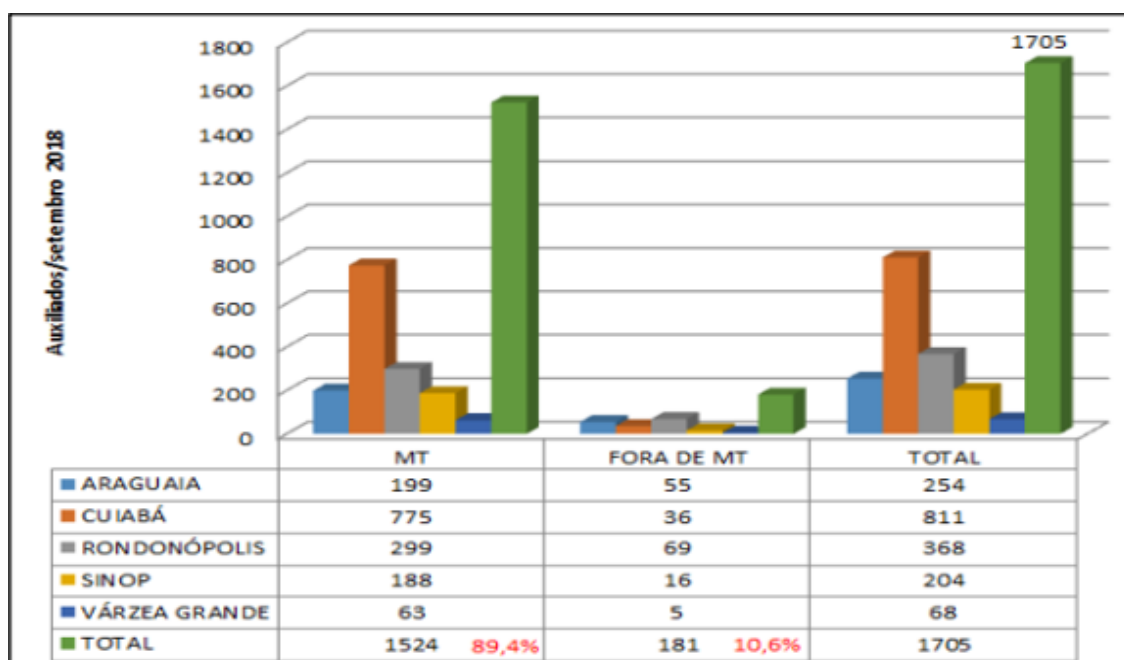
Fonte: Organizado pela autora da pesquisa por meio do folder digital de boas-vindas UFR (2023)

### 3.8 – Perfil dos estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)

Em relação ao perfil dos estudantes atualmente matriculados na UFR, justificamos a obtenção dos dados a seguir com base no documento elaborado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 2018. Esse documento apresentou um levantamento abrangente das características dos estudantes de graduação da UFMT, abrangendo todos os seus campi, que no período incluía o campus de Rondonópolis. Decidimos utilizar esses dados pelo fato de que a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), por ter obtido sua emancipação recentemente, ainda não realizou um levantamento semelhante sobre o perfil de seus estudantes.

Conforme o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da UFR em 2021, a instituição conta com 4.300 estudantes, sendo a grande maioria oriunda do próprio Estado de Mato Grosso, embora também haja estudantes de outros estados. De acordo com o gráfico abaixo, em Rondonópolis, no ano de 2018, 69 estudantes eram provenientes de estados fora de Mato Grosso.

**GRÁFICO 7 –** Distribuição geográfica dos estudantes da UFMT/ROO em 2018



Fonte: MOTA, T. E. F (2018)

No período mencionado (2018), em relação à faixa etária dos estudantes matriculados na UFR, observou-se o seguinte perfil: 2% tinham idades abaixo de 17 anos, 63% estavam na faixa etária entre 18 e 24 anos, enquanto 34% possuíam 25

anos ou mais. No que diz respeito à forma de ingresso na instituição, a maioria dos estudantes (62%) entrou por meio da ampla concorrência, enquanto 38% ingressaram por meio das cotas. Quanto ao gênero dos graduandos, 46% eram do sexo masculino, enquanto 53,7% eram do sexo feminino.

No que diz respeito à renda per capita dos graduandos, 77% possuíam renda de até 1 e meio salário mínimo, 14% tinham renda entre mais de 1 e meio a 3 salários mínimos, 6% possuíam renda superior a 3 salários mínimos e meio, e 4% não responderam a essa questão. No que se refere à autodeclaração racial, 2% se identificaram como amarelos, 37% como brancos, 46% como pardos, 1% como pretos quilombolas, 11% como pretos não quilombolas e 2% não forneceram essa informação.

Em resumo, os dados apresentados sobre o perfil dos estudantes matriculados na UFR no período analisado indicam que a maioria dos estudantes são pessoas jovens, pretas e pobres (pretos e pardos 58%). A universidade abriga estudantes de diferentes idades, e uma representação equitativa entre os gêneros masculino e feminino. No entanto, quanto a composição entre aqueles que ingressaram pela ampla concorrência e os que acessaram a instituição por meio de políticas de cotas há uma disparidade mais expressiva. No que se refere à autodeclaração racial, a UFR conta com uma diversidade de grupos étnico-raciais, destacando-se a presença significativa de estudantes pardos. A maioria dos graduandos possui renda per capita de até 1,5 ciclos mínimos, refletindo os desafios socioeconômicos enfrentados por muitos estudantes que compõe a universidade. A partir dos dados mencionado, observamos a importância da Universidade Federal de Rondonópolis enquanto espaço de inclusão e oportunidade para uma variedade de perfis estudantis.

## **CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA**

### **4.1 – Caracterização da pesquisa**

O contexto sócio-político atual é uma referência importante para esta investigação, de modo que se constitui num importante ponto de inflexão. Levando em consideração o movimento das ideias neoliberais que visam o desmonte da Universidade pública, essa pesquisa dialoga inicialmente com a importância dessa instituição e dos auxílios estudantis para os jovens da UFR.

Mayorga e Vieira (2019) apontam que a articulação entre juventude e política se configura e se reconfigura constantemente. Nesse sentido, nossa questão principal, é compreender a forma como os jovens da UFR percebem a política, levando em consideração sua influência nos acontecimentos sociais e suas interferências diretas sobre a universidade, seja na produção de conhecimento, ou no acesso de grupos menos privilegiados.

O desenho temático e metodológico da pesquisa trouxe a necessidade de se pensar a relação da juventude com a política, ou seja, nos levou a analisar como os jovens que vivem sob o contexto neoliberal e de cortes nos gastos públicos, se alinham ou não a esses discursos e ações. Como se posicionam frente a uma visão ultraliberal de mercado, que utiliza o falacioso discurso da meritocracia para se contraporem às ações afirmativas e promoverem uma necropolítica que abjetifica os corpos não privilegiados? O que pensam esses jovens sobre a conjuntura local-global em que vivem?

Iniciamos a pesquisa nos apoiando em Mota (2018) para analisar como se construiu a universidade pública no Brasil, sua finalidade primeira e a quem foi destinada. Pensamos junto com Brandão (2002) a ideia de educação e os diversos espaços em que ela acontece. Utilizamos os estudos de Gentili (1996) para discutirmos sobre neoliberalismo e seus efeitos na educação. Recorremos a Achille Mbembe para apreendermos como, a partir de posições socioeconômicas, os jovens são alvos da necropolítica. Os estudos sociológicos representados por Groppo (2015), Mayorga (2012) e Pais (1990) para discutirmos o conceito de juventude. Buscamos entender a partir de Chauí (2002) e Arendt (2002) os conceitos de política e participação. E nos alinhamos a Gohn (2018) e Fiegenbaum; Scheneider; Machado (2012) para entender como se dá as novas formas de participação política da juventude.

É importante sinalizar alguns pontos relevantes sobre a concepção de Juventude adotada. Partimos da perspectiva de que não há uma “natureza” ou uma “essência” em ser jovem, mas sim uma construção histórica e social. Nos orientaremos a partir de Pais (1990) que explica a concepção de juventude não como uma categoria social dada, mas como uma construção. Portanto, fazemos um exercício de desnaturalização ao se estudar juventude, visto que é um conceito construído histórico e socialmente.

Outro ponto de relevância quanto ao conceito de juventude discutido na pesquisa é a sua dimensão, corriqueiramente compreendida de forma universal e unitária. Dialogamos sob um ponto de vista de que as trajetórias dessa experiência (da juventude) são fluidas e não padronizadas. Para tanto, Groppo (2015); Pais (1990); Mayorga (2012) nos oferecem meios para se pensar essa conceituação de forma abrangente, tendo em vista que esses autores levantam uma discussão de juventude como uma experiência heterogênea, considerando marcadores de diferenças, pensando as juventudes como um lugar de experimentações e não apenas como uma fase vivida de modo universal e homogêneo.

Para a ideia de Participação Política da Juventude, nosso ponto de partida se dá pelas concepções de Gohn (2018) e Fiegenbaum; Scheneider; Machado (2012). Esses estudos nos permitiram estudar e debater as práticas políticas da juventude sob diferentes ângulos, a ponto de servir como aparato para desconstruir a ideia de que juventude e política são ou estão em eixos distantes. Tais autores e autoras consideram as ações e subjetividades dos sujeitos jovens como pontos importantes para a percepção do movimento em favor de causas coletivas.

Tendo em vista o retrocesso político que nossa sociedade tem vivenciado, principalmente pelo ressurgimento de políticas de exceção, contestamos a ideia de “total apatia política dos jovens” ou “rebeldia pela rebeldia” e levantamos algumas questões. Será que as greves provocadas pelos jovens são uma demonstração de rebeldia? Ou a situação é que os convoca para a subversão? Pois, como ficar atônito diante do avanço neoliberal articulado e projetado intencionalmente? Como não agir diante desses discursos para a Universidade Pública, que visam o desmonte para implementação de projetos de privatização?

Para tais discussões, nos embasamos em Gentili (1996; 2001) que nos possibilitou articular o eixo da discussão e compreender de que maneira o discurso neoliberal promove ataques à educação e situarmos como a juventude se mobiliza

diante desses ataques. Nos apoiamos ainda em Mbembe (2016) para articularmos a dimensão da necropolítica projetada para excluir sujeitos permeados por vulnerabilidades do espaço da universidade, pois à medida que arquiteta cortes na educação que pulveriza as assistências estudantis, acarreta uma série de preocupações financeiras e psicológicas que podem até levar à morte de estudantes que dependem dessas políticas para se manterem na universidade. Uma verdadeira política de exclusão dos corpos abjetos (Butler, 1997).

É nesse sentido que nossa investigação se justifica, partimos da premissa de analisar a relação de jovens universitários com a política, visto a importância desse tema em relação ao cenário político atual. Desse modo, conseguimos englobar em nossa discussão, a partir do questionário aplicado, as questões que impulsionam ou não os universitários a se organizarem de forma coletiva para defender pontos cruciais acerca da educação e da universidade pública.

## **4.2 – Participantes**

Registramos um total de onze participantes, ambos jovens universitários que consentiram participar da pesquisa. Os critérios considerados foram jovens da UFMT/Rondonópolis/UFR (matriculados e egressos) de diferentes identidades de gênero, etnias, orientações sexuais e alinhamento político.

## **4.3 – Procedimentos de pesquisa**

De acordo com Marconi e Lakatos (2003) as metodologias de coleta de informações abrangem um conjunto de diretrizes ou procedimentos que auxiliam a comunidade científica na realização de suas finalidades. Nesse sentido, sinalizamos que a pesquisa bibliográfica ocorreu durante todo o percurso do estudo, com o objetivo de fundamentar teoricamente a pesquisa. Essa modalidade de pesquisa foi empregada com o objetivo de trazer o contexto sócio-histórico do tema pesquisado.

Os procedimentos técnicos deste estudo trataram-se de pesquisa documental, bibliográfica e entrevista com uma líder estudantil local, pois coletamos informações em dados primários como relatórios e também recorremos ao referencial bibliográfico disponível para articulação de conceitos importantes na investigação. Quanto ao método de abordagem do problema tratou-se da modalidade qualitativa visto que trabalhamos com formulários para explorar a subjetividade dos jovens da UFR a

respeito de política e sua participação. Fizemos análise de conteúdo para examinar os textos que os participantes construíram sobre suas experiências. Esses métodos se adequam com a pesquisa qualitativa, pois usam dados não numéricos para explorar um tópico.

Acredito que a pesquisa qualitativa é o método mais adequado para minha pesquisa, pois me permitirá obter uma compreensão mais profunda das experiências humanas e dos significados das ações humanas.

Para coletar os dados relacionados ao nosso problema de pesquisa, construímos um questionário pela plataforma *Google Forms* contendo 20 perguntas abrangendo tanto aspectos estatísticos quanto questões de natureza subjetiva. Considerando o cenário pandêmico ocasionado pela Covid-19 e as alterações trazidas junto a isso, nossa estratégia foi realizar os contatos com os participantes de forma online (*whatsapp*) o que nos permitiu a distribuição do questionário de forma dinâmica. Nesse sentido, mesmo após o controle da pandemia, continuamos nossa comunicação dessa maneira, tendo em vista que não conseguiríamos tempo suficiente para iniciar, por exemplo, grupos focais ou entrevistas.

Desse modo, a divulgação do questionário foi realizada por meio de um *link* enviado pelo *Whatsapp*® aos grupos da UFR, precedido de explicações sobre as razões e a finalidade da pesquisa. Junto foi anexado ainda o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) explicando a liberdade em retirar o consentimento a qualquer momento, além dos riscos, benefícios e os objetivos do estudo. O questionário ficou disponível entre os meses de maio a agosto e apenas poderia ser avançado ao passo que houvesse o aceite do termo. Além disso, após preencherem, os participantes receberam uma cópia de suas respostas em seus e-mails para a conferência de suas respostas.

No que se refere aos participantes, conseguimos 11 (onze) participantes, todos foram estudantes da UFR de diferentes identidades étnicas, orientação sexual e de gênero e de diferentes períodos de formação na instituição. Foram adotados os devidos procedimentos éticos exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), de modo que a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê da Universidade Federal de Rondonópolis, obtendo-se aprovação conforme Parecer Consubstanciado n.º 5.504.224, de 01/07/2022.

A utilização do questionário, como instrumento de obtenção de dados, teve o intuito de conhecer a percepção de política dos jovens da UFR e a influência que ela

possui enquanto acadêmicos de uma universidade pública. Com isso, objetivamos compreender como se posicionam frente as ameaças de desmonte da universidade pública.

#### **4.4 – Cuidados éticos, riscos e benefícios da pesquisa**

A pesquisa abordou riscos leves e moderados, limitados à ansiedade dos participantes devido às questões sobre Assistência Estudantil. A pesquisadora garantiu a confidencialidade das informações e comprometeu-se a usá-las apenas para fins científicos, evitando a divulgação de dados pessoais. Foram tomadas medidas para evitar violação de dados, como o armazenamento offline com senha. Todas as informações foram restauradas de plataformas virtuais e dispositivos pessoais após a coleta. Os participantes tiveram a opção de usar nomes fictícios para maior segurança. A pesquisa contribuiu para a reflexão sobre políticas atuais e seu impacto na acessibilidade à universidade para grupos diversos. A divulgação dos resultados será feita sem revelar nomes pessoais ou informações privadas dos participantes, em eventos ou revistas científicas.



## CAPÍTULO 5 – ANÁLISE QUALITATIVA

### 5.1 – O que pensam os jovens da UFR sobre a política?

Conforme mencionamos, o questionário aplicado conteve 20 perguntas. Iniciamos com questões gerais sobre identificação de cada participante, e posteriormente, evoluímos para o sentido do problema da pesquisa em si. Os participantes tiveram a opção de utilizar seus nomes reais ou fictícios, portanto não é possível afirmar aqui quais nomes são reais e quais são fictícios. Dessa forma, os participantes foram os seguintes: Aline, Aurélia, Erli, Eriane, Erick Eduardo, Gonara, Mauro, Marcos e Marcos Vinícius Ana Beatriz e Alana.

A tabela a seguir apresenta uma análise mais detalhada dos participantes da pesquisa, considerando marcadores como idade, cor, gênero, formação acadêmica e média de renda mensal durante a graduação. Esses dados são relevantes para conhecermos questões mais gerais dos participantes que contribuíram com essa pesquisa.

**TABELA 1** – Contextualização sócio-histórica dos participantes

IDADE	COR	GÊNERO	FORMAÇÃO	MÉDIA DE RENDA MENSAL DURANTE A GRADUAÇÃO
29	Pardo	Masculino	Professor	De 02 a 03 salários mínimos
29	Branca	Hetero	História	Até 01 salário mínimo
26	Preto	Não-binário	História	De 02 a 03 salários mínimos
25	Parda	Feminino	História	Até 01 salário mínimo
27	Branco	Homem Cis	História	Até meio salário mínimo
27	Negra	Feminino	História	Até 01 salário mínimo
31	Branco	Masculino	Administração	De 02 a 03 salários mínimos
24	Pardo	Homem	Administração	De 02 a 03 salários mínimos
31	Pardo	Masculino	Contábeis	De 02 a 03 salários mínimos
25	Negra	Mulher cis	História	Até meio salário mínimo
25	Parda	Feminino	Administração	Até meio salário mínimo

Fonte: Dados obtidos pelo questionário elaborado e aplicado aos participantes (2023).

Em relação à média de renda mensal durante a graduação, exposto na tabela acima, identificamos que, em conjunto, 54,6% dos participantes apresentaram rendas moderadamente baixas. Esses resultados indicam que o perfil dos participantes se coaduna com o perfil dos estudantes da instituição apresentado abaixo (gráfico 8) na qual juntos 54,6% dos estudantes indicaram a necessidade de bolsas e auxílios para

cursarem suas graduações. Além disso, 9,1% afirmaram não ter obtido acesso aos referidos auxílios, enquanto 36,4% afirmaram não necessitar deles.

As políticas neoliberais, conforme pontuou Gentili (2006) têm influência direta sobre isso, pois na lógica neoliberal, se difunde a ideia de que uma sociedade pode ser democrática mesmo com a inexistência de mecanismos e critérios que promovam uma igualdade.

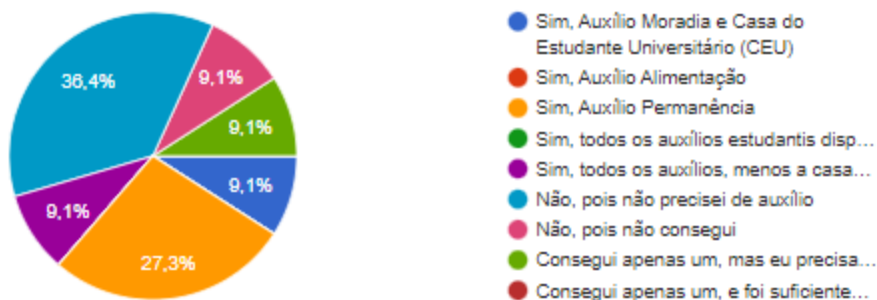
A diminuição dos recursos destinados às bolsas e auxílios leva à definição de critérios de priorização de maior índice de vulnerabilidade para determinar a elegibilidade dos estudantes como beneficiários desses recursos. Esses dados revelam que os cortes nos recursos destinados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e à universidade pública como um todo têm um impacto direto na qualidade do ensino e na vida dos estudantes que são assistidos pelas políticas estudantis.

### GRÁFICO 8 – Acesso aos auxílios estudantis

7 - Durante sua graduação, você teve acesso a algum tipo de auxílio estudantil?

Quais?

11 respostas



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pela autora do estudo (2023)

Considerando que as bolsas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nem sempre são suficientes para atender à demanda dos estudantes, é importante mencionar que as bolsas financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como o Programa de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Residência Pedagógica (PRP), representam recursos que podem auxiliar a suprir essa demanda. A análise do gráfico 9 revela um número significativo de estudantes que foram beneficiados por essas bolsas. No entanto, é

importante ressaltar que, por estarem vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), essas bolsas também podem ser afetadas negativamente por políticas de cortes orçamentários.

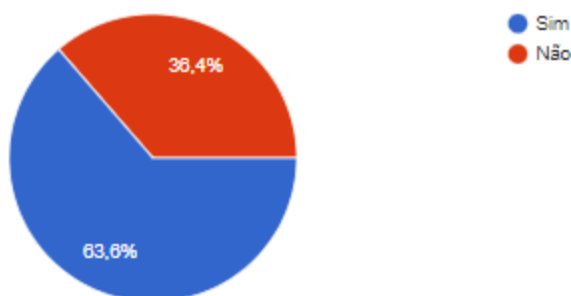
No ano de 2021, conforme divulgado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) diversas universidades<sup>26</sup> registraram a ocorrência de significativos atrasos nos pagamentos destinados aos bolsistas dos programas PIBID e Residência Pedagógica. Situações como esta, se reverberam tanto na dificuldade de permanência, já que a bolsa fornece um importante subsídio, como também afeta a formação de estudantes das licenciaturas. Isso porque bolsistas do PIBID e do PRP atuam em escolas da Educação Básica, contribuindo com projetos e atividades educativas que complementam a sua formação enquanto docentes.

Assim como os auxílios disponibilizados pelo Pnaes, as bolsas da Capes também oferecem suporte à permanência e ainda contribui com a ciência e a formação docente. Ambos são gravemente afetados nas práticas de contingenciamento e isso se reflete na vida de muitos estudantes, que na ausência dos recursos precisam recorrer ao mercado de trabalho, que possui horários rígidos não permitindo ou dificultando a vivência acadêmica.

### GRÁFICO 9 – Participação em programas de bolsas financiadas pela CAPES

8 - Durante sua graduação você participou de algum programa de Bolsa de Iniciação ex. PIBIC, PIBID, RESIDÊNCIA etc.

11 respostas



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pela autora do estudo (2023)

No atual quadro de ingressantes as universidades públicas, há um contingente considerável de estudantes provenientes das classes trabalhadoras, na qual em

<sup>26</sup> <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/mEC-nao-pagou-as-bolsas-de-formacao-docente-da-capes-em-setembro1>

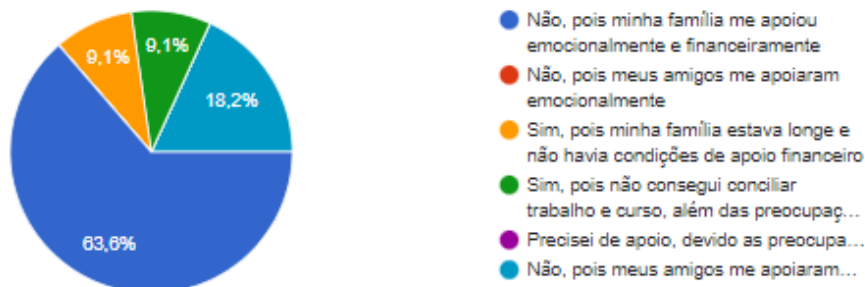
grande não conseguem apoio financeiro de suas famílias ou outras pessoas nas cidades onde realizarão seus estudos, principalmente quando vêm de outras regiões ou estados. Nesse contexto, os auxílios e bolsas desempenham um papel fundamental para a conclusão do curso, uma vez que proporcionam condições básicas, como moradia e alimentação.

Quando questionados sobre a necessidade de apoio psicológico durante a graduação, 18,2% dos participantes afirmaram sua necessidade, as causas se deram principalmente em decorrência das preocupações financeiras e da distância familiar (gráfico 10). No entanto, é importante destacar que mesmo aqueles que responderam não necessitar de apoio psicológico relataram recorrer aos amigos, sendo que 18,2% indicaram ter recebido apoio emocional deles. Ademais, 63,6% dos participantes mencionaram ter recebido apoio da família.

#### GRÁFICO 10 – Utilização de serviço de apoio psicológico

9 - Durante a sua graduação, você precisou utilizar o serviço de apoio psicológico?

11 respostas



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pela autora do estudo (2023)

Quando questionados sobre a necessidade de realizar trabalho remunerado durante a graduação, os resultados do gráfico 11 mostram que 36,4% dos participantes não precisaram trabalhar, uma vez que tiveram acesso aos auxílios disponíveis. Outros 18,2% responderam que não devido apoio financeiro de suas famílias. Entretanto, aproximadamente 27,3% dos estudantes precisaram trabalhar, uma vez que não conseguiram acesso aos auxílios disponíveis, enquanto apenas 18,2% afirmaram ter trabalhado por opção, sem buscar os auxílios.

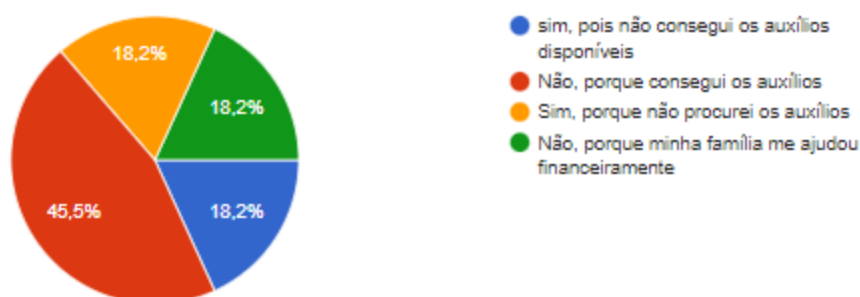
Esses resultados destacam duas questões relevantes. Em primeiro lugar, reforçam a premissa de que os auxílios estudantis desempenham um papel fundamental para uma experiência universitária mais completa, permitindo que os

estudantes se dediquem às demandas acadêmicas, participem de eventos e atividades extracurriculares sem a interferência de compromissos de trabalho. Em segundo lugar, evidenciam a insuficiência na provisão dos recursos destinados aos auxílios estudantis para atender a todos aqueles que dependem desses recursos. Nesse sentido, os cortes contínuos orquestrados na educação agravam ainda mais a distribuição desses recursos.

### GRÁFICO 11 – Necessidade de trabalho remunerado durante a graduação

10- Durante a graduação, você precisou trabalhar para se manter?

11 respostas



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pela autora do estudo (2023)

Considerando a relação entre a juventude e a política no contexto socioeconômico e cultural, foram formuladas perguntas de natureza subjetiva. Entre elas, perguntamos sobre os potenciais impactos dos cortes nos investimentos em educação, bem como as questões relacionadas às políticas afirmativas e de assistência estudantil. A participante Eriane apresentou a seguinte afirmação:

É péssimo, tendo em vista que a Assistência Estudantil é um direito, conquistado através de muitas lutas sejam elas da Casa dos Estudantes Universitários e da comunidade discentes, entre outros autores. Impacta na entrada dos estudantes pobres na graduação e sua permanência na universidade, o corte é político e afeta estudantes que precisam dos auxílios para sobreviverem. Exatamente afeta, cortar os gastos públicos é dizer que pobre não deve permanecer em uma universidade pública. Para ele às vezes fica o financiamento seja pelo ProUni ou outros programas. (ERIANE, 2023).

Na expressão da participante, observa-se a percepção aguçada acerca dos efeitos das políticas de contingenciamento no campo da educação sobre os estudantes. Tendo em vista que na realidade da Universidade Federal de Rondonópolis, segundo os dados da V pesquisa da Andifes realizada em 2018 sobre perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais, 75% dos

estudantes que ingressaram pela ampla concorrência recebiam até um salário mínimo e meio per capita, enquanto para aqueles provenientes de cotas o percentual para esse valor foi de 87%.

Outro aspecto relevante de seu posicionamento diz respeito à concepção da Assistência Estudantil como um direito conquistado, cujo reconhecimento ocorreu efetivamente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece o princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na educação, bem como a garantia de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2007, por meio do Decreto nº 7.234/2010, reforçou a importância da Assistência Estudantil como política de inclusão e apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade, visando garantir sua permanência e êxito acadêmico.

Outro posicionamento relevante é expresso por Gonara, que sustenta a seguinte afirmação:

Fazer uma graduação gera custos financeiros e emocionais. A universidade exige tempo no qual conciliar trabalho e estudos é quase impossível, se quisermos seguir com ensino, pesquisa e extensão, além de toda uma vivência dentro do cosmos que é a universidade. Por isso acredito que sim, esses cortes são uma forma de desmontar a universidade da maneira que é! No momento que temos mais pessoas de diferentes classe/raça/gênero, ou seja, colorindo a universidade, esse tipo de corte impede que essas pessoas consigam permanecer na universidade, morar, comer e estudar (como ter acesso a livros/xerox, entre outras coisas). A permanência é fundamental! (GONARA, 2023).

Na concepção de Gonara, destacam-se diversos aspectos que merecem atenção. Um deles refere-se aos custos gerados ao se cursar uma graduação, abrangendo tanto os aspectos financeiros quanto emocionais. Essa perspectiva encontra ressonância no gráfico 9 apresentado anteriormente, o que indica que, embora em número reduzido, alguns estudantes sentem a necessidade de buscar apoio psicológico durante a graduação.

Além disso, um ponto relevante de reflexão está relacionado às vivências no ambiente acadêmico. Para participar dessas experiências, é necessário dedicar tempo, o qual muitas vezes entra em conflito com os horários rígidos do mercado de trabalho. Nesse contexto, a oferta de bolsas e auxílios torna-se essencial para permitir que os alunos possam usufruir das oportunidades de extensão oferecidas. Outra observação de Gonara diz respeito aos cortes de recursos, que são percebidos como

uma tentativa de precarizar a universidade em um momento em que diversos grupos sociais ocupam esse espaço.

A participante Aurélia também expressa preocupação com a gravidade dos cortes de recursos, considerando o contexto atual das universidades, que abrigam diferentes grupos e classes sociais. De acordo com a sua perspectiva:

Muitos jovens na universidade pública vêm de família baixa renda, não tem condições de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, e sem os programas de assistência surgem muitos casos de desistência. (AURÉLIA, 2022).

Essa afirmação encontra respaldo nos dados apresentados no relatório do Censo da Educação Superior de 2021<sup>27</sup> divulgados pelo Inep que coletou informações dos anos de 2020 e 2021<sup>28</sup>, o qual revelou um elevado número de desistências nas universidades públicas, tendo em vista que no período investigado, apenas 16,5% dos estudantes concluíram seus cursos.

O participante Erli destaca que

Esses cortes afetam negativamente os estudantes. Sei da importância dessas políticas, pois elas promovem a igualdade e também a oportunidade no combate à exclusão social. (ERLI, 2023).

Essa afirmação enfatiza a adesão das políticas estudantis na garantia de uma universidade equânime, onde a oportunidade de acesso e participação seja possível a todos, independentemente de suas origens socioeconômicas.

Na mesma perspectiva, a participante Aline é categórica ao expressar o seguinte posicionamento:

Com toda a certeza os cortes nos gastos públicos afetam as políticas afirmativas e de assistência estudantil, o que aliás, muitos estudantes dependem para a permanência na Universidade que é pública. Esses cortes só evidenciam que a educação nesse sistema neoliberal é vista como um serviço e não como direito. Precisamos lutar pelas políticas públicas e por uma educação que não esteja entrelaçada nesse molde neoliberal. (ALINE, 2023)

O posicionamento de Aline está diretamente ligado ao que Gentili (2006) sinaliza quando discute os impactos do neoliberalismo no setor educacional e argumenta que uma das características desse modelo é a tendência de transformar a

---

<sup>27</sup>[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf)

<sup>28</sup>

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf)

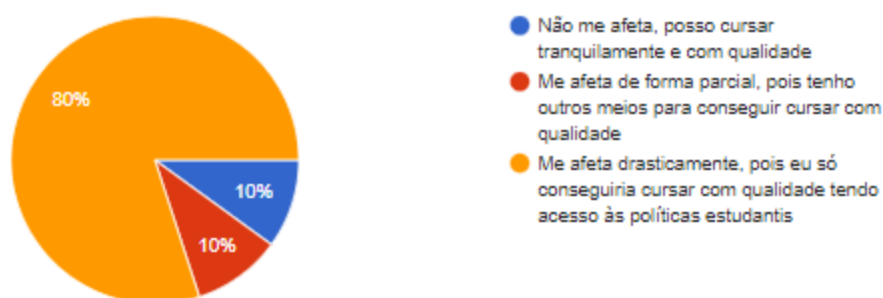
educação em mercadoria a ser consumida e comercializada, em vez de ser vista como um bem social e um direito humano fundamental.

As respostas fornecidas pelos participantes em relação aos cortes na educação superior pública foram sintetizadas no gráfico apresentado abaixo (gráfico 12). Ao serem questionados se esses cortes poderiam impactar sua permanência na universidade, cerca de 80% dos participantes indicaram que seriam de forma significativa, pois consideram que o acesso às políticas estudantis é essencial para cursarem com qualidade.

### GRÁFICO 12 – Quanto os cortes na educação superior pública afetam a vida dos estudantes

12- Cortes na educação superior pública, podem afetar sua permanência na Universidade, ou você conseguiria cursar normalmente sem nenhuma dificuldade?

10 respostas



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pela autora do estudo (2023)

Hall (1986), destaca a importância da política nacional na formação e implementação das políticas públicas. Ele argumenta que as decisões políticas tomadas em nível nacional, exercem influência direta sobre as políticas públicas. Além disso, ainda enfatiza que a política nacional desempenha um papel crucial na definição das prioridades e na formulação das políticas públicas. Para o autor, através de processos políticos, em disputas e entre diferentes atores políticos e grupos de interesse é que se molda as políticas públicas.

No mesmo sentido, Lima e Couto (2012, p. 3) apresentam que as definições do Estado e das regras do jogo político, são estruturais para as políticas públicas. As diferentes escolhas institucionais alteram as estruturas de incentivo, decisão e responsabilização sobre a formulação e implementação de políticas públicas. Partindo



dessa premissa, elaboramos uma questão para apreender pelos universitários qual sua percepção entre Educação superior pública/política estudantil.

Observamos que uma parcela significativa dos estudantes possui consciência da estreita relação entre a política nacional e a política estudantil na educação superior pública. De fato, 80% dos participantes afirmaram que existe uma forte conexão entre essas duas esferas, enquanto 20% indicaram uma relação parcial entre a política nacional e a política estudantil, conforme ilustrado no gráfico 12 a seguir.

### GRÁFICO 13 – Relação entre política nacional e política de educação superior pública

13- O que você pensa sobre a política nacional em nosso país? Você acredita que a política nacional reflete, de alguma forma, nas políticas voltadas para educação superior pública?

10 respostas



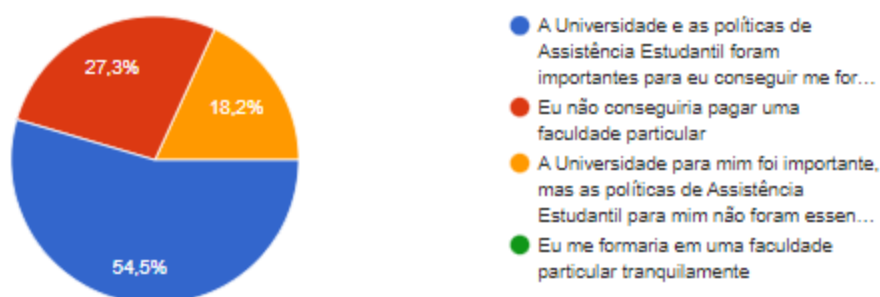
Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pela autora do estudo

Diante das respostas dos participantes é possível notar de alguma forma o grau de relevância que a universidade pública e as políticas de Assistência Estudantil desempenham na vida dos jovens da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), visto que 54,5% dos participantes afirmaram que a Universidade e as políticas de Assistência Estudantil foram importantes para sua formação. Além disso, 27,3% dos estudantes indicaram que não tinham condições de pagar por uma faculdade particular, destacando a necessidade da universidade pública como alternativa acessível. Por outro lado, 18,2% dos participantes mencionaram que as políticas de assistência estudantil não foram essenciais para sua formação, porém reconheceram a importância da universidade pública em seu processo formativo (ver gráfico 14).

## GRÁFICO 14 – Questões voltadas para o participante

14- Qual a importância da Universidade pública e as políticas de Assistência Estudantil para sua vida? Na sua realidade, seria possível uma formação de qualidade por vias diferentes?

11 respostas



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pela autora do estudo (2023)

No entanto, mesmo reconhecendo a importância da universidade em suas formações, quando os participantes foram questionados sobre seu envolvimento em movimentos políticos no âmbito universitário, observamos que o número de participantes efetivamente foi menor. Mas, isso não implica afirmar que não existe envolvimento de jovens em movimentos políticos na universidade, pois conforme apresentado por Gohn (2018) e Castells (2013), os jovens participam politicamente de movimentos que lhes interessam de diferentes maneiras e com níveis variados de intensidade. Eles demonstram sua participação ativa por meio de envolvimento em protestos e organizações estudantis, mas também encontram novas formas de engajamento, como o uso das redes sociais. Não há como dimensionar sua participação apenas pelo nível de envolvimento institucionalizado no âmbito da instituição porque os jovens universitários demonstram interesse e comprometimento na busca por mudanças em temas que lhes são caros de diferentes modos. Esta diversidade de formas de engajamento reflete a resiliência e a criatividade da juventude acadêmica na luta pela continuidade da existência da universidade federal. (Ver gráfico 15).

## GRÁFICO 15 – Envolvimento em movimento político na universidade

15 - Você se envolve em algum movimento político na Universidade?

11 respostas



Fonte: Questionário de pesquisa elaborado pela autora do estudo (2023)

Ao serem indagados acerca da politização dos jovens na UFR constatamos as seguintes respostas:

Sim estão, principalmente com o movimento estudantil que tem grande importância nas conquistas que já tivemos ao longo dos anos. Já houve várias greves dirigidas pelo movimento estudantil e juntos, através da aliança dos jovens universitários foi possível defender e garantir diversas questões que nos importavam. Atualmente eu acredito que os jovens continuam empenhados, principalmente aqueles das áreas de humanas que sempre foram maioria à frente desses eventos. (ALANA, 2023).

Alana destacou o movimento estudantil como o principal elemento que envolve os jovens universitários na defesa de pautas relevantes para a universidade. Além disso, ela destaca a participação significativa dos estudantes das áreas das ciências humanas, atribuindo isso ao fato de que nesses cursos há uma ampla discussão sobre os problemas sociais e a necessidade de politização dos sujeitos.

No entanto, alguns participantes enfatizaram que, em sua percepção, muitos jovens da UFR não possuem tanta relação com movimentos políticos. Marcos indicou que "alguns grupos podem estar", enquanto Erick afirmou que "a grande maioria não está". Aline também compartilha dessa visão, indicando que existem grupos politizados, mas não todos.

Uma minoria talvez sim, mas em sua totalidade eu acredito que não estão politizados por não querer conhecer ou estarem distantes das pautas que pontuam o funcionamento da Universidade como um todo. É difícil responder, mas hoje acredito que não! Exceto que haja uma pauta muito importante e a minoria politizada faça uma grande mobilização trazendo a importância da pauta e o porque se deve lutar por ela. Acho que hoje, as pessoas andam acomodadas sem interesse em buscar informações ou preferem que as pessoas lutem por elas! Falta muito da capacidade de se

colocar no lugar do outro e também de ter uma reflexão crítica do que acontece ao seu redor. (ALINE, 2023).

Aline é enfática ao abordar a participação política dos jovens na UFR, especialmente quando destaca o desinteresse e acomodação. Ela ressalta que apenas uma minoria se envolve ativamente, enquanto muitos carecem do interesse em se engajar e, principalmente, adotar uma postura crítica enquanto sujeitos.

Percebemos uma certa disparidade de opiniões entre os participantes, pois embora muitos acreditem que há jovens politizados, também é destacado que alguns não se envolvem. Nesse sentido, Gonara expressa a seguinte opinião:

A partir das experiências que tive fazendo parte do movimento estudantil, era perceptível que havia sim uma consciência politizada, mas o que víamos era que grande parte dos cursos da universidade os estudantes pensavam a partir de uma lógica liberal. Nos movimentos de luta contra os cortes da alimentação, por exemplo, eram pouquíssimas as pessoas que realmente se engajaram na luta, vindo sobretudo de cursos de ciências humanas, licenciaturas, sobretudo da História. Era sempre uma luta mostrar como a política nacional cotidiana afetava a universidade. (GONARA, 2023).

Novamente, observamos um destaque significativo da participação dos estudantes dos cursos das ciências humanas nos movimentos em defesa da universidade e outras pautas relevantes para a valorização do ensino público superior. Nesse contexto, Gonara enfatiza o fato de muitos estudantes de outros cursos, e aqui podemos exemplificar os cursos de engenharias, administração, economia e da área de ciências exatas no geral, estarem alinhados à um pensamento liberal, resultando em uma menor participação desses estudantes nos movimentos organizados na instituição. Essa constatação ressalta a importância em se adotar uma postura crítica diante dos ataques à universidade, uma vez que concordar com as práticas neoliberais contribui apenas para o enfraquecimento da universidade pública.

No mesmo sentido Eriane pontua:

Não acredito que todos são politizados, entretanto, os que são e entendem o seu lugar de fala, faz a diferença na política e os enfrentamentos dos cortes principalmente, pois, lutar por uma educação pública e de qualidade, deveria ser pauta comum. Os que entendem a importância certamente. E vão chamando e discutindo com aqueles que pouco sabem ou se importam com os caminhos da política. (ERIANE, 2023).

Em seu argumento a participante ressalta a importância de tornar a luta pela universidade uma pauta comum, no entanto, nem sempre isso ocorre, como mencionado por Gonara no parágrafo anterior, onde se observa a adesão de muitos estudantes às ideias neoliberais, mesmo sendo parte de uma instituição pública.

Diante desse contexto, a fala da participante destaca a necessidade de promover um diálogo entre os diferentes grupos.

A pergunta central do questionário se deu na questão 17 e visou compreender a perspectiva dos jovens da UFR em relação à política. As respostas a essa pergunta foram semelhantes em alguns aspectos. Eriane enfatizou que "a política é o pulmão do mundo, sendo fundamental para a compreensão da sociedade, dos jogos de interesses e do papel social". Seu posicionamento coloca a política como um elemento central.

A concepção de Eriane apresenta uma metáfora poderosa para expressar a importância da política. Ao dizer que a política é o "pulmão do mundo", ela sugere que a política é vital e essencial para o funcionamento equilibrado da sociedade, assim como os pulmões são essenciais para o funcionamento do corpo humano. Além disso, evidencia a política como elemento fundamental para a compreensão da sociedade e como ela nos permite analisar os jogos de interesses que influenciam as decisões e ações dos atores políticos.

Sua percepção também menciona o papel social da política, indicando que ela desempenha uma função importante na estruturação e organização da sociedade. Ela molda as relações de poder, estabelece leis e políticas públicas, e busca promover o bem-estar e a justiça social. Em resumo, a participante destaca que a política é essencial para entendermos como as engrenagens funcionam, como os interesses são negociados e como os papéis sociais são afetados. Ela sugere que a política é um elemento vital e central para o funcionamento e desenvolvimento de uma sociedade.

A resposta de Eriane dialoga com o pensamento de Chauí (2002) na medida em que a autora argumenta que a política é o espaço onde os conflitos de interesses são debatidos e decididos. Ambos pensamentos confirmam a vitalidade da política como um elemento fundamental para a compreensão da sociedade e para a análise dos interesses que moldam as decisões e ações dos atores políticos. Essa conexão ilustra como a política é um componente essencial do corpo social, influenciando diretamente sua dinâmica.

O participante Mauro compreende que a política se reflete de diferentes modos em nosso cotidiano, ele a compreende como "algo que reflete na nossa vida de forma positiva ou negativa! Isso vai depender do líder que estiver no poder". Ou seja, podemos compreender a partir do seu pensamento, que a política tem o

potencial de impactar a vida das pessoas. O resultado desse impacto dependerá das ações do líder que está no poder. Em outras palavras, a forma como a política afeta a vida das pessoas pode ser determinada pela competência, integridade e visão de mundo do líder político em questão. Se o líder adotar políticas que atendam as demandas por políticas públicas, por exemplo, os efeitos serão positivos para o bem-estar comum. O que será diferente ao serem adotadas políticas inadequadas como os contingenciamentos orçamentários injustificados em várias áreas. Portanto, na visão de Mauro, a liderança política desempenha um papel fundamental na determinação dos efeitos da política na vida cotidiana das pessoas.

Gonara, por sua vez também detalha sua visão e menciona:

Penso que até a escolha que tomei ao querer fazer História foi um ato político, já que essa escolha veio da minha necessidade de querer ver uma pessoa, preta, periférica, pobre, LGBTQIA+ inserida na História. Mudando o curso de minha família, hoje sendo a primeira pessoa da família a fazer um mestrado. A política é parte fundamental da existência da Universidade. Se hoje, aos trancos e barrancos, ainda temos uma universidade gratuita e de qualidade, aos poucos ficando mais colorida, é porque sempre houve luta política. (GONARA, 2023).

Em sua fala, Gonara expressa a visão de que todas as suas escolhas e ações têm uma dimensão política, inclusive a decisão de estudar História. Ao escolher esse curso, a participante buscou trazer representatividade para pessoas negras, periféricas, pobres e LGBTQIA+ na narrativa histórica. Gonara vê essa escolha como um ato político, uma forma de desafiar o *status quo* e buscar a inclusão desses grupos marginalizados na história oficial.

O pensamento de Gonara dialoga com o que Arendt (2002) apresenta sobre a política não ser apenas uma atividade reservada aos governantes ou aos momentos de votação, e sim uma dimensão fundamental da vida humana, enfatizando a importância da ação política como uma forma de participação ativa na esfera pública. Nesse sentido, a decisão de Gonara de estudar História e buscar representatividade para grupos marginalizados na narrativa histórica pode ser vista como um exemplo do que Arendt chamou de "ação política".

Gonara também destaca a importância da política na existência da universidade e reconhece que o processo de torná-la mais diversa e inclusiva, são resultados de lutas políticas ao longo do tempo. Ela menciona também a ideia de "luta política", sugerindo que a conquista e a manutenção de uma universidade pública e acessível requer engajamento e esforço coletivo. A perspectiva de política apresentada por Gonara, em resumo, reflete que as escolhas individuais, como a

escolha de um curso acadêmico, podem ter um caráter político de transformação social. Ela conclui, enfatizando o impacto da política na defesa e promoção da universidade pública e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Aurélia chama a atenção para a necessidade de diálogo que a política pode proporcionar, em sua definição política “seria o debate e o diálogo sobre as demandas que visam o bem comum”. Ou seja, ela sugere que o debate e o diálogo são elementos fundamentais para discutir e abordar as demandas que têm como objetivo o interesse coletivo e o benefício da sociedade como um todo.

Sua percepção evidencia que à troca de ideias, argumentos e perspectivas, além da comunicação aberta e construtiva entre diferentes atores sociais, é benéfica para a discussão de demandas coletivas. Dessa maneira, sua colocação sugere que, por meio do debate e do diálogo, é possível abordar as demandas sociais, considerar diferentes interesses e perspectivas, e buscar soluções que seja útil a todos de alguma forma. Portanto, esses dois elementos são considerados no pensamento da participante, como instrumentos importantes para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde as decisões e ações estão fundamentadas no interesse coletivo e no bem-estar geral.

Na concepção de Erli, a política é compreendida como necessidade para garantia de direitos, em sua definição ele a vê como “um conjunto de ações e decisões que envolve desde os municípios até os Estados e o País. É importante para podermos entender melhor o que está acontecendo com os nossos direitos que muitas vezes são negados”. Erli sugere que entender a política é relevante para uma ampla compressão do que ocorre com os direitos sociais, que por vezes são negados. Isso sugere que a política desempenha um papel fundamental na garantia e proteção dos direitos individuais e coletivos, mas também pode ser responsável por violar esses direitos, dependendo da linha de pensamento que rege as leis, assim como mencionamos em Lima e Couto (2012) nos parágrafos anteriores. Portanto, Erli ressalta a necessidade de compreender a política como uma forma de estar atento e consciente sobre as decisões que interferem nos direitos dos sujeitos, permitindo uma maior participação e engajamento na defesa e promoção desses direitos.

Ao afirmar que a política envolve ações e decisões em diferentes esferas, como municípios, estados e país, o participante reconhece a abrangência e a influência da política em diversos níveis da organização social, indicando que as

decisões políticas tomadas em diferentes instâncias podem ter impacto significativo nos direitos e nas condições de vida das pessoas.

Aline pontua que “política é tudo! Se refere a tomadas de decisões sejam elas no âmbito institucional ou no cotidiano e é necessária para o bom funcionamento da nossa sociedade”. Seu posicionamento enfatiza a abrangência e a importância da política em diferentes contextos da vida em sociedade. Ao dizer "política é tudo", ela sugere que a política está presente em todas as esferas da vida, desde as decisões institucionais até as ações cotidianas.

Quando ela fala sobre "tomadas de decisões" nos leva a pensar que a política envolve a capacidade de tomar decisões, semelhante ao que Gonara pontuou anteriormente sobre política ser *escolha*. Essas decisões podem ser tanto formais, no âmbito das instituições políticas, como também informais, nas relações cotidianas, ou seja, a política permeia todas as esferas da vida. Quando Aline sinaliza que a política é necessária para o bom funcionamento da sociedade, ela ressalta o seu papel na definição de regras, na distribuição de recursos, no estabelecimento de direitos e deveres, e na mediação de interesses e conflitos.

Marcos Vinícius sinaliza que:

Política, independentemente do contexto, traz o conceito de arte ou a ciência de governar. Importantíssima em nossas vidas, seja no legislativo, executivo ou estudantil tem uma relevância muito grande e determina as prioridades a serem adotadas, por isso é de extrema importância entendê-la. (MARCOS VINÍCIUS, 2023).

O participante destaca a natureza ampla e abrangente da política, seja qual for o contexto em que ela se manifesta. Ele enfatiza que a política desempenha um papel fundamental nas prioridades a serem adotadas na sociedade. Ao afirmar que é de extrema importância entender a política, ele mostra a necessidade de compreender seus princípios, movimento e dinâmicas para participar ativamente, por exemplo, na definição de políticas públicas, na busca por direitos e até na promoção de mudanças sociais. Marcos Vinícius nos permite pensar que compreender os aspectos das dimensões política promove uma maior conscientização dos processos decisórios e ajuda a desenvolver uma visão crítica em relação ao mundo.

O participante Erick define política como “a função dos relacionamentos sociais que lutam em prol de um objetivo comum. Sendo de suma importância para seu desenvolvimento e conquistas”. Conseguimos compreender que ele enfatiza a



política como uma função dos relacionamentos sociais que busca alcançar um objetivo comum, apontando que a política desempenha um papel essencial no desenvolvimento e nas conquistas de uma sociedade.

Na visão de Marcos, política é “um meio democrático na qual todos podem se beneficiar das suas decisões”. O posicionamento de Marcos acrescenta a ideia de que a política é um meio em que todos podem ser beneficiados ou não pelas decisões. Isso sugere que a política é uma arena em que diferentes perspectivas e interesses são considerados, e onde são buscados consensos e soluções que impactam a coletividade.

Alana indica a seguinte afirmação:

A política é movimento, todos os dias as nossas decisões sejam as mais simples passam por um crivo político. Não há como olhar o mundo e ser neutro porque até ao fazer essa escolha ela já se torna um ato político. (ALANA, 2023).

Novamente vemos o mesmo sentido atribuído a política como “escolha” “decisão”. Alana ressalta que a política está presente em todos os aspectos da nossa vida, pois todas as nossas decisões, mesmo as mais simples, são influenciadas por questões políticas. Ela enfatiza que não é possível ser neutro ao olhar o mundo, pois mesmo ao decidir permanecer neutro já é um ato político. É interessante sua colocação de trazer esse aspecto da política como movimento, pois nos traz uma noção de que ela está em constante fluxo e transformação. A participante destaca que nossas ações, opiniões e posicionamentos são moldados por fatores políticos, como valores, ideologias e interesses.

O relato de Alana reflete uma perspectiva que se alinha com alguns dos princípios fundamentais da pedagogia de Paulo Freire em relação à conscientização política e à ação transformadora. Assim como Freire (1986), Alana reconhece a importância da consciência política. Freire argumenta que a educação é um ato político e que as pessoas devem se conscientizar das estruturas de poder e da opressão que moldam suas vidas. Alana destaca que a política está presente em todos os aspectos da vida, o que implica uma compreensão mais ampla do contexto político em que vivemos.

Tanto Alana quanto Freire compartilham a ideia de que a neutralidade é ilusória e que a educação não pode ser neutra, pois está sempre enraizada em uma perspectiva política e ideológica. Alana afirma que mesmo a decisão de permanência neutra é, em si, um ato político, o que implica que todos estamos

envolvidos de alguma forma nas questões políticas. Ambos destacam a importância de considerarmos nossa posição política e ideológica, em vez de fingirmos sermos neutros. Essa consciência pode ser o primeiro passo para a participação ativa na sociedade e na busca por uma mudança política e social.

Ana Beatriz também indica essa dimensão ampla:

A política envolve toda a nossa vida, desde a ida à universidade até a volta para casa. A política para mim importa para que eu entenda que o meu acesso nesse lugar só foi possível pela luta por direitos que beneficiam a muitos, então eu preciso defender quando estão ameaçados, isso é política para mim. (ANA BEATRIZ, 2023).

Assim como já percebemos em outras falas, Ana Beatriz também enfatiza que a política está presente em todos os aspectos da nossa vida, desde as atividades mais simples até as mais complexas. Ela destaca a importância da política para o entendimento do acesso a certos espaços, como a universidade, e ressalta que esse acesso só foi possível devido à luta por direitos que beneficiam a coletividade. Portanto é interessante sua consciência de defender os direitos que relaciona à universidade pública quando estão ameaçados, chamando atenção para a necessidade de se envolver ativamente na política. Defender os direitos coletivos, na visão da participante também é fazer política, tendo em vista que ela é uma ferramenta para promover mudanças sociais e garantir a igualdade de oportunidades.

Ao serem questionados sobre a participação em algum movimento de defesa da Universidade Pública, observamos que os participantes possuem uma estreita relação de participação em movimentos políticos organizados na universidade. Nesse sentido, conforme apontou Gonh (2018) juventude e política não são ou estão em eixos diferentes. A autora argumenta que os jovens não apenas desempenham um papel vital na esfera política, mas também são frequentemente protagonistas em movimentos que buscam preservar e fortalecer a educação pública. Gohn demonstra que a juventude é uma força dinâmica, com ações que vão desde ocupações de campus até manifestações nas ruas, demonstrando historicamente seu compromisso com a defesa da universidade pública e da qualidade do ensino superior.

Para essa questão, Ana Beatriz respondeu que sim, e destacou a importância de saber que estava defendendo aquilo em que acreditava, visando o bem coletivo.

Por sua vez, o participante Marcos relatou sua participação por meio de reuniões com candidatos a Facap e encontros com grupos estudantis, como E-Jr.

FACAP e E-Jr. são programas de extensão da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Campus Rondonópolis. FACAP significa Formação Continuada em Administração Pública criado em 2004 com o objetivo de promover formação continuada de profissionais da administração pública. E-Jr. significa Escola de Empreendedorismo Júnior e foi criado em 2005 com o objetivo de promover o empreendedorismo entre estudantes de administração. Ambos os programas oferecem cursos, oficinas e outras atividades para estudantes de administração pública e administração de empresas, respectivamente.

Ainda sobre a pergunta que visou saber a respeito do envolvimento dos participantes em algum movimento de defesa da Universidade Pública, Marcos Vinícius afirmou que não se envolveu, devido a outras questões políticas no movimento estudantil da UFR. Erick Eduardo mencionou que também não participou, sem fornecer detalhes sobre os motivos de sua ausência.

Dentre aqueles que demonstraram participação, Eriane esclarece:

Sim, a experiência é exitosa, em saber que lutar por uma universidade, é em grande medida, dar meios para o pobre poder acessar a educação pública. Assim, como eu, minha principal motivação é poder sonhar com uma educação e universidade para todos. Não acredito que existam indivíduos apolíticos, pois, o silêncio também é político. (ERIANE, 2023).

Observamos na fala de Eriane uma consciência de classe, na medida em que ela compreende o contexto de onde vem e reforça a importância de lutar pela defesa da universidade pública, que, em sua visão, proporciona oportunidades para que todos tenham acesso ao ensino superior. Esse reconhecimento da influência das condições socioeconômicas na vida dos jovens se alinha com as ideias de Groppo (2015) sobre a juventude.

Groppo nos ajuda a pensar a juventude como uma realidade social complexa que se entrelaça com outras categorias, como classe, etnia, raça, religião e condição urbana. O argumento de que a juventude não pode ser compreendida apenas como uma entidade comunitária, mas deve ser considerada em sua diversidade, dada as várias condições de vida que os jovens experimentam. Em outras palavras, o autor destaca a importância de levar em consideração as múltiplas identidades e experiências dos jovens ao analisar seu papel na sociedade.

Portanto, a conscientização de classe expressa por Eriane em relação à defesa da universidade pública se alinha com a abordagem de Groppo, que enfatiza a complexidade da juventude e sua intersecção com diversas categorias sociais. Ambos argumentos reconhecem que a compreensão da juventude e de suas lutas requer uma visão holística que leve em consideração as diferentes realidades e desafios que os jovens enfrentam.

Gonara menciona que também já participou:

Já participei de movimentos estudantis. O que me motivou foi o medo de ver a universidade que tanto sonhei ser desmontada por uma lógica neoliberal fascista. A vontade de ver cada vez mais pessoas como eu inseridas na universidade. De ver pessoas, pretas, pobres e LGBTQIA+ inseridas cada vez mais nos cursos da universidade, sendo parte da sociabilidade dos espaços universitários. (GONARA, 2023).

Observamos em sua fala sua participação no movimento estudantil que ocorreu na UFR. A motivação para participar desses movimentos foi o medo de ver a universidade, que era um sonho pessoal, ser desmontado por uma lógica neoliberal fascista. Essa preocupação levou Gonara a se envolver ativamente na defesa da universidade e buscar a inclusão de pessoas como ele nos espaços universitários. É interessante ver que o seu envolvimento também aconteceu visando a possibilidade de mais pessoas pertencentes a grupos minoritários, como negros, pobres e LGBTQIA+, serem inseridos nos cursos e fazerem parte da sociabilidade dos espaços universitários. Essa visão de Gonara nos remete a entender seu desejo de promover a diversidade e a igualdade de oportunidades na universidade, buscando torná-la mais inclusiva e representativa.

Aurélia também faz menção à sua participação:

Sim. Foi uma grande experiência de cidadania, participação e coletividade. Quando pretendiam aumentar o valor do RU demais, eu não seria afetada porque recebia Auxílio Alimentação então eu estaria isenta de pagar, mas entendi que a maioria dos colegas seriam muito prejudicados e me juntei à greve pelos nossos direitos. (AURÉLIA, 2023).

Aurélia descreve sua experiência nas manifestações contra a proposta de aumento no valor do Restaurante Universitário (RU), na qual ela não seria diretamente atingida. No entanto, por sua consciência de classe e de política entendendo que a maioria de seus colegas seria prejudicados com o aumento, decidiu se juntar à greve. Isso demonstra a importância da consciência de classe para união da ação coletiva.

Erli é mais um dos participantes que se envolveu em movimentos de defesa da universidade pública e dialoga:

Como estudante universitário nos anos de 2015-2019 foi muito importante participar dos movimentos estudantis pois estava vivenciado na prática a política, estava engajado na defesa dos interesses estudantis, tenho consciência social e responsabilidade, sabendo que esses movimentos causariam um impacto muito grande na sociedade mais especificamente relacionados aos direitos de nós estudantes que estavam sendo negados. Exemplo o aumento exorbitante do Ru- Restaurante Universitário. (ERLI, 2023).

Erli descreve a importância da participação em movimentos estudantis durante o período de 2015-2019, enquanto fazia sua graduação. Ele destaca que essa participação permitiu vivenciar na prática a política, estando engajado na defesa dos interesses dos estudantes. Erli demonstra consciência social e responsabilidade ao reconhecer o impacto dessa participação em relação aos direitos dos estudantes que estavam sendo negados. Um exemplo específico mencionado é o aumento excessivo do valor do Restaurante Universitário (RU), que afetava diretamente a comunidade estudantil.

Por fim, Alana também pontua sua experiência de participação política na UFR:

Sim, participei durante o período de greve em 2018 estive acampada e participei de todo o movimento em defesa do RU e da educação. O “15 de maio” ficou marcado. Foi uma experiência única porque senti uma emoção em estar num coletivo lutando por nossos direitos. O que me motivou foi perceber o quanto perderíamos com as propostas que se propunha para o RU e para a educação pública naquele momento. (ALANA, 2023).

Percebemos na fala dessa participante o quanto esse envolvimento foi significativo, na qual ela descreve como uma experiência única, pois sentiu uma forte emoção ao fazer parte de um coletivo engajado na defesa de seus direitos. É exatamente esse sentido que precisa ser desperto, a motivação para lutar contra as ameaças à educação superior pública. Novamente o Movimento estudantil aparece como fato principal para a participação política coletiva.

Em relação à pergunta que fazia menção a participação da política institucionalizada, percebemos que grande parte dos respondentes não são envolvidos com o modo de atuação na política tradicional ou institucionalizada. Unanimemente indicaram a falta de tempo como principal elemento para tal ausência.

- Alana: “ainda não, primeiro porque demanda tempo e com meu trabalho é difícil conciliar, depois porque é muita burocracia para ser um representante”
- Marcos: “não, pois falta mais divulgação para conhecimento”.
- Ercik: “não, talvez por falta de tempo”.
- Marcos Vinicius: “não. Falta de tempo e de credibilidade nossa política atual”.

- Aline: “não, por falta de tempo”.
- Erli: “no momento não participo pela questão do tempo. Trabalho em duas escolas”.
- Aurélia “não, por falta de tempo”.
- Gonara: “no momento não faço parte, não por descredito, mas por falta de tempo mesmo, pois o mestrado tem me consumido. A política que tenho feito no momento vem da minha escrita”.
- Eriane: “eu infelizmente não participo, entendo sua importância dentro da sociedade, faltou curiosidade para participar. Eu participo sempre que possível dos Movimentos Estudantis”.
- Ana Beatriz: “Não, pois trabalho o dia todo, e no momento minha prioridade acaba sendo meu sustento de vida, mas pretendo participar quando estiver um pouco mais estabilizada financeiramente”.
- Mauro não respondeu a alternativa.

Esses depoimentos revelam uma tendência comum entre os participantes, que é a falta de envolvimento na política institucionalizada e tradicional. A falta de tempo é um motivo recorrente mencionado por vários deles, indicando que suas ocupações profissionais e pessoais limitam sua capacidade de se engajar nesse âmbito. Alguns relatos também apontam a dependência financeira e a falta de conhecimento, em si tratando da burocracia exigida para essa participação, como obstáculo. Além disso, a falta de confiança na política atual é mencionada como um fator que desmotiva alguns participantes a se envolverem. É interessante observar que alguns afirmam participar de movimentos estudantis ou manifestam seu posicionamento político por meio de outras formas, como a escrita conforme apontou Gonara.

No entanto, é importante mencionar que para os jovens ocuparem os espaços tradicionais da política, é necessário que haja espaço disponível. Em outras palavras, os políticos mais antigos precisam ceder lugar. No entanto, o discurso adultocêntrico prefere rotular os jovens como desinteressados em vez de considerar todos os obstáculos que os limitam de adesão no ambiente da política tradicional. Contudo, isso não implica que eles não participem. Pelo contrário, os jovens têm adotado novas formas de participação, como as manifestações nas ruas e engajamento nas redes sociais.

Ao final, elaboramos uma pergunta mais subjetiva para compreender um pouco da trajetória dos participantes. Os relatos dos participantes demonstraram a importância da universidade pública em suas vidas. Todos eles vieram de famílias populares e enfrentaram dificuldades financeiras e sociais ao longo de suas

trajetórias. A oportunidade de cursar uma graduação em uma universidade pública foi fundamental para eles, proporcionando não apenas conhecimento acadêmico, mas também melhores condições de vida e trabalho. De acordo com Eriane:

Eu, sou do Pará, fui para o Mato Grosso cursar Licenciatura em História, sou ex-moradora da Casa de Estudante, filha de pais lavradores, onde a leitura sobre a terra é outra, de família pobre da zona rural de Bragança-PA. Fui assistida pelos Programas e Auxílios da Universidade, estes foram cruciais para minha formação e conclusão do curso. Lutei e lutaremos por melhores condições de permanência dentro da Universidade Pública. Atualmente faço Pós pela UNILA. (ERIANE, 2023).

Eriane apresenta uma história inspiradora. É notável como ela enfrentou desafios, vindo de uma família pobre da zona rural do Pará, e buscou oportunidades de cursar o ensino superior em outro estado. A menção à Casa de Estudante indica que ela precisou procurar moradia e apoio fora do seu ambiente familiar. Portanto, ela reconhece o papel crucial dos programas e auxílios oferecidos pela universidade para sua formação e conclusão do curso de Licenciatura em História. Isso demonstra a importância dessas iniciativas no acesso e sucesso educacional, especialmente para estudantes vindos de outros estados.

O compromisso de Eriane em lutar por melhores condições de permanência na universidade pública mostra seu senso de responsabilidade em querer uma universidade mais inclusiva. No geral, seu relato reflete a importância da educação como uma ferramenta de transformação social e mostra como as políticas estudantis possuem peso na formação acadêmica de estudantes, que assim como ele vieram de contextos menos privilegiados.

Gonara sinaliza:

Acredito que tenho respondido um pouco de minha trajetória nas questões anteriores. Mas, em resumo, nasci em uma cidade muito pequena, sempre estudei em escola pública, a trajetória de alguns professores, sobretudo de História, como da minha prima que foi a primeira a fazer uma faculdade, entre outras, foram importantes para querer me ver inserido e podendo fazer parte do espaço universitário. Apesar das dificuldades que tive no espaço escolar, sendo LGBTQIA+, (hoje me identificando como pessoa não-binária), passei a ver a escola e a educação como o lugar de potência para grande parte das mudanças sociais, sobretudo no período que fiz Resistência Pedagógica e tive toda uma vivência no espaço escolar, mas com um novo olhar. (GONARA, 2023).

O relato apresentado por Gonara, embora não demonstre com clareza a importância da universidade no alcance de sua graduação, revela uma trajetória pessoal marcada por desafios. Nasceu em uma cidade pequena e estudou em escolas públicas, onde teve influências de professores, especialmente na área de História. É importante notar que ela/ele também compartilha da experiência de ser

LGBTQIA+ e se identifica como pessoa não-binária. Apesar das dificuldades enfrentadas no ambiente escolar, Gonara passou a ver a escola e a educação como espaços de empoderamento e potencial para promover mudanças sociais.

Sua história ressalta a importância do acesso à educação de qualidade e de ter pessoas que inspirem esse processo. Além disso, seu relato enfatiza a necessidade de criar espaços inclusivos nas instituições de ensino, onde todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, possam se sentir acolhidos.

No relato de Aurélia:

Eu venho de família humilde de descendência negra e indígena do lado materno, cresci com minha mãe viúva e irmã caçula, sempre estudei em escola pública, conseguir entrar na universidade foi uma vitória. Utilizava dois ônibus para chegar na faculdade, demorava uma hora, e como estudava de manhã, às 5:20 eu já estava na parada de ônibus com minha mãe que me acompanha porque de madrugada a rua era pouco movimentada. Minha mãe me ajudava financeiramente mas nós éramos baixa renda, então quando recebi o Auxílio Permanência e Alimentação foi um alívio nas despesas da casa, e depois com o Residência Pedagógica ajudou muito mais. As políticas públicas e estudantis foram de extrema importância para que eu conseguisse me formar, cursar as disciplinas com bom aproveitamento porque se eu tivesse que trabalhar e estudar ao mesmo tempo, não conseguiria render bem nas disciplinas e provavelmente desistiria. Mesmo que eu tenha já me graduado e não esteja mais no espaço da universidade, defendo totalmente as políticas públicas para às universidades, pois elas foram fundamentais para me graduar, trabalhar num bom emprego e ajudar a minha família. (AURÉLIA, 2023).

A conquista de ingressar na universidade é celebrada como uma vitória significativa para Aurélia que cresceu com a mãe viúva e a irmã caçula. Ela destaca a importância das políticas públicas e estudantis, como o Auxílio Permanência e Alimentação e a Residência Pedagógica, que foram fundamentais para aliviar as despesas da família e garantir condições para se dedicar ao estudo e às exigências acadêmicas, sem precisar se preocupar em conciliar trabalho e estudo simultaneamente. O impacto positivo das políticas estudantis é evidente na fala de Aurélia, visto que gerou condições para que ela se formasse. Sua experiência pessoal reforça o apoio contínuo às políticas públicas para a educação superior.

Erli também conta brevemente sua trajetória:

Me chamo Erli e vim da Bahia no ano de 2006. Em 2015, ingressei na Universidade de Rondonópolis para cursar História, uma experiência muito importante para mim. Até então, eu vivia em um mundo bastante fechado, sem compreender as questões políticas e a grande desigualdade que ainda existe em nosso país. Não teria outros meios para fazer a graduação visto que venho de uma família humilde. (ERLI, 2023).



O relato de Erli revela a importância da educação como uma oportunidade de crescimento. Ao ingressar na Universidade Federal de Rondonópolis para cursar História, ele destaca essa experiência como algo extremamente significativo. Antes de estar no ensino superior, ele descreve que vivia em um mundo fechado, sem compreender plenamente as questões políticas e a grande desigualdade presente no país. A educação lhe proporcionou uma nova visão de mundo, ampliando seu conhecimento e conscientização sobre as realidades sociais e políticas.

É interessante ver como a educação pode ser um instrumento de transformação pessoal e social. A trajetória de Erli destaca o peso que o acesso à educação superior tem para indivíduos que enfrentam barreiras socioeconômicas. Através da universidade pública ele teve a oportunidade de romper com restrições impostas pela sua origem humilde. Portanto, sua narrativa, assim como as demais já citadas, também ressalta a importância de se investir em políticas educacionais inclusivas e acessíveis, que possibilitem a ascensão de pessoas originárias de diferentes contextos sociais.

Na trajetória de Aline:

Eu não teria condições de pagar uma Universidade particular e nem minha família condições de me ajudar. Minha família tem pouco estudo e recursos financeiros, minha mãe só tem o ensino médio e minha vó só o móbrel na época. Não foi fácil minha passagem pela universidade, mas meus amigos e família sempre me ajudaram da melhor forma que podiam. Conseguir terminar a graduação e ter o ensino superior é uma sensação de muita felicidade!! Felicidade essa que está no poder de ajudar a família, principalmente minha mãe uma mulher negra, forte, guerreira que debaixo de chuva ou sol estava ali por mim! A universidade oportuniza uma condição de vida e trabalho melhor. (ALINE, 2023).

O relato de Aline evidencia os desafios enfrentados por ela para alcançar o ensino superior. Apesar das dificuldades, Aline ressalta o apoio moral recebido de amigos e familiares ao longo do caminho. Essa rede de apoio desempenhou um papel importante em sua trajetória universitária. A conclusão da sua graduação representa um marco de felicidade em sua vida.

A experiência do ensino superior é apresentada por Aline como uma oportunidade para melhorar a sua condição de vida. Ela reconhece que a universidade oferece possibilidades de crescimento pessoal e profissional, e, ao obter esse nível de educação, sente-se capacitada para contribuir de maneira mais significativa para o bem-estar de sua família. Mais uma vez, podemos perceber a

importância da universidade pública na vida de uma jovem marcada por interseccionalidades.

Marcos Vinícius dialoga:

Eu vim de família humilde, da cidade do interior para Rondonópolis para estudar, trabalhar e tenta algo novo e diferente para minha vida, diferente da realidade e dos limites que eu conheci enquanto experiência em minha cidade. Por já ter um FIES e desistido dele, provavelmente não conseguiria outro financiamento estudantil. (MARCOS V, 2023).

O relato de Marcos Vinícius apresenta sua coragem em buscar uma vida diferente daquela que conheceu em sua cidade natal. Vindo de uma família humilde, ele decidiu se mudar para Rondonópolis com o objetivo de estudar, trabalhar e explorar novas oportunidades. Apesar do desafio de estudar em outra cidade, seu relato transmite a busca por crescimento pessoal e a vontade de explorar um caminho diferente. Mesmo que não expresse claramente, é evidente que a Universidade Federal foi essencial em sua formação.

Erick também relata brevemente sua trajetória de vida:

Vim de uma família pobre, e se não fosse a universidade pública teria mais dificuldades em chegar onde cheguei. Como por exemplo pagar para cursar uma graduação talvez iria iniciar em um outro momento a graduação por falta de condições. (ERICK EDUARDO, 2023).

O relato de Erick Eduardo destaca a importância da universidade pública em sua jornada pessoal e acadêmica. Vindo de uma família pobre, ele reconhece que a universidade pública desempenhou um papel fundamental em sua trajetória e que, sem ela, teria enfrentado maiores dificuldades para alcançar sua graduação. Ele menciona a falta de recursos financeiros como um obstáculo que poderia ter adiado o início de sua trajetória acadêmica ou até mesmo impedido seu acesso à educação superior. É inspirador ver como a universidade pública pode ser um agente de transformação social, permitindo que indivíduos de origem humilde tenham acesso a um ensino de qualidade.

Por fim, notamos no relato de Marcos o seguinte:

Nasci na cidade, porém criado na área rural uma boa parte, entrei na Universidade pelo enem na qual frequentei escola religiosa (Santo Antônio) por quase todo Ensino Fundamental. (MARCOS, 20203).

A história de Marcos sugere uma vivência que envolveu uma transição entre o ambiente rural e o ambiente acadêmico. Ele mostra que, apesar de sua origem na área rural, teve a oportunidade de se preparar para o ingresso na universidade através do Enem. Seu relato destaca a importância do acesso à educação como um fator

determinante para sua trajetória, além disso, evidencia também a diversidade de caminhos percorridos pelos estudantes em direção ao ensino superior.

Em resumo, todos os relatos destacam a importância das políticas de assistência estudantil para garantir o acesso e a conclusão dos cursos por jovens oriundos, principalmente das classes populares. Além disso, as experiências compartilhadas demonstram a relevância da universidade pública como um meio de transformação social e de oportunidades para a vida de cada um desses sujeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, encontramos desafios, pois seu projeto foi iniciado durante a pandemia da Covid-19, a qual afetou a todos de diferentes maneiras. A mudança repentina para o estudo exclusivamente online facilitou algumas questões de mobilidade, mas também dificultou outras, como manter a concentração nos estudos no ambiente doméstico.

No início, foi necessário se adaptar ao aumento significativo do tempo de tela ao qual fomos expostos. Além do mais, nosso planejamento também teve que se adequar, pois uma pesquisa que poderia envolver possíveis entrevistas presenciais com alguns participantes, teve que tomar outros rumos como a elaboração do formulário, o que também teve seu grau de dificuldade, pois, por exemplo, muitos participantes não estavam mais à vontade em responder questionários via formulário google em razão da quantidade de pesquisas que surgiram nesse formato. Isso explica o motivo da quantidade de participantes para este trabalho não ter sido expressiva.

No entanto, embora tenhamos encontrado desafios, seguimos de forma cuidadosa e objetiva. Ao final trouxemos contribuições que agregarão em outras discussões, pois de forma alguma podemos abarcar todas as questões que envolve esse tema, mas com certeza contribui para o acervo de estudos a respeito dessa problemática.

A revisão bibliográfica que realizamos nesse trabalho foi essencial para estabelecer um pensamento teórico coerente com o contexto histórico, social, político e econômico que recaem sobre as políticas educacionais brasileiras, especialmente quanto ao envolvimento do processo de expansão do ensino superior e as políticas de permanência. Já as fontes documentais utilizadas subsidiaram, de forma certa, o processo de análise dos dados da pesquisa.

Conforme discutido no início, a educação possui uma grande função na vida humana, embora saibamos e enfatizamos que ela acontece em todos os espaços, nas formas como a nossa sociedade é constituída, torna-se importante ocupar as instituições de saber e de poder, principalmente quando se trata de defender pautas que importam aos sujeitos negligenciados em razão dos diversos marcadores sociais que atravessam suas trajetórias. Portanto, negar o acesso a estes espaços de educação priva os sujeitos de um direito essencial, atualmente garantido por lei.

Vimos que ao longo da história da educação brasileira, muitas foram as tentativas de marginalizar os grupos não privilegiados de ingressarem na Universidade. O acesso a este lugar inicialmente serviu as demandas de uma classe dominante. De forma lenta, gradual e por meio de mobilização, organizadas principalmente por estudantes, suas fronteiras se expandiram transformando a cartografia da universidade.

É importante reafirmar o que já mencionamos anteriormente, para diversos grupos, a universidade é uma conquista muito recente. E mais que uma conquista pessoal, é a realização do sonho de suas mães, avós, pais e avôs dentre outros familiares, que, por inúmeros fatores, tiveram seus sonhos limitados e não puderam jamais ousar acessar esse espaço. A universidade hoje se personifica num símbolo de luta e resistência para todos os filhos e filhas dos sujeitos marginalizados e negligenciados pelo sistema do qual somos regidos.

O capitalismo com todas as suas facetas diariamente projeta a morte dos sonhos dos jovens da classe trabalhadora. O neoliberalismo, fruto desse sistema sorrateiramente desestabiliza as garantias de acesso público aos direitos básicos e essenciais para o bem-estar social. Se tratando da educação, vimos as variadas tentativas de contingenciamentos orçamentários que priva, em última instância, os jovens pobres do acesso à universidade. Aliás, na lógica neoliberal há um constante desejo em inserir um modelo de universidade mercadológica e extirpar a universidade de caráter público, utilizando para isso argumentos rasos e injustificáveis na qual promove a disparidade do acesso à universidade por diferentes classes sociais, a sua transformação em instrumento de conformidade ideológica de caráter liberal e uma frenética busca por deslocar a universidade pública para um nível de superficialidade e fragmentações.

Diante dessa realidade, não há como negar o fato da resistência dos jovens universitários em lutar e defender a universidade pública. Em diversos momentos da nossa história seus corpos se fizeram e ainda estão presentes documentados como protagonistas de movimentos sociais e políticos, posicionando-se de maneira firme em defesa da universidade pública. Essa resistência, conforme vimos ao longo do trabalho se manifesta nas ruas, nas praças, nas redes sociais e em inúmeras formas de mobilização. Seus enfrentamentos reconhecem que a universidade pública é um pilar fundamental da democracia, um espaço onde o conhecimento produzido é compartilhado em benefício de toda a sociedade. Mesmo sendo alvos em diversos

momentos de violências e repressão em suas manifestações, ou tendo seus movimentos rotulados como promoção de “balburdia”, os jovens universitários demonstram resistência.

Os movimentos de greves e protestos estudantis ocorridos em 2018 e 2019 marcam as mais recentes expressões dos jovens da Universidade Federal de Rondonópolis diante de propostas de privatização e precarização da universidade pública, levando-os a ocupar o campus e as ruas da cidade. Essas ações representaram uma forma significativa de manifestação política. Nesse contexto, buscamos compreender a política pela perspectiva dos/as estudantes que compõem o corpo discente da UFR, considerando o cenário político nacional e local que permeia sua realidade.

Dentre as respostas dos participantes, podemos destacar que os resultados encontraram semelhanças, diferenças, construções e desconstruções. Um dos principais pontos destacados foi a importância das políticas estudantis na garantia da permanência dos estudantes na universidade. Junto a isso, foi possível perceber algumas críticas às práticas neoliberais que objetivam precarizar a universidade pública para justificar processos de privatização. Seus posicionamentos, em grande parte, refletiram a consciência dos estudantes sobre as ameaças enfrentadas pela educação pública e seu compromisso em resistir a essas tendências.

Quanto às perspectivas políticas dos jovens da UFR em todas os posicionamentos houve um enaltecimento da relevância da política na vida social e na garantia de direitos que favoreçam o bem-estar social. Além disso, foi possível perceber que suas perspectivas estiveram diretamente ligadas a ideia de que mesmo as mais simples escolhas do nosso cotidiano são atos políticos.

Suas concepções demonstraram a importância da política para garantia do acesso a espaços de poder e produção de conhecimento, a exemplo da universidade. Foi notável identificar uma sensibilidade em relação à necessidade de garantir o acesso e permanência dos estudantes, bem como as condições para que a universidade pública possa cumprir sua função social com recursos suficientes. Os argumentos dos participantes evidenciam que a defesa dos direitos coletivos está intrinsecamente ligada à prática política, uma vez que esta se torna uma ferramenta fundamental para transformações sociais e garantia de oportunidades equânimes.

Por fim, ressaltamos que a interconexão entre as concepções políticas dos jovens universitários com os temas de educação, política, participação política, políticas estudantis e a defesa da universidade pública em face do neoliberalismo e da privatização é um tema crítico e se relaciona de maneira complexa e interdependente.

A educação que possui compromisso ético e político e idealiza uma prática educativa que emancipa é um pilar fundamental na formação de cidadãos conscientes e críticos que não apenas “recebe” o conhecimento, mas também participa dele. Por isso, podemos mencionar que as perspectivas políticas dos participantes desta pesquisa são influenciadas por suas origens, pelo seu meio, mas também pelo seu acesso à educação.

Como apresentado no decorrer desse trabalho, muitos jovens defenderam a política como uma ferramenta para promover a justiça social e a igualdade de oportunidades e confirmaram a importância de participar ativamente na esfera política para promover essas convicções. Aqueles que se posicionaram desta maneira, ou seja, os participantes que tiveram concepções sobre política de forma semelhante, também possuíam trajetória de vida parecidas, isto é, foram jovens oriundos de famílias pertencentes a classe trabalhadora.

Outra questão essencial discutida foi o papel das políticas estudantis na promoção da igualdade de acesso à educação superior. Entendemos que essas políticas são fundamentais para garantir que jovens de origens menos privilegiadas tenham a oportunidade de cursar o ensino superior e vencer as barreiras socioeconômicas. Nesse sentido, a participação política dos jovens universitários em defesa da universidade pública se torna ainda mais evidente diante do neoliberalismo que promove a privatização e a redução do investimento público em educação, produzindo crises orçamentárias nas instituições públicas de ensino para justificar a privatização como uma solução eficiente.

Tais ações, prejudicam diretamente o acesso à universidade pelos jovens afetados por marcadores sociais. A privatização da universidade pública coloca em risco sua missão de ser um espaço inclusivo e acessível, ampliando as desigualdades educacionais e sociais. Portanto, a defesa da universidade pública é também uma luta política, na qual os jovens universitários desempenham um papel ativo por meio de movimentos e protestos. As políticas estudantis e às adequadas condições estruturais das universidades são fatores importantes para possibilitar a permanência na

instituição, mas, o ato de permanecer envolve não apenas aspectos de ordem material, mas também simbólica como por exemplo se agrupar e se unir por um objetivo comum.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A novidade do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, pág. 185-208, jan./abr. 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?format=pdf&lang=pt>.  
 Acesso em: 31 de mai. 2023.
- AMARAL, Nelson Cardoso. Dois anos de desgoverno: os números da desconstrução. **A terra é redonda**. Disponível em:  
<https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-os-numeros-da-desconstrucao/> Acesso em: 02 out. 2022.
- ANDIFES; FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES – 2018**. UFMT, 2018. Disponível em:  
[https://cms.ufmt.br/files/galleries/20/Estudos\\_Estrategicos/Estudos/V%20PESQUISA%20PERFIL%20DA%20GRADUACAO.pdf](https://cms.ufmt.br/files/galleries/20/Estudos_Estrategicos/Estudos/V%20PESQUISA%20PERFIL%20DA%20GRADUACAO.pdf) Acesso em: 03 jan. 2024
- ALMEIDA, Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH**, vol. 34, e021023, 2021 Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos. Disponível em:  
<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/45397/25569>. Acesso em: 07 fev. 2023. Acesso em: 06 out. 2022.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. ver. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARENDDT, Hannah. **O que é política?** - 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Acesso em: 13 jan. 2023.
- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES – 2018**. Perfil dos graduandos da UFMT. Disponível em:  
[https://cms.ufmt.br/files/galleries/20/Estudos\\_Estrategicos/Estudos/V%20PESQUISA%20PERFIL%20DA%20GRADUACAO.pdf](https://cms.ufmt.br/files/galleries/20/Estudos_Estrategicos/Estudos/V%20PESQUISA%20PERFIL%20DA%20GRADUACAO.pdf) Acesso em: 10 set. 2023.
- AZEVEDO, Lúcia Rangel. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. **ECCOM**, v. 3, n6, jul./dez. 2012. Disponível em:  
[https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6085/2012\\_azevedo\\_e\\_studo\\_consciencia\\_politica.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6085/2012_azevedo_e_studo_consciencia_politica.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 04 de maio de 2023. Acesso em: 20 jan. 2023
- Banco Mundial. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil (BRASIL REVISÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS, Volume I: Síntese). Brasília: Banco Mundial, 2017.
- BARBIERI, Fernanda. **O impacto das pesquisas das universidades públicas no Brasil**. Unicentro: Paraná, 2019. Disponível em:  
<https://www3.unicentro.br/petfisica/2019/05/23/o-impacto-das-pesquisas-das-universidades-publicas-no-brasil/> Acesso em: 15 out. 2022.

BERARDI, Franco. **Asfixia**: capitalismo Financeiro e a Insurreição da Linguagem. Trad. Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BUTLER, J. Corpos que pesam. *In*: LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. História do Ensino Superior em Mato Grosso: Das Iniciativas Frustradas à Criação de um Sistema Universitário. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/43973/pdf> Acesso em: 21 set. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988) ] **Constituição da República Federativa do Brasil** - Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. **Execução Orçamentária da União**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf) Acesso em 20 jan. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade Federal de Mato Grosso. Relatório de Gestão 2016 – 2018**: governança, qualidade acadêmica e pluralidade. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Comunicação e Mídias, 2018. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/4/2018.pdf> Acesso em: 22 jan. 2024

BRASIL. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e patrimônio do gasto público no Brasil. Revisão das Despesas Públicas, Volume I: Síntese. Novembro de 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf> Acesso em: 10 jan. 2024.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SILVA, Bruna Alves. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354> . Acesso em: 03 abr. 2023.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Juventude e políticas públicas nos anos 1990: a produção de territórios em Juiz de Fora - MG. **III jornada internacional de políticas públicas**. Maranhão, 2007. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/bb0a6bec959116f359b8MARIA%20APARECIDA%20TARDIN%20CASSAB.pdf> Acesso em: 20 mar. 2023.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte.; COSTA, Maria Paiva. Serviço social, assistência estudantil e “contrarreforma” do estado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: [https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17589/pdf\\_1](https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17589/pdf_1) Acesso em: 26 nov. 2022.

CASTELLS, M. Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia do. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? São Martinho, 2008. Disponível em: <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf> Acesso em: 25 de jul. 2023.

COELHO, Sintia Said.; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37012/A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior%20no%20Brasil%20O%20desafio%20tardio%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf?sequence=1> Acesso em: 05 ago. 2022.

Chauí, Marilena. **Introdução à história da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles - 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EMICIDA. **AmarElo**. Álbum. São Paulo: Sony Music/Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU> Acesso em: 10 ago. 2022.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *In: Educar*: Curitiba, n. 28, p. 17-36. 2006. Editora UFPR. Acesso em: 02 set. 2022.

FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FERNANDES, Florestan. O Desafio Educacional. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989.

FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n.36, p. 455-472, maio/ago. 2012

FIGUEIREDO, J. C. Impeachment no Brasil: O governo Temer e a privatização nas universidades públicas brasileiras. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 9(3), 161–181. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22998/15288> Acesso em: 10 de out. 2023.

FIRMIANO, Frederico Daia. A ilegalidade do Estado e o colapso do neodesenvolvimentismo no Brasil. **Ser Social**, [S. l.], v. 18, n. 39, p. 584–609, 2017. DOI: 10.26512/ser\_social.v18i39.14642. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14642](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14642). Acesso em: 28 nov. 2022.

FISHER, Mark. Realismo Capitalista. Winchester: O Books, 2009. Livro virtual. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Realismo%20Capitalista%20Mark%20Fisher.pdf> Acesso em 10 ago. 2023.

FIGENBAUM, Jones.; Scheneider, Patrícia; MACHADO, Neli T.G. **Movimento Estudantil Universitário**: história do Diretório Central de Estudantes da Univates. Lajeado: Editora Univates, 2012. Disponível em: [https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/55/pdf\\_55.pdf](https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/55/pdf_55.pdf) Acesso em: 13 abr. 2023

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Graal: RJ, 2007.

FONAPRACE. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**. Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/IV-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf> Acesso em: 20 jan. 2024

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. *In: Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan/jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463> Acesso em: 17 set. 2022.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In: GENTILI, Pablo.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Escolas S. A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. CNTE: Brasília, 1996.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, Pablo. (Org.) **Pedagogia da exclusão**: crítica ao liberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2006.

GOHN, M. DA G. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, p. 117–133, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jBGbrMwxkJBxvytwVnz9Wcp/?lang=pt#> Acesso em: 28 abr. 2023.



Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt17-2/8343-constitucionalizacao-de-politicas-publicas/file> Acesso em: 01/06/2023

MARTINS, Rosilene Maria Sólton Fernandes. **Direito a Educação**: aspectos legais e constitucionais. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 05 set. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti; LARA, Ângela Mara de Barros. A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de estado. **IX Encontro Nacional de educação – EDUCERE**. III Encontro Sul brasileiro de Psicopedagogia Out. 2019 pp 3280 - 3293. Disponível em: <https://acesse.one/OEtAX> Acesso em: 21 set. 2022.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e Educação. *In: Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 1996. Disponível em: [https://www.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/BM\\_634638873694865000tx\\_comp1\\_3\\_neoliberalismo\\_e\\_educacao.pdf](https://www.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/BM_634638873694865000tx_comp1_3_neoliberalismo_e_educacao.pdf) Acesso em: 04 mai. 2023.

MAYORGA, Claudia; Vieira, Bruno. Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo. **Revista Psicologia para America Latina**, n. 32, p. 107-117, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n32/a03n32.pdf> Acesso em: 05 mai. 2023.

MAYORGA, Claudia.; Castro. L. R.; Prado, M. A. M. Juventude e os paradoxos da política. (2012). *In: Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (p. 261-270). Rio de Janeiro: ContraCapa. Disponível em: <http://www.nipiac.ufrj.br/producao2/item/511-juventude-e-a-experiencia-da-politica-no-contemporaneo> Acesso em: 10 mai. 2023.

MAYORGA, C., Castro, L. R. de, Prado, M.A.M. (orgs.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra-capa/Faperj, 2012. Disponível em: <http://www.nipiac.ufrj.br/producao2/item/511-juventude-e-a-experiencia-da-politica-no-contemporaneo> Acesso em: 15 mai. 2023.

MAYORGA, Claudia. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 18, n. 2, p. 343–350, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/BLSYfbdnJvfYCGc8cs4fFn/?lang=pt#> Acesso em: 17 mai. 2023.

MAYORGA, Claudia. Por novas instituições, por uma nova política: o protagonismo dos jovens no Brasil. **Educação e Linguagens**, v.6,n.10,p.11-24, jan./jun.2017.

Entrevista concedida a Ada Fontanella e Laiza Campos. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/1603/10>  
Acesso em: 02 ago. 2023.

MENDES JUNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MESQUITA, Marcos R.; BONFIM, Juliano.; PADILHA, Erise.; SILVA, Ana Cecília. Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 288–297, 2016.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7KqkS7nPLg55HnS46sWRPw/?lang=pt&format=pdf>  
Acesso em: 09 mai. 2023.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MINTO. Lalo Watanabe. A expansão desenfreada do setor mercantilista de educação [Entrevista concedida a Gilson Camargo]. **Extra classe**. Dez. 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/12/a-expansao-desenfreada-do-setor-mercantilista-de-educacao/> Acesso em: 16 dez. 2022.

MINTO. Lalo Watanabe. A bolha da mercantilização: eficiência privada com recursos públicos. [Entrevista concedida a Gilson Camargo]. **Extra classe**. Dez. 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/12/a-bolha-da-mercantilizacao-eficiencia-privada-com-recursos-publicos/> Acesso em: 16 dez. 2022.

MOTA, Tatiane Eloise Fuyama. **Tendências e perspectivas da permanência estudantil na UFMT: Entre a afirmação de direitos e a bolsificação de necessidades**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, p. 123. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GCUoFzrY0LDJlqddqM-KFj4ImiF-HFUTE/view>  
Acesso em: 26 jun. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MONFREDINI, Ivanise. A Universidade viva na relação com as classes populares. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 24, n. 1, p. 278–304, mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-407720190001000015> Acesso em: 30 jun. 2022.

MOREIRA, Maria Regina Ritter. **A UFMT e a dinâmica espacial de seu entorno**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2017. Disponível em: [https://ufr.edu.br/ppgeo/wp-content/uploads/2021/11/Maria-Regina-Ritter-Moreira\\_compressed.pdf](https://ufr.edu.br/ppgeo/wp-content/uploads/2021/11/Maria-Regina-Ritter-Moreira_compressed.pdf) Acesso em: 15 ago. 2023

MUSTAFA, ISIS. Cobrança de mensalidade em universidades públicas é agenda do Banco Mundial. **Brasil de fato**. São Paulo, 25 de maio de 2022. Disponível

em:<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/25/opinioao-cobranca-de-mensalidade-em-universidades-publicas-e-agenda-do-banco-mundial> Acesso em: 29 set. 2022.

MBEMBE, Achile. **Políticas da inimizade**. 1. ed. São Paulo, 2016: n-1 edições, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, 2016, p. 122-151.

NEVES, Clarrisa Eckert Baeta.; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no brasil: uma visão abrangente. *In: Jovens universitários em um mundo em transformação uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em:[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7351/1/Jovens%20universit%C3%A1rios%20em%20um%20mundo%20em%20transforma%C3%A7%C3%A3o\\_uma%20pesquisa%20sino-brasileira.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7351/1/Jovens%20universit%C3%A1rios%20em%20um%20mundo%20em%20transforma%C3%A7%C3%A3o_uma%20pesquisa%20sino-brasileira.pdf) . Acesso em: 03 de maio de 2023.

NIEROTKA, R.L.; TREVISOL, J.V. Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira. *In: Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2019, pp. 13-39. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786550190071.0002>. Acesso em: 11 jul. de 2023.

OLIVEIRA, Dagmar Braga. Considerações sobre o conceito de educação e a formação do sujeito crítico na contemporaneidade. **X Colóquio Internacional Educação e contemporaneidade**. Sergipe, 2016. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/ri.ufs/8919/7/Consideracoes\\_sobre\\_o\\_conceito\\_de\\_educacao\\_e\\_a\\_formacao\\_do\\_sujeito.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/ri.ufs/8919/7/Consideracoes_sobre_o_conceito_de_educacao_e_a_formacao_do_sujeito.pdf) Acesso em: 03 de abr. de 2023.

OLIVEIRA, Raquel Correia de. O processo de construção da juventude como categoria social: notas sobre o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/ekeys,+O+PROCESSO+DE+CONSTRU%C3%87%C3%83O+DA+JUVENTUDE+COMO...pdf> Acesso em: 22 mar. 2023.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude**: alguns contributos. **Análise Social**, vol. 25, 1990, p. 139-165. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf> Acesso em: 11 abr. 2023.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. Universidade e sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 1, n. 13, p. 299–335, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4178>. Acesso em: 4 maio. 2023. 20 jul. 2022.

SANTOS, A. M. dos; GONÇALVES, S. de F. Introdução à abordagem histórico educacional. **Professare**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 67–84, 2012. DOI: 10.33362/professare.v1i1.18. Disponível em:



<https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/18>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SILVA, Tomás Tadeu; APPLE, M.; ENGUITA, M. **Neoliberalismo, qualidade e educação**. Petrópolis, Vozes, 1994.

SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil**. Instituto Semesp: 2022. Disponível em: [https://www.extraclasse.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MAPA-DO-ENSINO-PRIVADO-12a-Edicao\\_compressed.pdf](https://www.extraclasse.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MAPA-DO-ENSINO-PRIVADO-12a-Edicao_compressed.pdf) Acesso em: 01 out. 2022.

SOUZA, Thaís Elis. Ocupa e Resiste: discursos da Folha de S. Paulo sobre as ocupações das escolas nos anos de 2015 e 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação. Rondonópolis, p. 90. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/dMdMbTk3MtbcJBkNqZW48p/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 set. 2023.

TABATA, Stéphanie Chiconeli.; FILHO, Antônio euzébios. Ser de direita e de esquerda hoje: a política pelo olhar de universitários recém-ingressos. **Fragmentos de Cultura**. Goiânia, v.29., n.3, p.478-491, jul/set. 2019. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7837/4384> Acesso em: 16 mar. 2023.

TRAGTENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 14, junho de 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40630> Acesso em: 02 ago. 2023

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf> Acesso em: 03 fev. 2023.

UFR. **Projeto de criação e implantação da Universidade Federal de Rondonópolis** (2014). Disponível em: <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/01/projeto-ufr.pdf> Acesso em: 20 set. 2023

UFR. **Plano de Trabalho**. Disponível em: <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/01/Plano-de-Trabalho.pdf> Acesso em: 14 set. 2023.

UFR. **Projeto de Criação e Implantação da Universidade Federal de Rondonópolis**. Conselho Diretor da UFMT. Rondonópolis – MT, Março/2008.

Atualizado em Outubro/2014. Disponível em: <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/01/Projeto-UFR.pdf> Acesso em: 10 jan. 2024

UFR. **Projeto de Autoavaliação Institucional**: Triênio 2021-2023. Rondonópolis: UFR, 2023. Disponível em: <https://ufr.edu.br/cpa/wp-content/uploads/2022/03/Projeto-UFR-2021-2023.pdf> Acesso em 05 jan. 2024.

VALLE, Ana Luiza do; AZAMBUJA, Andréia; CARPEGIANI, Fernanda. **Juventude e Ensino médio**. São Paulo: Projeto Faz sentido, 2016. P. 13. Disponível em: [http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/20190111\\_RelatorioEstudoJovem\\_Fazsentido.pdf](http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/20190111_RelatorioEstudoJovem_Fazsentido.pdf) Acesso em: 18 jan. 2023.

VIEIRA, B.; MAYORGA, C. Juventude, ativismo político e políticas públicas. **Revista Psicologia para América Latina**, n. 32, Outubro 2019, pág. 107-117.

WAGNER, Bruna K. **O Reuni como elemento constitutivo da democratização do ensino superior público no Brasil**: Estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do (FURG), Campus de Santa Vitória do Palmar-RS. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça Social). RS, p. 117. 2020. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/9239> Acesso em: 27 ago. 2022.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226–237, maio 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/#> Acesso em: 25 set. 2022.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I – ROTEIRO DO FORMULÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES

#### Identificação:

1 – Qual nome você quer utilizar durante a pesquisa? Pode ser fictício

2 – Qual sua idade?

3 – Como se identifica em relação a sua cor

4 – Como se identifica em relação ao seu gênero?

5 – Qual sua área de formação?

6 – Qual a sua média de renda mensal durante sua graduação?

Até meio salário mínimo       Até 01 salário mínimo

De 02 a 03 salários mínimos       De 04 salários mínimos ou mais

7 – Durante sua graduação, você teve acesso a algum tipo de auxílio estudantil? Quais?

Sim, Auxílio Moradia e Casa do Estudante Universitário (CEU)

Sim, Auxílio Alimentação

Sim, Auxílio Permanência

Sim, todos os auxílios estudantis disponíveis

Sim, todos os auxílios, menos a casa do estudante

Não, pois não precisei de auxílio

Não, pois não consegui

Consegui apenas um, mas eu precisava de outros

Consegui apenas um, e foi suficiente para mim

8 – Durante sua graduação você participou de algum programa de Bolsa de Iniciação ex. PIBIC, PIBID, RESIDÊNCIA etc.\*

Sim     Não

9 – Durante a sua graduação, você precisou utilizar o serviço de apoio psicológico?\*

Não, pois minha família me apoiou emocionalmente e financeiramente

- Não, pois meus amigos me apoiaram emocionalmente e até financeiramente
- Sim, pois minha família estava longe e não havia condições de apoio financeiro
- Sim, pois não consegui conciliar trabalho e curso, além das preocupações financeiras
- Precisei de apoio, devido as preocupações emocionais e financeiras que passei, porém não tive coragem de procurar ajuda

**10 –** Durante a graduação, você precisou trabalhar para se manter?

- Sim, pois não consegui os auxílios disponíveis
- Não, porque consegui os auxílios
- Sim, porque não procurei os auxílios
- Não, porque minha família me ajudou financeiramente

**Pensando a relação da juventude com a política a partir de uma contextualização sócio-econômica-cultural, elaboramos as seguintes questões:**

**11 –** Vivenciamos alguns cortes nos gastos públicos nos últimos anos, qual seu entendimento sobre os possíveis efeitos de cortes sobre as questões Afirmativas e de Assistência Estudantil? Você acredita que os cortes podem afetar essas políticas?

**12 –** Cortes na educação superior pública, podem afetar sua permanência na Universidade, ou você conseguiria cursar normalmente sem nenhuma dificuldade?

- Não me afeta, posso cursar tranquilamente e com qualidade
- Me afeta de forma parcial, pois tenho outros meios para conseguir cursar com qualidade
- Me afeta drasticamente, pois eu só conseguiria cursar com qualidade tendo acesso às políticas estudantis

**13 –** O que você pensa sobre a política nacional em nosso país? Você acredita que a política nacional reflete, de alguma forma, nas políticas voltadas para educação superior pública?

- Não há nenhuma relação entre política nacional e política estudantil
- Há relação parcial entre política nacional e política estudantil
- Há muita relação entre política nacional e política estudantil

**14** – Qual a importância da Universidade pública e as políticas de Assistência Estudantil para sua vida? Na sua realidade, seria possível uma formação de qualidade por vias diferentes?

A Universidade e as políticas de Assistência Estudantil foram importantes para eu conseguir me formar

Eu não conseguiria pagar uma faculdade particular

A Universidade para mim foi importante, mas as políticas de Assistência Estudantil para mim não foram essenciais

Eu me formaria em uma faculdade particular tranquilamente

**15** – Você se envolve em algum movimento político na Universidade?

Não, pois não gosto

Não, por falta de tempo devido ao meu trabalho, mas gostaria, pois entendo a importância.

Sim, pois me interessa e tem um grande impacto nas decisões coletivas

Não, pois não tem efeito algum

**16** – Você acredita que os jovens universitários na UFR estão politizados? Conseguiriam defender pautas importantes da Universidade hoje?

**17** – De forma geral, qual seu entendimento sobre Política, qual a importância para você enquanto universitário ou universitária?

**18** – Você já participou de algum movimento em defesa da Universidade Pública? Se sim, como foi essa experiência? O que te motivou a participar? Se não, o que te levou a não querer se envolver?

**19** – Você participa de alguma forma da política partidária? Se sim, pode comentar seus motivos, e se não, pode falar as razões para não participar (ex. descrédito-burocracia- falta de tempo entre outros pontos)?

**20** – Você pode contar um pouco da sua trajetória de vida, de onde veio, por exemplo, e como foi cursar uma universidade pública? Você teria outros meios a não ser esse?

## **APÊNDICE II – TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

O presente documento visa convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “Juventude, Educação e Participação Política: Concepções Políticas de Jovens Universitários”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Joádila Albino de Souza, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondonópolis.

O objetivo principal dessa pesquisa será analisar o que os jovens da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) pensam em relação a política, principalmente as políticas educacionais dos últimos anos. Buscaremos através dessa investigação, entender suas percepções sobre a Política Nacional e como ela afeta a Assitência Estudantil que reflete diretamente na desestabilização da permanência de muitos estudantes no espaço da Universidade.

Neste documento estarão informados questões importantes sobre como será desenvolvida esta pesquisa, bem como sua participação nela. Nesse sentido, peço, por gentileza, que faça a leitura de forma calma e ateciosa. Ressalto, lhe será garantido total liberdade em recusar-se a participar ou a retirar o seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem que tal decisão acarrete a você qualquer prejuízo. Me disponho a sanar dúvidas que possam surgir a qualquer momento, e enfatizo que você poderá pensar com tranquilidade sobre sua possível participação nesta pesquisa.

Se você optar por contribuir, será necessário responder algumas perguntas que tenha pertinência sobre a função social da universidade, bem como da política estudantil. Tais perguntas serão encaminhadas via formulário do Googleforms. Para responder ao documento não será necessário identificar seu nome pessoal, poderá ser um nome fictício, portanto suas informações estarão seguras e guardadas sob sigilo. Apenas a pesquisadora terá acesso a suas informações.

Em si tratando de ambiente virtual, existe a possibilidade de rackeamento de dados, senhas, acesso aos dados de e-mail, questões cujas consequências serão tratadas nos termos da lei em vigor, para tanto, a sua não identificação com nome pessoal, manterão suas informações ainda mais seguras.

Em relação aos riscos, é de suma importância que você tenha conhecimento dos riscos leves e moderados relacionados à sua possível participação na pesquisa, que poderão situar-se na disponibilidade do seu tempo para responder

o formulário ou possível estresse emocional provocados pela evocação de questões que possam levantar preocupações em relação ao destino das políticas de assistências e estudantis, podendo gerar lapsos de ansiedades.

Na tentativa de amenizar esses riscos, a pesquisadora, se dispõe a ouvir-lo(a) e a buscar ajuda se de alguma forma a pesquisa gerar desconforto à você. Além disso, a pesquisadora reforça o compromisso em não fazer uso dessas informações para expor ou desrespeitar seu posicionamento político, seus valores sociais, culturais, éticos, religiosos. Firmo o compromisso em não utilizar suas informações para seu prejuízo, além de manter seus dados no anonimato e informar ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) qualquer situação relevante que venha modificar o desenvolvimento da pesquisa.

Os benefícios, objetivos e diretos, desta pesquisa para você, estão relacionados à possibilidade de reflexão sobre a política atual e como suas experiências e envolvimento vividos no espaço da universidade refletem na garantia de acesso e permanência de outros sujeitos, também marcados pelas diferenças e que necessitam das políticas públicas. Em sentido amplo, esta pesquisa trará a você a oportunidade de dialogar e contribuir com sua perspectiva sobre a política brasileira, principalmente as educacionais a partir de suas experiências na defesa de seus direitos, a fim de, evitar retrocessos das políticas públicas para a educação.

No que se refere aos resultados desta pesquisa, estes poderão ser apresentados em eventos educacionais como seminários, colóquios, congressos ou poderão ser publicados em revistas ou periódicos científicos de forma a agregar e enriquecer o diálogo científico e acadêmico, sem deixar de respeitar e manter o anonimado de sua identidade.

Ao decidir participar desta pesquisa, você não deverá se preocupar com custos, tendo em vista que estes serão arcados pela pesquisadora. É de suma importância que você saiba que participar desta pesquisa não lhe retira os seus direitos legais.

Fica assegurado através deste documento o seu direito de acesso às informações sobre essa pesquisa a qualquer momento, inclusive sobre a metodologia que será adotada. Lembrando que no momento em que você participante, não mais desejar contribuir com esta pesquisa, poderá retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que sua decisão lhe acarrete

qualquer penalidade ou prejuízo.

Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinada na última página pela pesquisadora e pelo participante, bem como rubricada por ambos nas páginas anteriores. Para quaisquer dúvidas e orientações a respeito da pesquisa, basta entrar em contato com a mestrande Joádila Albino de Souza pelo número de celular: (66) 99665-4120 e endereço de e-mail: [joadilasouza@gmail.com](mailto:joadilasouza@gmail.com) ou com o Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Rondonópolis, telefone: (66) 3410-4153, localizado na Avenida dos Estudantes, 5055, Cidade Universitária, Rondonópolis, Mato Grosso, Coordenadora Raquel Gonçalves Salgado, CEP: 78736-900, e-mail: [cep@ufr.edu.br](mailto:cep@ufr.edu.br).

Rondonópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura da pesquisadora

---

Assinatura do(a) participante



### APÊNDICE III – QUESTÕES ELABORADAS PARA A ENTREVISTA COM A PARTICIPANTE LUANA KAROLINE KAWAMURA LOPES

1. Como você descreve o movimento estudantil em Rondonópolis? Existe alguma identidade ou nome específico? Existem grupos ou associações específicas? Se organiza na Universidade? Como é organizado?
2. Há uma divisão política dentro do movimento estudantil, com diferentes partidos ou ideologias representadas? Como isso influencia as ações e decisões do movimento?
3. Quais são as principais atividades e ações realizadas pelo movimento estudantil local?
4. Como os jovens da UFR participam e se envolvem?
5. Você pode compartilhar sua experiência pessoal de participação no movimento estudantil? Como foi estar à frente desse movimento? Como é ser referência num movimento de luta pela defesa da universidade pública?
6. Quais foram os maiores desafios enfrentados pelo movimento estudantil em Rondonópolis ao longo do tempo?
7. Como o movimento estudantil contribui para a melhoria da educação e das condições de permanência dos estudantes na Universidade?
8. Quais são as principais demandas e reivindicações atuais do movimento estudantil em Rondonópolis?
9. Quais foram as maiores conquistas ou vitórias do movimento estudantil em Rondonópolis até o momento?
10. Você que foi/é representante do DCE e da frente do movimento estudantil em Rondonópolis, tem sentido uma maior ou menor participação dos estudantes no movimento?
11. Existe rivalidades no movimento estudantil?